

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIA  
PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO

**CIDADE E CERVEJA:  
COMPANHIA ANTARCTICA PAULISTA E  
URBANIZAÇÃO EM SÃO PAULO**

DIÓGENES SOUSA

Campinas – SP  
2017

**CIDADE E CERVEJA:  
COMPANHIA ANTARCTICA PAULISTA E  
URBANIZAÇÃO EM SÃO PAULO**

Diógenes Sousa

Dissertação apresentada como exigência para a obtenção do título de Mestre em Urbanismo do Programa de Pós-Graduação na área de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orientadora: Prof. Dra. Ivone Salgado

PUC - CAMPINAS

2017

Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia  
Pós-Graduação em Urbanismo

**Cidade e Cerveja**  
**Companhia Antártica Paulista e Urbanização Em São Paulo**

Diógenes Sousa

Dissertação apresentada como exigência para a obtenção do título de Mestre em Urbanismo do Programa de Pós-Graduação na área de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Dissertação defendida e aprovada em 17 de fevereiro de 2017 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:

---

Profa. Dra. Ivone Salgado, Orientadora da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora Pontifícia Universidade Católica de Campinas

---

Prof. Dr. Fernando Atique, Universidade Federal de São Paulo

---

Profa. Dra. Renata Baesso Pereira, Pontifícia Universidade Católica de Campinas

*Observar a cidade é inebriar-se de conhecimento;  
aprecie sem moderação.*

A cerveja, como é sabido por todos, é um elemento da nossa sociedade intrinsecamente ligado a celebrações e comemorações. Nesse sentido, ao utilizá-la como base para a confecção desta pesquisa, penso na cerveja como um brinde que quero estender a todas as pessoas que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para a composição desta dissertação, pedindo sinceras desculpas a quem porventura não estiver aqui citado.

Aos meus pais e familiares, sabedores da minha ausência em diversos momentos, meu primeiro brinde.

A Ivone Salgado que, com uma sabedoria ímpar, me orientou de maneira tão especial, sendo para mim uma das maiores referências acadêmicas que já encontrei na vida, aumentando minha admiração como aluno pelo exercício da docência.

A banca examinadora formada por Fernando Atique, que sempre me traz ótimas ideias e Renata Baesso, professora com a qual tive mais contato durante o mestrado, sendo sempre muito gentil e atenciosa. A Manoela Rufinoni, uma referência para mim no campo do patrimônio industrial, com apontamentos fundamentais na banca de qualificação que contribuíram muito para o andamento desta pesquisa.

A Nirvana Marinho, que foi meu principal ponto de apoio durante toda a produção acadêmica, dividindo seu conhecimento e multiplicando seu amor, embriagando-se comigo na história desta cervejaria e de tantas outras.

Aos amigos de PUC, compartilhando uma amizade que decerto perdurará por muito tempo, como Carol Nunes, Mariana Blumer, Fernanda Buga, Luisa Trevisan, Lucas Nicésio e Rodrigo Busnardo, assim como permanece a amizade com os integrantes do CAPPH, grupo de pesquisa na minha graduação em História pela UNIFESP, formado por amigos historiadores e historiadores amigos.

A Felipe Herculano, Glauce Trópico, Maria Paula Cosme, Aline Pinheiro e tantas outras pessoas que sempre se dispuseram a me ajudar por meio das redes sociais, um gole dessa dissertação com certeza pertence a vocês.

Amigos e frequentadores da Mooca, como Angelo Agarelli, Fernando Galuppo, Milene Valentir, Diga Rios e Mylena Fantini, *grazie!* A todos os funcionários da PUC Campinas,

do Arquivo Municipal Washington Luiz e do Arquivo Público do Estado de São Paulo. A CAPES, pelo financiamento e desenvolvimento para esta pesquisa. Aos funcionários da Biblioteca Municipal Mario de Andrade, em especial ao setor circulante e de acervo geral, representado pela figura mais que especial de Norma Haru, sempre prestativa e atenciosa, com um vasto conhecimento sobre a história de São Paulo.

Ao Movimento Cultural Penha e ao Grupo Ururay, cujo contato através do companheiro Lucas Florêncio me possibilitou conhecer o acervo do senhor Hedemir Linguitte.

A Maíra Rosin pelas ótimas conversas pelo centro da cidade e por toda a ajuda durante a pesquisa. A Raíssa Marcondes, Michele Dias, Vanessa Lima, Renata Geraissati, Paula Broda e Philippe Arthur, pelas várias injeções de ânimo quando a pesquisa se mostrava deveras árdua.

A todos vocês eu ergo meu copo e digo: Saúde!

## RESUMO

Esta dissertação discute o patrimônio industrial da Companhia Antarctica Paulista, na cidade de São Paulo, em sua zona leste buscando questões relacionadas ao processo de urbanização e do cotidiano desta cidade, especialmente do bairro da Mooca. O recorte temporal parte das últimas décadas do século XIX, em que surgiram em São Paulo, as primeiras ferrovias e as primeiras indústrias, com destaque, então, para a instalação da Companhia Antarctica Paulista próxima à estação ferroviária Água Branca, em 1867, na linha da São Paulo Railway, no bairro homônimo, e abarca as primeiras décadas do século XX, quando da transferência, em 1904, para as proximidades da estação ferroviária da Mooca, também na linha férrea da Inglesa. Abarca-se, ainda, a fusão da Antarctica-Brahma e a criação da AmBev, nas décadas finais do século XX.

Baseado na tríade ferrovia-imigração-fábrica, esta pesquisa discute, em viés historiográfico, de que maneira tais elementos compuseram a urbanização paulistana, tendo o foco na Companhia Antarctica Paulista que, além de ser uma fábrica de bebidas, construiu uma série de outros equipamentos urbanos em São Paulo, formando um complexo industrial, com equipamentos sociais, típicos das chamadas *company towns* do período.

**PALAVRAS-CHAVES:** Urbanização; Cerveja; São Paulo; Indústria; Imigração.

## ABSTRACT

This dissertation discusses the industrial heritage made by the Antarctica Paulista Company, in São Paulo, east zone, as a way to understand urbanization and the daily life of the city, focusing in Mooca neighborhood. The periodization starts at the last decades of the XIX century, when the first railways and industries appeared in São Paulo, highlighting the Antarctica Paulista Company next to Água Branca railway station, in 1867, part of the Sao Paulo Railway system. The study covers the first decades of the XX Century, especially the 1904, when the factory moved out to a place next to Mooca station, part of the same English railway. Also, the dissertation goes through the Antarctica-Brahma companies fusion and the creation of AmBev in the 199's.

Based on the railway-immigration-factory triad, this research talks over, with a historiography view, in which ways these elements made the paulistana urbanization, focusing the Antarctica Paulista Company which, besides being a beverage factory, built other urban equipments in São Paulo, compounding an industrial complex with social apparatus, typical of the company towns of the period worldwide.

**Key-words:** Urbanization; Beer; São Paulo; Industry; Immigration.



# Sumário

LISTA DE FIGURAS	9
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	20
PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: HERANÇA MARCADA PELAS CHAMINÉS	20
1.1. A CONSTRUÇÃO DOS CONCEITOS DE PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL	20
1.2. UM OLHAR SOBRE PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NO BRASIL	25
CAPÍTULO II	30
UM GOLE DE CERVEJA NO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL DA AMÉRICA LATINA	30
2.1. INDUSTRIALIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA	30
2.2. IMPLANTAÇÃO DAS CERVEJARIAS NA AMÉRICA LATINA E SEUS DESDOBRAMENTOS: O CASO DE QUILMES	33
2.3. IMPLANTAÇÃO DAS CERVEJARIAS NO BRASIL: O CASO DA CERVEJARIA BRAHMA E “RIO MARAVILHA”	43
2.4. A CERVEJARIA BAVARIA EM SÃO PAULO	48
CAPÍTULO III	51
ANTARCTICA: TRAJETÓRIA INDUSTRIAL NA URBANIZAÇÃO DE SÃO PAULO	51
3.1. PRESENÇA ALEMÃ: UM FIO CONDUTOR DAS CERVEJARIAS PAULISTANAS	51
3.2. PORCOS, GELO E CERVEJA: AS ORIGENS DA ANTARCTICA NA ÁGUA BRANCA	53
3.3. MARCHA PARA O LESTE: A ANTARCTICA INSTALA-SE NO BAIRRO DA MOOCA	58
3.4. A ANTARCTICA FORA DA FÁBRICA: EQUIPAMENTOS URBANOS NA CIDADE DE SÃO PAULO	75
3.4.1. Parque Antarctica	78
3.4.2. Teatro Polytheama	82
3.4.3. Bijou Teatro	87
3.4.4. Cine Central	89
3.4.5. Cassino Antarctica	93
3.5. EQUIPAMENTOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE CONSTRUÍDOS PELA COMPANHIA ANTARCTICA PAULISTA	96
3.6. A CERVEJA NA CIDADE: CARTAZES DE PROPAGANDA DA COMPANHIA ANTARCTICA PAULISTA	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
ANEXO 1: TOMBAMENTO DA CERVEJARIA BRAHMA	117
ANEXO 2: DESTOMBAMENTO DA CERVEJARIA BRAHMA	119
ANEXO 3: TOMBAMENTO DA COMPANHIA ANTARCTICA PAULISTA	124
ANEXO 4: PROJETOS ARQUITETÔNICOS DA COMPANHIA ANTARCTICA PAULISTA	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135

## Lista de Figuras

<i>Figura 1</i> Entrada da Euston Station, da ferrovia que ligava Londres a Birmingham antes da demolição	22
<i>Figura 2</i> Estação de Quilmes	34
<i>Figura 3</i> Cervejaria Quilmes em 1900, com destaque para as chaminés do complexo fabril	35
<i>Figura 4</i> Mapa ferroviário da Argentina em 1899	37
<i>Figura 5</i> Complexo implantado na Argentina	37
<i>Figura 6</i> Portão de entrada do Parque	38
<i>Figura 7</i> Entrada da Villa Argentina	39
<i>Figura 8</i> Capela de San José Obrero	40
<i>Figura 9</i> Entrada da Escola Manuel Belgrano	42
<i>Figura 10</i> A demolição da antiga fábrica da Brahma	48
<i>Figura 11</i> Jornal O Democrata Federal, 7 de dezembro de 1895	52
<i>Figura 12</i> Anúncio feito no Correio Paulistano sobre a pequena fábrica de Louis Bucher, no centro de São Paulo	53
<i>Figura 13</i> Reportagem de A Província de São Paulo em visita às instalações fabris da Antarctica Paulista	54
<i>Figura 14</i> Anúncio feito no Jornal A Província de São Paulo	54
<i>Figura 15</i> Fachada da Antarctica Paulistano bairro da Água Branca em São Paulo	55
<i>Figura 16</i> Planta Geral da Cidade de São Paulo de 1905	56
<i>Figura 17</i> Aproximação do mapa anterior que permite uma melhor visualização do entorno	56
<i>Figura 18</i> Complexo fabril da Mooca com destaque para a chaminé	58
<i>Figura 19</i> Detalhe da avenida Presidente Wilson	59
<i>Figura 20</i> Avenida Presidente Wilson, mostrando um pedaço da Companhia Antarctica	60
<i>Figura 21</i> Uma vista panorâmica da Companhia Antarctica Paulista e suas edificações	60
<i>Figura 22</i> Vista panorâmica da Antarctica, na Avenida Presidente Wilson, década de 1930	61
<i>Figura 23</i> Parte do complexo fabril e da linha férrea que margeia a cervejaria	62
<i>Figura 24</i> “O famoso “Vong”, em pleno serviço de carga de barris, na “Fábrica de Cervejas	65
<i>Figura 25</i> Croqui de formação histórica da Companhia Antarctica Paulista	66
<i>Figura 26</i> Animais destinados ao transporte de carga alvejados durante a revolta	67
<i>Figura 27</i> Modelo de veículo Chevrolet destinado ao transporte de gelo	68
<i>Figura 28</i> A descrição de um desenho da geladeira Perfeita feita por Hedemir Linguitte	68
<i>Figura 29</i> Confeção de luminosos, anteriormente elaborados pela “Expedição de Móveis	69
<i>Figura 30</i> Artistas de mestre Francisco Guilherme Alberto Starke, em pleno trabalho	69
<i>Figura 31</i> Carta da Cia Antarctica endereçada à Dona Laurinda Linguitte	71
<i>Figura 32</i> Outra carta endereçada à Família Linguitte, desta vez para o pequeno Hedemar	72
<i>Figura 33</i> Senhor Hedemir Linguitte nas dependências do Acervo da Companhia Antarctica Paulista	74
<i>Figura 34</i> Cartão-postal do Parque Antarctica com um barril de chope da Companhia Antarctica Paulista.	79
<i>Figura 35</i> Descrição e imagens sobre a corrida de automóveis ocorrida no Parque Antarctica em 1908	80
<i>Figura 36</i> Portão de entrada do Polytheama	83
<i>Figura 37</i> Parte traseira do teatro Polytheama	83
<i>Figura 38</i> O incêndio do Polytheama foi notícia do Jornal O Estado de São Paulo, em 29 de dezembro de 1914	85
<i>Figura 39</i> Transeuntes defronte à entrada do Bijou - Salão e Teatro. Foto de Aurélio Becherini	87
<i>Figura 40</i> Rua São João com o Cine Central ao lado direito	90
<i>Figura 41</i> Avenida São João, vista da Praça Antonio Prado, na década de 1920	92
<i>Figura 42</i> Edifício da Colletoria Federal, quando de sua demolição na década de 1940	93
<i>Figura 43</i> Cassino Antarctica em 1912. Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo (1887-1894-1919).	94
<i>Figura 44</i> Fachada do Hospital Alemão	97
<i>Figura 45</i> Foto da turma de 1965 da Escola Técnica Walter Belian, no pátio central da Antarctica, na Mooca	101
<i>Figura 46</i> Cartão Postal do Bosque da Saúde de outubro de 1909	102
<i>Figura 47</i> Loteamento feito pela Rezende & Cia, após adquirir o terreno da Cia Antarctica, em 1925	103
<i>Figura 48</i> Inauguração do Bonde no Bosque da Saúde	103
<i>Figura 49</i> Imagens referentes ao consumo do Guaraná Champagne, voltado ao público infantil	104
<i>Figura 50</i> Alguns dos rótulos produzidos pela cervejaria	104

<i>Figura 51 Exemplo da apropriação da premiação recebida na Exposição Universal de Chicago de 1893</i>	105
<i>Figura 52 Um dos rótulos que eram fabricados por ambas as cervejarias, Bavaria e Antarctica</i>	105
<i>Figura 53 Figura feminina para promover a venda da cerveja</i>	106
<i>Figura 54 Outro exemplo de figura feminina para promover a venda da cerveja</i>	106
<i>Figura 55 Relação direta entre o samba e a cerveja</i>	107
<i>Figura 56 Outro exemplo da relação direta entre o samba e a cerveja</i>	107
<i>Figura 57 Edifício Martinelli, expoente da urbanização paulistana na década de 1930</i>	108
<i>Figura 58 Elementos de uma grande metrópole e de cidades espalhadas pelo Brasil</i>	109
<i>Figura 59 Representação das bebidas e de elementos presentes em grandes metrópoles</i>	109
<i>Figura 60 Divulgar a ideia do consumo da cerveja gelada</i>	110
<i>Figura 61 Um homem empunhando um copo com destaque para o nome da companhia</i>	110
<i>Figura 62 Evolução dos pinguins, marca registrada da cervejaria atualmente</i>	111
<i>Figura 63 Pinguins, marca registrada da companhia</i>	111
<i>Figura 64 Criança exaltando o consumo da cerveja pela mãe</i>	112
<i>Figura 65 Outro cartaz promovendo o uso de bebida alcoólica pela Antarctica</i>	112
<i>Figura 66 Mulher oferecendo cerveja Antarctica a um bebê</i>	113

## Introdução

As Ciências Sociais e Humanas têm se dedicado ao estudo da cidade e de suas questões para entendimento de uma organização social. Pensar a cidade como uma tentativa de propor modelos ideais de organização do mundo político, surgiu como reflexão de pensadores por volta do século XIX, como uma necessidade de se entender o modo de vida urbana, suas mudanças, a complexidade de vários tipos sociais e em diferentes formações.

Paulatinamente, com o advento do Urbanismo como disciplina independente, surgiram demandas sobre a cidade acerca de sua forma e funcionalidade. Assim sendo, como um dos frutos colhidos deste pensamento foi a aparição do termo “urbanização”, na segunda metade do século XIX, pelo arquiteto espanhol Ildefonso Cerdà, autor da obra que discutia os desdobramentos da cidade, elaborando sua Teoria Geral da Urbanização, em 1867.

O que pensar sobre essa nova cidade advinda da Revolução Industrial? Qual deveria ser o comportamento da vida citadina mediante uma nova noção de tempo e espaço? O processo acelerado de urbanização trouxe, a reboque, como vimos, questionamentos que suscitaram debates nas mais diversas áreas do conhecimento humano e que permeiam os campos de pesquisa até os atuais dias.

Cabe a nós, de maneira sucinta, uma visão panorâmica acerca de uma análise da cidade em diálogo com aspectos históricos e sociais, caso de pensadores como por exemplo, Engels, que tratou de aspectos deste cotidiano na metade do século XIX.

A cidade está inserida em um território. A sentença anterior pode parecer ao leitor algo deveras corriqueiro, mas seu significado tem um notável valor quando enxergamos a cidade como produto da terra. Conforme Mumford,

As cidades são um produto da terra. Refletem a sagacidade do camponês ao dominar a terra; tecnicamente, apenas prolongam a sua habilidade em dar ao solo empregos produtivos, em resguardar-lhe o gado com segurança, em regular as águas que irrigam os seus campos, em fornecer silos e celeiros para as suas colheitas. As cidades são a representação desta vida estável que começa na agricultura permanente: uma vida que se vive com o auxílio de abrigos permanentes, de utilidades permanentes tais como pomares, vinhedos e obras de irrigação, e de edificações permanentes para proteção e armazenagem (MUMFORD, 1961:13 *apud* BARROS, 2007:26).

Outra maneira de enxergar a cidade é tratá-la como obra de arte. Nesse sentido, lançamos mão da obra de Camillo Sitte, *A Construção da Cidade segundo seus princípios artísticos*, de 1889, em que ele apregoava um modelo de cidade culturalista, em oposição ao urbanismo geométrico e utilitário, com um olhar voltado à estética e a um ambiente salutar para seus habitantes.

Pensar a cidade em uma vocação dinâmica aliada à beleza da vida no campo. Assim pode ser resumida brevemente o pensamento de Ebenezer Howard ao propor o modelo chamado *cidade jardim*, que também trazia em si algo recorrente dos urbanistas do século XX, isto é, a preocupação com o crescimento desenfreado da população urbana.

Além da cidade em seu aspecto estético e artístico, é possível depreender uma visão sobre outra característica, como um olhar voltado de cunho industrial, conforme fez Tony Garnier, seguido por Walter Gropius e a Bauhaus, escola de arquitetura alemã que seria símbolos de um urbanismo progressista (BARROS, 2007:28).

Tomemos a cidade como um texto, utilizando-nos da contribuição dos estudos semióticos para compreender este fenômeno urbano, baseado em Roland Barthes, com um deslocamento pela cidade que permite diversos níveis de leitura como a segregação social em relação ao território constituído, manutenção ou depredação de um equipamento urbano, a produção material, seus monumentos e pontos turísticos, enfim, o que se refere a morfologia urbana que nos informa muito sobre uma cidade.

Os próprios habitantes reescrevem diariamente a história da cidade e, de maneira por vezes imperceptível, cotidianamente esta escrita tem se registrado na longa duração.

Partindo desta premissa, pretendemos ater nossa atenção a um aspecto considerado fundamental para o entendimento da urbanização da cidade de São Paulo, isto é, deteremos nosso olhar na implantação de uma determinada indústria na capital. Obviamente muitos são os fatores envolvidos na transformação pela qual a Pauliceia passou até que ganhasse o status de grande metrópole e, por conta disso, sabemos que a História já tratou de compor uma diversa bibliografia acerca deste assunto,

cabendo a esta pesquisa uma pequena parcela de contribuição dentro deste enorme cabedal teórico.

A dissertação visa compreender o patrimônio industrial composto pela Companhia Antarctica Paulista, na cidade de São Paulo, na zona leste da capital como modo de entender questões relacionadas ao processo de urbanização e ao cotidiano desta cidade, com o enfoque no bairro da Mooca, com uma abordagem analítica que abarca, inclusive, a experiência e o relato de quem trabalhou nas dependências da fábrica. Além disso, pretendemos perceber como a Antarctica está presente no dia a dia das pessoas, por meio dos equipamentos urbanos por ela criados, detalhados ao longo da dissertação, da virada do século XIX às primeiras décadas do século XX, seja na zona oeste, leste ou no centro da cidade.

Inicialmente, para a produção desta dissertação, fez-se necessário uma leitura apurada sobre os primórdios do processo da urbanização de São Paulo.

Por meio de bibliografia especializada sobre o tema, pode-se perceber o quão transformador foi o período supracitado, em que a cidade crescia de maneira muito acelerada, expandindo os limites da região central, cujo cerne estava no chamado “triângulo histórico”, para áreas que transpunham a margem dos rios Tamanduateí e Anhangabaú, permitindo assim a ocupação de outras áreas e possibilitando o surgimento de novos bairros.

Com tais localidades novas surgindo, apareceram os primeiros registros de industrialização da cidade, muito por conta da instalação do complexo ferroviário da capital. A pesquisa então pretendeu se ater a essa fase da história da cidade, procurando entender como este processo ocorreu, tendo como objeto de estudo, a referente cervejaria.

Para tanto, nossa intenção foi a organização de um material bibliográfico conjuntamente com a análise de fontes primárias que permitiram entender a Antarctica realmente como o patrimônio industrial que julgamos ser um pertinente elemento para a história da urbanização da cidade de São Paulo.

A metodologia adotada para o proposto estudo, a revisão e análise da produção historiográfica está relacionada à história urbana, que pode ser entendida como o estudo das dinâmicas da cidade, ou seja, a cidade por ela mesma; e à história do

urbanismo, voltada ao estudo da sua constituição como disciplina autônoma, considerando o estudo das maneiras de se projetar, construir e planejar as cidades assim como a história social para a constituição do arcabouço teórico relacionado à temática do estudo apresentado.

A História Urbana, como uma vertente da História Social, ao se ocupar das questões relativas às cidades, compreendidas como um conjunto de relações sociais nos permite uma abordagem mais ampla do estudo de caso, possibilitando uma compreensão dos atores sociais responsáveis pelas intervenções no espaço urbano, no nosso caso, o complexo fabril antarcticano e os equipamentos urbanos dele derivados.

A interdisciplinaridade definida por Bernard Lepetit como sendo as relações entre práticas científicas especializadas, inscreve-se num processo complexo de evolução contínuo no campo das ciências sociais, pois remete a lógicas e temporalidades diferentes e que não correspondem. A pertinência sobre as várias ciências sociais, para a análise da História Urbana, exige que o papel de cada uma delas seja ressaltado. Para Lepetit,

(...) a cidade é, em si mesma, um objeto complexo em que se manifestam todos os fenômenos de interação, um conjunto que é mais do que a soma de suas partes. A complexidade do sistema urbano e a evolução de suas formas de organização fazem da cidade um objeto específico, a compreender-se historicamente por si mesmo (LEPETIT, 2001: 39,40).

Ainda sobre a interdisciplinaridade, é interessante destacar que esta tem o mérito de permitir abordagens mais ponderadas dentro do campo da História Urbana, como diálogos recíprocos entre as Ciências Sociais e a História, trazendo conceitos, problemáticas e métodos de leitura da realidade social (LEPETIT, 2001:42).

Nossa pesquisa se encontra no escopo das questões concernentes ao estudo do patrimônio edificado. Nesse sentido, nos balizamos nos estudos de pesquisadoras como Beatriz Kuhl<sup>1</sup> e Manoela Rufinoni<sup>2</sup> que abordam especificamente o patrimônio industrial do bairro da Mooca, região leste da cidade de São Paulo.

---

<sup>1</sup> A autora possui importantes estudos acerca do patrimônio industrial, que podem ser vistos em *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização – Problemas Teóricos de Restauro*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009 e *Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo – Reflexões sobre a sua preservação*, 1998.

Françoise Choay, em *A alegoria do patrimônio*, apresentou uma análise sobre o conceito de patrimônio histórico e de monumento, bem como sua evolução no decorrer do tempo. Entre as diversas categorias nas quais se encaixam o patrimônio histórico, a autora elegeu para sua análise o patrimônio histórico edificado. Ainda, apresentou como este conceito está ligado à memória e ao imaginário das populações que convivem com bens patrimoniais, discutindo as ações do poder público direcionadas aos monumentos para sua preservação e a criação de leis preservacionistas (CHOAY, 2006).

Vale, todavia, ressaltar que a presente pesquisa não procura percorrer um caminho que leve às questões referentes à proposta de como realizar a preservação do complexo fabril e do patrimônio edificado ou mesmo de propostas de reutilização deste espaço. Nosso intuito primordial, sob viés de uma perspectiva histórica, é mostrar a participação da formação deste complexo na urbanização paulistana quando de sua origem.

Assim, para a confecção desta dissertação, elaboramos três capítulos nos quais pretendemos demonstrar de que maneira a Companhia Antarctica Paulista – Indústria Brasileira de Bebidas e Conexos pode servir de elemento participante da história urbana da cidade de São Paulo.

O primeiro capítulo, denominado, *Patrimônio Industrial: Herança marcada pelas chaminés*, aborda o conceito de patrimônio industrial e também de arqueologia industrial, de maneira a introduzir ao leitor um panorama geral do que fora abordado, primeiramente, na Europa, sobretudo com a Revolução Industrial inglesa, que deu os primeiros passos no sentido de se pensar sobre a preservação patrimonial advinda da indústria. Neste capítulo daremos um novo olhar, agora sobre a produção acadêmica voltada ao patrimônio industrial brasileiro, iniciada por volta da década de 1970, em que surgiram pesquisas com este caráter, um tanto tardio, ao ser comparado com outros países latino-americanos, como México e Chile. É oportuno salientar que, aqui no Brasil, desde 1937, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), órgão que motivava os debates acerca do patrimônio edificado, órgão este que

---

<sup>2</sup> O conceito de patrimônio urbano industrial é um dos elementos presentes na obra *Preservação e Restauro Urbano: Intervenções em Sítios Históricos Industriais*. São Paulo: EDUSP, 2014. Prêmio Jabuti 2014 – Arquitetura e Urbanismo.



substituiu o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), não colocava o patrimônio industrial na pauta de suas decisões, dando preferência à arquitetura colonial.

No âmbito municipal, temos o CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo, que cuida das questões patrimoniais que envolvem a salvaguarda de bens tombados, como o caso da Companhia Antarctica Paulista, lembrando que a cidade de São Paulo passa por um processo de reformulação econômica desde os anos 80, em que diversas empresas deixaram a cidade e esta passou a ter um caráter de prestação de serviços e não majoritariamente industrial, como fora nas décadas anteriores, deixando um extenso campo fabril no debate do que deve ser preservado e naquilo que deva ser demolido.

O segundo capítulo, *Um Gole de Cerveja no Patrimônio Industrial da América Latina*, trata de debater sobre alguns casos decorrentes da instalação ferroviária e como isto proporcionou a criação de indústrias em cidades como Buenos Aires, Rio de Janeiro e São Paulo, com destaque para as cervejarias. Outro ponto abordado por este capítulo é a tríade formada pela imigração alemã – ferrovia – indústria cervejeira, para entender este processo de urbanização vivido por estas cidades na virada do século XIX, pois, em ambas, um alemão, detentor do conhecimento sobre produção cervejeira, instala-se em uma área próxima a uma ferrovia e constrói sua pequena fábrica, para, anos depois, ser proprietário de um imenso complexo fabril. Lançamos mão, então, de contar as origens da Cervejaria Quilmes, na Argentina, da Cervejaria Brahma, no Rio de Janeiro e da Cervejaria Bavaria, em São Paulo, precursora do complexo fabril sediado posteriormente pela Antarctica, de modo a compreender a participação destas empresas no movimento de urbanização das cidades acima citadas.

O derradeiro e terceiro capítulo, cujo título é *Antarctica: Trajetória Industrial na Urbanização de São Paulo*, retoma o contato da imigração alemã com a produção cervejeira na cidade. Depois, mostramos as origens da fábrica da Antarctica no bairro da Água Branca, zona oeste da capital até sua mudança para o lado oposto da cidade, instalando-se no bairro da Mooca, após adquirir o controle acionário da Cervejaria Bavaria, que ali se instalara desde 1892. Após este trajeto, percorremos a Pauliceia na busca dos equipamentos urbanos produzidos pela Antarctica ao longo da primeira

metade do século XX por acreditarmos que tais empreendimentos eram feitos com o propósito de divulgar a marca e vender seus produtos pela cidade, sobretudo no centro, com o advento de salas de cinema e teatro. Por outro lado, vemos outros equipamentos com o intuito de promover a beneficência entre a comunidade, primeiramente alemã, mas que posteriormente servia à cidade de um modo geral, que foram o Hospital e as escolas administradas pela Fundação Helena Zerrenner, sobretudo no bairro da Mooca, onde a fábrica havia se consolidado, além de um bairro que fora criado onde antes era um loteamento pertencente à fábrica, o Bosque da Saúde.

Terminamos o capítulo trazendo ao leitor a importância da propaganda por meio de cartazes da Companhia Antarctica Paulista e sua relação com a cidade pois, a cervejaria se valia do crescimento urbano e econômico pelo qual São Paulo passava, usando de epítetos como *a cidade que mais cresce no Brasil*, para incluir-se nesse cenário se mostrando grande tal qual a Pauliceia.

A pesquisa se baliza em algumas leituras primordiais para entender o contexto urbano em São Paulo no período de fim do Império e início da República. Um destes exemplos é a compreensão feita por Candido Malta Campos sobre o crescimento desordenado da cidade, assim como as carências habitacionais e exclusão social, que também nos serve como pano de fundo para registrar a presença do complexo fabril formado pela Cia Antarctica e seus equipamentos alocados em diversos locais da cidade.

Outra leitura relevante para nossa pesquisa é a obra de Hugo Segawa, que mostra, por meio de charges, propagandas, matérias jornalísticas e crônicas, uma narrativa visual sobre as transformações arquitetônicas e urbanísticas para remodelamento da capital.

No tocante ao uso das fontes primárias para a realização desta dissertação, utilizamos recortes de jornal como *O Correio Paulistano*, *A Folha de São Paulo* e o *Estado de São Paulo*, ambos encontrados de modo online, por meio de plataforma digital como a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Fizemos uso, também, de material disponível no Movimento Cultural Penha, ONG detentora do acervo produzido pelo senhor Hedemir Linguitte, um funcionário da Companhia Antarctica Paulista entre 1928 e 1958, incluindo o livro por ele escrito e algumas outras referências sobre a

cervejaria. Além disso, o Almanak Antarctica de 1905, disponível na Biblioteca da Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM, com um material descritivo sobre a fábrica antarticana. No Departamento do Patrimônio Histórico – DPH, foi possível a consulta do processo no. 2007-0.162.626-3, que diz respeito ao tombamento do complexo fabril da Antarctica na Mooca, sendo fundamental para depreender elementos da arquitetura industrial com a qual a Antarctica está presente e nas indagações pertinentes à esta pesquisa. No 7º Cartório de Registro de Imóveis, com a matrícula no. 139.166, foi possível coletar dados referentes à fábrica e à vila operária, atualmente demolida.

Foram também utilizados alguns mapas elaborados por meio de Sistema de Informações Geográficas (SIG) Histórico para demonstrar como a Companhia Antarctica se instalou no tecido urbano da cidade de São Paulo. O SIG vem sendo uma ferramenta interessante ao trabalho do historiador, uma vez que promove uma fácil visualização dos espaços retratados na pesquisa.

Os mapas foram elaborados a partir das plantas cadastrais da cidade, com uma somatória de elementos que possibilitam a verificação da composição do tecido urbano junto ao equipamento da companhia. Para a composição dos presentes mapas, as plantas foram georreferenciadas e, posteriormente, vetorizadas com os elementos necessários para este trabalho. Foram aqui utilizados a Planta da Cidade de São Paulo de 1928 e foi traçado também um vetor com a descrição das zonas central, urbana e suburbana descritas no Código Arthur Saboya (1929). Posteriormente foram incorporados ao mapa os equipamentos urbanos aqui tratados.

Frente a este escopo metodológico apresentado, esta pesquisa pretende colaborar para um estreitamento entre patrimônio industrial e História Urbana, promovendo posteriores debates que levem a novas pesquisas, por intermédio da história de outras indústrias, para um novo olhar a respeito da urbanização das cidades.

Ao fim desta dissertação, constam anexos que fazem referências aos processos de tombamento da Cia Antarctica e da Cervejaria Brahma, no caso desta última, anexamos também o processo de destombamento. Além dessa documentação, elencamos um rol de plantas e projetos arquitetônicos referentes à Cervejaria Bavaria e à Companhia Antarctica, disponíveis em plataforma digital por meio do Projeto SIRCA

(Sistema de Registro, Controle e Acesso ao Acervo) elaborado pela equipe da FAU-USP em conjunto com o Arquivo Municipal Washington Luiz, sob coordenação dos professores Nestor Goulart Reis Filho e Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, sendo de imensa valia para consulta deste material como fonte primária para confecção desta pesquisa, uma vez que o Arquivo Municipal Washington Luiz é detentor de um vasto arcabouço documental que nos permite entender a dinâmica dos processos que permeiam o diálogo entre o arquiteto e a municipalidade na construção desta cidade.

## Capítulo I

### Patrimônio industrial: Herança marcada pelas chaminés

#### 1.1. A construção dos conceitos de patrimônio industrial e arqueologia industrial

Quando se pensa em patrimônio, é preciso ter em mente a que este conceito nos remete. Quanto ao seu significado semântico, a palavra patrimônio traz a ideia de herança, de um legado que nos fora deixado por gerações anteriores que, em certa medida, nos ajuda a compreender um pouco de nossa própria história e do nosso cotidiano. Também é necessário o conhecimento sobre o conceito de patrimônio histórico, conforme nos ensina Françoise Choay:

Esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito 'nômade', ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante. Patrimônio histórico. A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade quase ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos (CHOAY, 2001: 11).

A relação entre memória e história também passa pela definição de patrimônio, assim como a própria ideia de monumento, pois

O monumento é uma interpelação da memória; não apresenta nem carrega em si uma informação neutra, mas traz uma memória viva. Choay trabalha com a distinção entre monumento e monumento histórico. O sentido inicial do monumento é o de rememoração, para uma comunidade de indivíduos, de outras gerações de pessoas, eventos, ritos, crenças; faz o passado vibrar dentro da existência do presente, é um universal cultural cuja função é mobilizar a memória coletiva e afirmar a identidade do grupo. Entretanto, essa função de memória vai sendo progressivamente apagada, e o monumento torna-se a partir do século dezenove primordialmente uma experiência estética. Quatremère de Quincy designa que o monumento é construído para estabelecer o que é memorável (o monumento deixa de ser evidência da memória e passa a criá-la), ou seja, o monumento histórico é um agente de embelezamento das cidades (MENEGUELLO, 2000).

Em se tratando de urbanismo e urbanização, se faz necessário a compreensão do campo epistemológico do patrimônio industrial e o porque deste assunto ser relevante para o entendimento de questões concernentes ao desenvolvimento urbano de localidades como São Paulo na virada do século XIX para o XX, mesmo sabendo que uma dinâmica urbana já se fazia presente antes da implementação de um caráter industrial na cidade.

“São Paulo, em fins do período colonial, era uma cidade predominantemente térrea, residencial e com a metade dos seus habitantes vivendo em casas alugadas. Tratava-se de uma cidade concentrada e com espaços pouco especializados, na qual as principais funções urbanas – residência, comércio, serviços, instituições civis e religiosas – mesclavam-se numa mesma área” (BUENO, 2006).

Entendendo a cidade como um organismo vivo, podemos afirmar que ela possui uma dinâmica de adições e subtrações em sua composição e que com as transformações advindas do processo de revolução industrial ela foi um palco difuso de novas edificações de cunho fabril. Todavia, a partir dos novos processos de urbanização e das transformações das unidades produtivas nas últimas décadas, estas edificações fabris começavam a ser demolidas, surgindo uma preocupação com este patrimônio edificado. O patrimônio que envolve a indústria, via de regra, corresponde a grandes áreas em centros urbanos e sua preservação passa por questões que culminam no debate criado entre a especulação imobiliária e órgãos de preservação, muito por conta da obsolescência dessas edificações.

Foi a partir da demolição de importantes referências arquitetônicas ligadas ao passado industrial, sem que houvesse uma prévia avaliação do valor histórico deste conjunto edificado, que começaram a surgir de modo incipiente, a fundação de sociedades de estudo e pesquisa para a preservação deste patrimônio industrial. O Reino Unido, por ser considerado o berço da industrialização é, por conseguinte, quem sai na frente desta empreitada, culminando no que passou a ser chamado de Arqueologia Industrial.

O período histórico adotado como início de um recorte cronológico para o entendimento desta arqueologia industrial é a partir da segunda metade do século

XVIII, na denominada Revolução Industrial Inglesa, porém, não colocando em detrimento as atividades industriais anteriores a este marco. O interesse pelo patrimônio industrial ganhou força a partir dos anos 60 do século XX na Inglaterra quando do debate em torno da demolição da Estação Ferroviária de Euston.



*Figura 1*

*Entrada da Euston Station, da ferrovia que ligava Londres a Birmingham antes da demolição. Disponível em: <http://trilhosdooste.blogspot.com.br/2014/11/fato-e-simbolo.html> Acesso em 20 setembro 2016.*

Entretanto, esta foi demolida dois anos mais tarde. Ainda que, num primeiro momento tal debate possa parecer infrutífero, serviu de estopim para que o tema da proteção e preservação de edificações industriais ganhasse relevância: *O interesse e movimentos para a preservação do patrimônio industrial estiveram ligados na Inglaterra, desde seus princípios, ao que se chamou de “arqueologia industrial”, que se refere ao levantamento, estudo e preservação desses bens”.* (KUHL, 1988: 221)

Ainda de acordo com Beatriz Kuhl, o termo arqueologia industrial apresentou diversos significados quando do seu surgimento. Em suma, podemos dizer que na Inglaterra, a expressão tem seu significado intimamente ligado ao processo de Revolução Industrial ainda que muitos estudiosos não adotassem a revolução como marco cronológico, pois:

As atividades industriais eram entendidas como a exploração de matérias-primas naturais e sua transformação para serem usadas pelo homem, com um tipo de organização e escala de produção que não mais poderiam ser consideradas artesanato. No entanto, todos esses conceitos, Revolução Industrial, indústria, artesanato, não tem definição precisa, não havendo consenso entre os especialistas. (KUHL, 1988: 222)

Na França, Maurice Damas, um dos autores sobre o tema, também deu sua contribuição sobre o termo arqueologia industrial:

“ [...] a arqueologia industrial, que não deve ignorar nada do que ensina a história tradicional, tem por objeto principal a pesquisa e o estudo dos sítios onde se desenrolaram esses tipos de atividade, e os testemunhos artificiais, os artefatos, que aí permanecem. Mas trata-se do primeiro passo da nossa disciplina. A pesquisa e a observação permitem identificar o que não foi ainda destruído, determinar a sua historicidade, apreciar seu interesse, provocar sua salvaguarda. Pois é nisso, sem dúvida, que convém reconhecer o objetivo primordial da arqueologia industrial. “ (DAMAS, Maurice. *L'Archéologie Industrielle en France*. Paris, Laffont, 1980: 428 apud KUHL, 1988: 224).

Sendo assim, a arqueologia industrial prima pela compreensão do monumento em diversos aspectos sociais, econômicos e culturais, sabedora de que o patrimônio industrial contempla um amplo campo interdisciplinar do saber, que vai da História, passando pela Arquitetura e Urbanismo, Geografia, Direito, entre outras. Uma das reflexões acerca da arqueologia industrial que ganhou destaque foi aquela veiculada durante o Primeiro Congresso Internacional para a Conservação do Monumentos Industriais (FICCIM), ocorrido na Inglaterra, no *Ironbridge Museum*, em 1973. Posteriormente, em 1986, o museu ganharia o status de patrimônio mundial da Unesco<sup>3</sup>.

Este congresso recebeu representantes de diversos países como Estados Unidos, Canadá, Alemanha Oriental e Ocidental, Holanda, Irlanda e Suécia, com diversas contribuições de autores como Robert M. Vogel, um dos fundadores da *Society for Industrial Archeology*, nos Estados Unidos; Marie Nisser, da Suécia; Massimo Negri, da Itália; o já citado anteriormente Maurice Damas, da França; além de Sir Neil Cossons and Buchanan do Reino Unido (ROSA, 2011).

---

<sup>3</sup> Conforme site <http://www.ironbridge.org.uk> Acesso em 28 agosto 2016



O desenvolvimento desta área de pesquisa culminou em duas edições da Conferência Internacional sobre a Conservação dos Monumentos Industriais, em 1975, na Alemanha e três anos depois, na Suécia, ao passo que, em 1981, em uma Conferência realizada em Lyon e Grenoble, foi fundado o TICCIH, *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage*, um órgão voltado às questões referentes a salvaguarda do patrimônio industrial.

Destarte, o conceito de patrimônio industrial foi consolidado gradualmente a partir do reconhecimento dos seus múltiplos valores, entre os quais o valor histórico ou de “testemunho” histórico, representando um momento específico da evolução das atividades humanas; o valor social, documentando a experiência do trabalho industrial; o valor tecnológico, registrando as transformações técnicas e tecnológicas dos processos industriais; o valor científico, servindo como fonte para o estudos científicos em campos diversos, tais como a História social e econômica e a Sociologia; e por fim, o valor arquitetônico, refletindo em seus projetos (forma e aparência) a função específica a qual deveria realizar e também muitas vezes apresentando grande qualidade arquitetônica.

O patrimônio industrial preconiza o olhar para atividades que tiveram e que ainda têm profundas consequências históricas, imbricando-se de valor social como parte do registro de vida de indivíduos comuns e, como tal, conferindo a estes um forte sentimento de identidade. Na história da indústria, da engenharia, da construção, o patrimônio industrial apresenta um valor científico e tecnológico, para além de poder também apresentar um valor estético, pela qualidade de sua arquitetura, de seu *design* ou de sua concepção. Estes valores são intrínsecos aos próprios sítios industriais, suas estruturas, seus elementos constitutivos, sua maquinaria, sua paisagem industrial, sua documentação e também aos registros intangíveis contidos na memória dos homens e de suas tradições.

Há uma multiplicidade de valores no conceito de patrimônio industrial que foi sendo consolidada gradualmente a partir do seu reconhecimento primeiramente como valor histórico, representando uma passagem específica da evolução das atividades fabris, como relevância também existe seu valor social, a experiência do trabalho industrial; o valor tecnológico, cujo registro denota transformações técnicas e

processuais da indústria; que serve de fonte para entendimento de questões como o papel da indústria no processo de urbanização, como pretendemos demonstrar nessa dissertação; e por fim, o valor arquitetônico, que corrobora para uma tipologia industrial cuja forma e aparência tem suas funções específicas.

O patrimônio industrial também nos ajuda a compreender o próprio processo de industrialização do local em que se encontra tal patrimônio, portanto, acaba sendo indissociável sua atuação perante outros elementos componentes, por exemplo, de uma cidade que contenha um complexo fabril e cuja dinâmica perpassa o cotidiano dessas fábricas.

Desta forma, a arqueologia industrial prima por se valer de vários campos do conhecimento, articulando saberes em torno de um método interdisciplinar.

A respeito do termo arqueologia industrial, pode-se, em primeira instância, perceber que a palavra arqueologia foge um pouco do conceito semântico original, intimamente, ligado à escavação, uma vez que nem sempre tal prática haveria de ser aplicada para se tratar do patrimônio. No entanto, quando o termo é utilizado da maneira como foi proposto nas décadas de 1970 e 80, seu sentido tem grande valia para referendar o estudo acerca do patrimônio industrial.

De profunda relevância é o objeto a ser estudado, uma vez que as definições de arqueologia industrial e de patrimônio industrial compreendem processos de produção, circulação e divulgação do que é fabricado, além de suas edificações e da arquitetura que configura um ambiente fabril, como os galpões, chaminés e em muitos casos, a orla ferroviária nas regiões lindeiras às fábricas.

É de se destacar a importância de estudos que tragam um debate sobre a relação que o patrimônio tem com a cidade e sua composição no cenário urbano, de modo que uma análise pormenorizada abarque o tema de maneira ampla, com múltiplos olhares.

## 1.2. Um olhar sobre patrimônio industrial no Brasil

A pesquisa do patrimônio industrial no Brasil inicia-se antes da propagação conceitual da arqueologia industrial no país, ocorrida durante a década de 1970. Pode-se dizer, porém, que os estudos e também a preservação do patrimônio industrial no

Brasil são ainda bastante recentes. Da mesma maneira o conhecimento prático e metodológico sobre o tema está ainda sendo disseminado de modo paulatino, com o patrimônio industrial sendo parte integrante do patrimônio cultural em geral.

Os exemplos mais antigos, ou pioneiros, apresentam um valor especial. A conservação do patrimônio industrial depende da preservação de sua integridade funcional, e as intervenções realizadas num sítio industrial devem, tanto quanto possível, visar à manutenção desta integridade. O valor e a autenticidade de um sítio industrial podem ser fortemente reduzidos se a maquinaria ou componentes essenciais dele forem retirados, ou se os elementos secundários que fazem parte do conjunto forem destruídos.

Seja no mundo acadêmico ou nas esferas governamentais, passando pelo público em geral, vê-se ainda poucos debates sobre o patrimônio industrial no Brasil, em comparação com países da América Latina como México e Chile, onde uma tradição de inventariação e conservação foi estabelecida, porém, vale ressaltar que em 2004, uma representação brasileira do TICCIH foi organizada. Os principais objetivos do Comitê são apoiar iniciativas de salvaguarda do patrimônio industrial, oferecer às comunidades e aos órgãos governamentais pertinentes assistência especializada, trazer ao âmbito da pesquisa a reunião de pesquisadores de diversas partes do país e sensibilizar a opinião pública para o patrimônio industrial (FONTES: 2006).

A análise sobre a motivação tardia do Brasil pelas questões patrimoniais envolvendo a indústria também leva em conta que o próprio processo de industrialização e da desindustrialização em países em desenvolvimento são posteriores àqueles nos países desenvolvidos. A industrialização brasileira ganhou expressão apenas depois de 1930 e o fardo da desindustrialização foi sentido apenas nas décadas de anos 1980-90.

Em 1976, o historiador americano Warren Dean publicou o primeiro artigo acadêmico sobre o tema no Brasil, intitulado “Fábrica São Luiz de Itu: Um estudo de arqueologia industrial” e o 1º seminário nacional sobre Patrimônio Industrial (I Encontro de Patrimônio Industrial) ocorreu em novembro de 2004 na Universidade Estadual de Campinas. Podemos destacar também São Paulo, por ser uma região altamente industrializada do país, presente de forma atuante nas discussões acadêmicas sobre

pesquisa e preservação relativas ao patrimônio industrial, explicitadas nas palavras da professora Cristina Meneguello:

Acredito que chegamos a um ponto em que não fazia mais sentido o Brasil estar excluído de uma atuação mais efetiva junto ao TICCIH. As condições estavam todas dadas, mas muitas vezes é necessária apenas uma faísca, um início... e, se for para renarrar essa história recentíssima, sem obliterar tantos esforços anteriores, eu diria que essa “faísca” foi dada pelo historiador Paulo Fontes, autor de uma tese sobre a indústria Nitro-Química, e que procurou organizar um grupo composto por acadêmicos e também por cidadãos, que se reuniram por cerca de um ano na Escola de Sociologia e Política em São Paulo. Foi nesse grupo, composto desde o princípio por Paulo Fontes, Ronaldo André Rodrigues – que aderiu desde o início com entusiasmo, Henrique Vichnewski, Leonardo Mello, eu, a Silvana, Telma Correia, Gabriela Campagnol, também extremamente ativa, e composto por pessoas que infelizmente não podem mais estar conosco, como Moema Gontijo e Philip Gunn – e me desculpo se estiver esquecendo alguém – enfim, foi nesse grupo que nasceu a ideia de realizar o encontro e sediá-lo na Unicamp, que por sua vez nos deu amplo apoio. Foi no encontro que tornamos oficial e pública a fundação do Comitê Brasileiro. No encontro, do qual participaram a representante do TICCIH na América Latina, Belém Oviedo, e o representante do TICCIH em Portugal, Prof. José Lopes Cordeiro, ficou claro que o TICCIH aguardava, ansioso, essa iniciativa por parte do Brasil (SCHICCHI, 2005).

Entretanto, o respeito ao valor cultural desses bens do patrimônio industrial nas ações de reutilização no Brasil é bastante discutível.

É interessante notar que alguns monumentos atualmente considerados parte do patrimônio industrial do país não foram tombados visando sua salvaguarda, seja porque sua arquitetura não despertava maior interesse do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como a arquitetura colonial ou, por outro lado, não eram considerados de cunho relevante para a história nacional.

Destarte, o Brasil ainda está a desenvolver um conhecimento teórico, metodológico e prático consistente no campo do patrimônio industrial e a salvaguarda do patrimônio industrial ainda não se faz presente nas políticas públicas nacionais. Esta postura pode ser verificada pela parca quantidade de fábricas e de seus complexos fabris protegidos pelos órgãos de conservação ou pela iniciativa privada, ainda por conta de uma ausência de políticas governamentais adaptadas às especificidades da salvaguarda deste tipo de patrimônio.

Em países com maior preocupação em torno deste campo de pesquisa, houve a promoção de políticas e diretrizes específicas como a realização de inventários

extensivos dos vestígios industriais, entre eles: o “Industrial Monuments Survey” iniciado em 1963 na Inglaterra; o “Inventaire Général du Patrimoine Industriel” iniciado em 1986 na França; o “Scottish Industrial Archaeology Survey” lançado em 1977 na Escócia (RODRIGUES & CAMARGO, 2010).

Ainda, há de se considerar como elemento para o reconhecimento dos valores histórico e artístico do patrimônio que os edifícios industriais são, em larga medida, “reutilizáveis” ou “refuncionalizáveis” pelas suas próprias características espaciais: “[...] os edifícios isolados, em geral de construção sólida, sóbria e de manutenção fácil são facilmente adaptáveis às normas de utilização atuais e se prestam a múltiplos usos, públicos e privados” (CHOAY, 2001:219 apud RODRIGUES & CAMARGO, 2010).

Adiciona-se ainda o potencial visto pela especulação imobiliária no valor dos terrenos, uma vez que, as áreas industriais são, via de regra, grandes loteamentos em posições estratégicas com uma adequada infraestrutura.

Desse modo, tais características levam as edificações fabris a serem vistas muito por conta do seu potencial mercadológico, em detrimento do seu aspecto histórico e formador da morfologia urbana da região onde se encontram. Sendo assim, esse patrimônio fabril acaba por tornar-se muitas vezes, objeto dos mais diversos usos, como centros culturais e esportivos, museus, habitações, entre outros. Porém, muitas vezes, a especulação dos imóveis promove um total esquecimento do existente ou provoca um pseudointeresse pela restauração com o desígnio de construir novos empreendimentos induzindo a escolha de novos usos (RUFINONI, 2004:154).

A cidade de São Paulo tem passado por um processo de desaceleração de sua atividade industrial, constituindo para a pesquisa um campo proficiente para a análise das questões sobre a preservação de seu patrimônio industrial. Parte desses conjuntos fabris está tombada ou em processo de análise pelo órgão de proteção municipal da cidade de São Paulo (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - CONPRESP). Faz-se necessário salientar que, na legislação brasileira, o instrumento jurídico de proteção patrimonial por excelência é o tombamento, surgido com o decreto-lei no 25 de 30.11.1937, autoria de Rodrigo M. F. de Andrade, diretor-geral do então SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), atual IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional). Os termos jurídicos desse instrumento permeiam principalmente a questão de propriedade e não se detém em relação à particularidade da função dos bens arquitetônicos, pois ao tombamento não compete determinar a permanência de usos nos bens, ainda que possa regulamentar determinadas funções.

No âmbito municipal, o tombamento é regido pelas leis nº 10.032 de 27.12.1985 e nº 10.236 de 16.12.1986, que alteram alguns dispositivos da anterior. Neste caso a definição da função das edificações também está atrelada às regulamentações do órgão conselheiro de preservação municipal (CONPRESP) cujas atribuições são, por exemplo: Art.11º “As resoluções de tombamento definitivo de bens culturais e naturais devem incluir diretrizes diferenciadas de utilização e preservação nos casos em que tais indicações se fizerem necessárias” (SÃO PAULO, 1985).

Parte do processo de desindustrialização da capital paulista se deve a mudança de seu perfil econômico, que passa de um caráter industrial para a promoção de prestação de serviços, em torno da década de 1980 e, antes ainda, a substituição do uso da malha ferroviária pelo uso das rodovias, a partir dos anos 1950.

A princípio, grande parte dos conjuntos fabris encontra-se em estado de deterioração e a perda deste uso industrial abarca questões que vão além do complexo industrial, como o caso da Companhia Antarctica Paulista, a ser analisado nas páginas seguintes.

## Capítulo II

### Um gole de cerveja no patrimônio industrial da América Latina

O capítulo anterior trouxe, em sumárias linhas, algumas referências conceituais sobre patrimônio e arqueologia industrial, com um olhar voltado às iniciativas europeias e posteriormente também no Brasil acerca deste tema de pesquisa. Nas páginas seguintes a intenção é demonstrar alguns casos da relação decorrente da industrialização latino-americana e a urbanização de cidades como Buenos Aires, Rio de Janeiro e São Paulo, sobretudo no que concerne à participação das indústrias cervejeiras neste contexto urbano.

#### 2.1. Industrialização na América Latina

Na Europa, o processo de produção e interligação territorial tendo por base a estrutura capitalista se deu através da ferrovia. Paulatinamente, com a produção industrial do equipamento ferroviário foi possível que tal meio de transporte fosse levado também para outros continentes. O tempo passou a ser concebido de maneira diferente, os deslocamentos eram acelerados, de um modo mais racionalizado que outrora. Além disso, na América, a implantação da ferrovia também permitiu a ligação entre áreas produtoras de matérias-primas em direção aos portos, facilitando o escoamento desses produtos. Contudo, é possível perceber uma particularidade que difere o caso americano do europeu: muito mais do que uma via de ligação e escoamento de produção, as ferrovias implementadas nas cidades latino americanas foram também um essencial elemento indutor da urbanização destes territórios, responsável pela formação e adensamento de núcleos urbanos e industriais.

Ainda assim, no que concerne a esta industrialização, é pertinente trazer, como que num soslaio, um aspecto prévio da Revolução Industrial na Europa, referente à técnicas de mecanização:

“A mecanização da pistolagem foi um acontecimento tão decisivo quanto a mecanização da fiação ou da tecelagem no século XVIII”, diz Carus-Willson. As grandes pás de madeira movidas pela roda hidráulica, introduzidas na mais difundida indústria do tempo - a dos panos - para substituir os pés dos operários pisoeiros acabam por ser perturbadoras, revolucionárias. Perto das cidades, quase sempre localizadas nas planícies, a água não tem força viva dos rios e das quedas de água das colinas ou das montanhas, donde a tendência para instalar os moinhos de pisoeiro em campos por vezes selvagens e atrair para lá a clientela de mercadores. Assim se desvia o privilégio artesanal das cidades, ciosamente guardado. E estas, evidentemente, tentam defender-se impedindo que os tecelões que trabalham dentro das suas muralhas de mandar pisoeiro fora os seus tecidos (BRAUDEL, 2009: 505).

Neste sentido, podemos depreender que, mesmo antes do advento da ferrovia, já era possível pensar numa economia com um viés que permeasse um desenvolvimento advindo das máquinas:

“Talvez por ser para ela [Alemanha], situada entre dois mundos dominantes que a delimitam a norte e a sul, uma maneira de impor sua participação nas trocas internacionais. Mas acima de tudo por causa do desenvolvimento das suas atividades mineiras, que não esta apenas na origem de uma recuperação da economia alemã, a partir dos anos de 1740, avançada em relação ao resto da Europa. A extração dos minérios de ouro, prata, cobre, estanho, cobalto, ferro, suscitou uma série de inovações (quanto mais não fosse, o uso do chumbo para separar a prata misturada com o minério de cobre) e a instalação de uma aparelhagem gigantesca para a época, destinada ao bombeamento das águas de infiltração e à elevação do minério” (BRAUDEL, 2009: 508).

Mais adiante, a urbanização do território no século XIX perpassa, em certa medida, questões relacionadas à industrialização. Na América Latina isto não foi diferente, ainda que não se possa generalizar tal processo em todos os países, a intenção deste capítulo é abordar o surgimento da indústria e o processo de industrialização e sua relação com a urbanização nas cidades latino-americanas na virada do século XIX para o século XX, sobretudo em Buenos Aires, na Argentina, no Rio de Janeiro e São Paulo. Temos por base que elas ocorreram no período pós-independência, algumas substituindo a antiga manufatura colonial e com base na exportação, culminando num melhoramento da infraestrutura. Tal processo não ocorreu de maneira equânime em todas as economias latino-americanas, sendo que em algumas delas seu crescimento foi obtido de modo bastante tardio.



Ocasionalmente, as unidades industriais rurais produziam um excedente que era vendido nas cidades; conhecem-se exemplos de produção caseira das comunidades indígenas para o mercado local ou nacional, oferecida usualmente nas feiras anuais. Não obstante, no conjunto do continente, embora tenha assumido muitas formas nas capitais provinciais e na capital nacional, a manufatura era um fenômeno urbano (LEWIS, 2009: 115).

Como parte deste sistema de uma estrutura industrial “colonial” estava a *obraje*:

Essas unidades de produção tinham uma longa história, datada, nos principais países da América espanhola, pelo menos do século XVII. Sua produção era ao mesmo tempo urbana e fabril e quase invariavelmente em grande escala. As grandes empresas empregavam centenas de trabalhadores, que residiam muitas vezes nas próprias instalações da fábrica. Caracterizavam-se igualmente pelo uso de trabalho servil, ou recrutado à força no campo ou comprado nos mercados locais de escravos (*op cit*, p.115).

Outra questão de importante relevância era a realocação das fábricas, em alguns casos provocada pela excessiva regulamentação municipal e também por uma busca de melhor acesso à oferta de matéria-prima e de escoamento da produção, geralmente, por via fluvial, o que, outrossim, ampliaria o tecido urbano dessas regiões.

A industrialização no Brasil está relacionada ao complexo ferroviário ligado a produção cafeeira. “A introdução do sistema ferroviário, sem dúvida alguma, provocou uma redução apreciável nos custos de transporte do café, anteriormente feito em carro de boi ou através de tropas, em direção aos mais próximos portos fluviais e marítimos da região” (CANO, 1990: 29).

Na medida que a malha ferroviária se desenvolvia pelo país, a Estrada de Ferro D. Pedro II (Central do Brasil), por exemplo, ao atingir Barra do Piraí, com pouco mais de 100 quilômetros de rede, em virtude de problemas financeiros, foi entregue ao governo imperial e, a partir de 1865, teve sua extensão patrocinada pelo Império e não mais pelo capital cafeeiro. Outras ferrovias menores tiveram curta duração de capital privado, sendo nos primeiros anos do novo século geridas pelo governo federal (CANO, 1990:29).

Em 1910, em São Paulo, havia vinte ferrovias, sendo duas de propriedade do governo federal, uma estadual e uma de capital estrangeiro, sendo as dezesseis demais de propriedade privada nacional, entre elas a Mogiana e a Paulista. Num período de dez anos compreendido entre 1876 e 1886, estas duas ferrovias passavam

de 200 para 611 quilômetros de extensão e, ao final de 1897, já contavam com mais de 1600 km. Grandes cafeicultores foram os responsáveis pela organização e investimento dessa malha ferroviária (CANO, 1990: 52).

Já na primeira década do século XX, a produção industrial, majoritariamente destinada à exportação, teve seus olhares voltados a um promissor mercado interno. Uma das primeiras indústrias que se instalaram em cidades latino-americanas foram as cervejarias.

As cervejarias de Quilmes e de Lomas de Zamora, nos subúrbios de Buenos Aires, figuravam entre os maiores estabelecimentos do mundo na produção de cervejas leves, enquanto a cervejaria Antártica, em São Paulo, se havia firmado como uma das maiores empresas comerciais do Brasil. (LEWIS, 2009: 122).

Indústrias com grande estrutura arquitetônica e territorial, aplicando tecnologias avançadas no processo de produção, mas que eram exceção dentro de um contexto geral em que a maioria das fábricas eram de pequeno porte. O fato do emprego da tecnologia avançada não implicava na evolução de todas as fábricas, o arcaico e o moderno se imiscuíam dentro da fragmentação da estrutura industrial instalada.

O avanço da industrialização, seja de forma célere ou tardia, passa também pela questão da imigração, nesse sentido, em Buenos Aires, tomamos como exemplo a implantação da já citada anteriormente, Cervejaria Quilmes.

## 2.2. Implantação das cervejarias na América Latina e seus desdobramentos: o caso de Quilmes

No processo de industrialização da América Latina, a instalação das cervejarias estaria relacionada a países que receberam imigração alemã. Muitos imigrantes trouxeram este conhecimento de produção cervejeira. Dentre as principais cervejarias implantadas nas cidades que se urbanizavam entre o final do século XIX e o começo do século XX, a cidade de Quilmes, na Argentina, e as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro serão *locus* da implantação de parques industriais voltados para a produção da cerveja.

A cidade de Quilmes situa-se numa região localizada ao sul de Buenos Aires, cerca de 20 quilômetros da capital, num terreno elevado a partir da base do canyon à margem do rio da Prata. Leva esse nome em razão do assentamento formado por volta de duzentas famílias indígenas da tribo dos *Kilmes* que, após serem expulsas do Vale Calchaquíes, na área ao norte da capital argentina, formaram o povoado denominado Redução da Santa Cruz dos Índios Kilmes<sup>4</sup>. Por diversas razões, a população original foi decrescendo e com novos povos ocupando a região a partir do final da década de 1810, o comércio promovia o desenvolvimento econômico do local.

A partir de 1872, a estrada de ferro Buenos Aires-Ensenada foi implantada na região possibilitando o surgimento de diversas indústrias nas regiões lindeiras a ela, uma vez que este meio de transporte viabilizava o escoamento da produção. Com isso, a iniciativa privada atuaria na formação de grandes complexos industriais, sem apoio da província, mas com uma certa autossuficiência.



*Figura 2*

Estação de Quilmes. Disponível em: <http://museoferroviario.flavam.com/galestquilmes.html> Acesso em 20 setembro 2016.

---

<sup>4</sup> De acordo com o site <http://argentea.com/kilmes/>. Acesso em 10 setembro 2016

A cervejaria Quilmes está localizada ao sul de Buenos Aires, região na qual se estabeleceu o imigrante alemão de nome Otto Bemberg, no final do século XIX. Após casar-se com a criolla Maria Luisa de Ocampo, herdeira de uma das maiores fortunas da Argentina, Bemberg fundou, em 1887, La Cervecería Argentina Quilmes S.A. Vale lembrar que, alguns anos antes, em 1872, a estrada de ferro Buenos Aires-Ensenada havia sido implantada e, com isto, a possibilidade do surgimento de diversas indústrias nas regiões lindeiras a ela.



*Figura 3*

Cervejaria Quilmes em 1900, com destaque para as chaminés do complexo fabril. Disponível em [http://www.miciudadezpeleta.com.ar/historia/quilmes\\_imagenes.htm](http://www.miciudadezpeleta.com.ar/historia/quilmes_imagenes.htm) Acesso em 15 setembro 2016.

Além da ferrovia, imprescindível ferramenta para o escoamento da produção, outros elementos corroboravam para a instalação da cervejaria naquela região, como o clima favorável a fermentação do lúpulo, as proximidades ao porto de Ensenada e Buenos Aires, as extensões territoriais e uma comunidade organizada para promover o crescimento da indústria<sup>5</sup>.

Tal crescimento aconteceu não somente no âmbito industrial, como também no que se refere a própria localidade em termos de desenvolvimento, como pavimentação e surgimento dos primeiros edifícios, de tal forma que a unidade fabril era composta por

---

<sup>5</sup> Disponível em [http://www.todopatrimonio.com/pdf/cicop2010/40\\_Actas\\_Cicop2010.pdf](http://www.todopatrimonio.com/pdf/cicop2010/40_Actas_Cicop2010.pdf) Acesso em 10 setembro 2016

um complexo industrial. Em 1910, a fábrica ocupava uma área de 19 *manzanas* (edificações), divididas em edifícios com casa de máquinas, refrigeradores, ferraria, depósitos, galpões para armazenamento das bebidas, casa para o diretor técnico, para os capatazes, maquinistas, operários e suas respectivas famílias, na forma de conjunto habitacional, que ainda contava com espaço para jardim e terreno para horta, além disso, uma área destinada a criação de um parque recreativo.

Também no Brasil, em meados do século XIX, houve uma produção habitacional por parte das empresas para operários e demais funcionários das indústrias que se implantavam, quer nas cidades ou em regiões rurais. A cargo dessas empresas ficava o controle imobiliário e dos equipamentos coletivos por ela patrocinados.

Nas referências internacionais, esses lugares surgem com várias designações, como *company town*, *industrial village*, *cit  ouvri re* e *cottage system*. Em um estudo sobre a constituição e a forma de tais lugares nos Estados Unidos, a pesquisadora Margaret Crawford usa o termo *company town* como uma forma genérica, enfatizando, entretanto, como ao longo da trajetória da industrialização americana uma série de mudanças na indústria e na geografia gerou uma sucessão de tipos de *company town*: a *mill village*, a *corporate city*, o *lumber camp*, a *mining town*, o *industrial suburb* e a *satellite city* (CORREIA, 2010).

Ainda no que tange às questões de desenvolvimento urbano da região, a Quilmes obteve a concessão da linha férrea da Cia de Tramway de la Ciudad de Buenos Aires, permitindo intervenções na construção da linha.

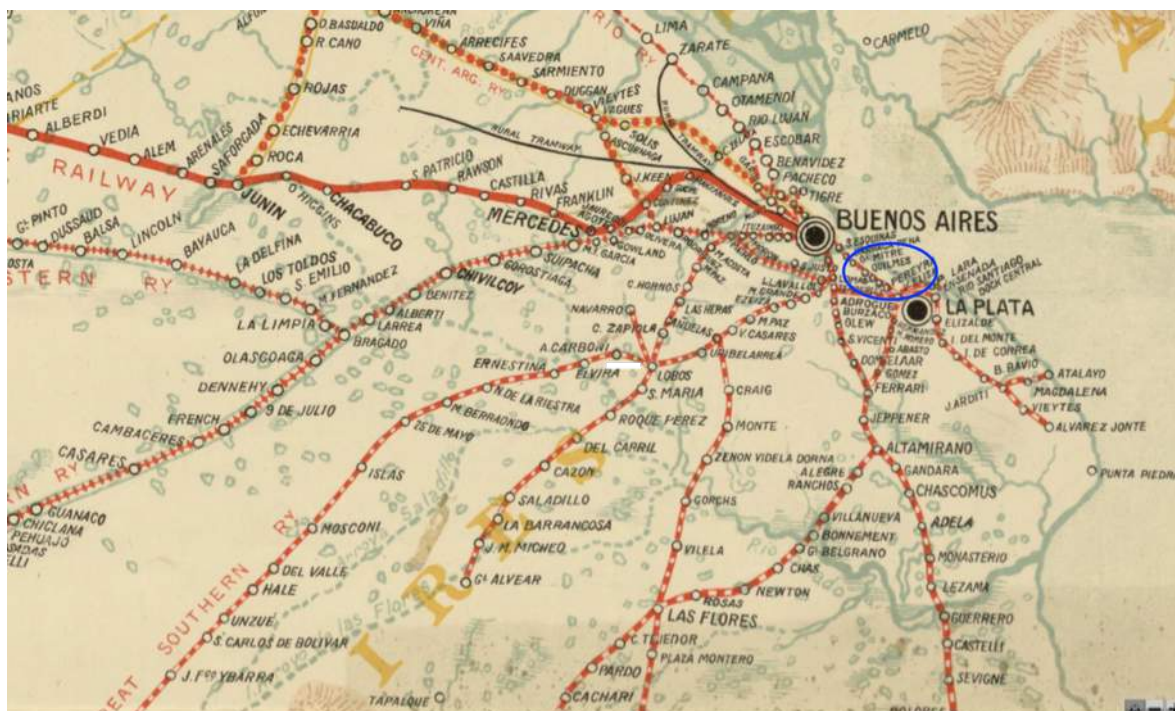


Figura 4

Mapa ferroviário da Argentina em 1899. Disponível em <https://www.wdl.org/pt/item/11314/view/1/1/>  
Acesso em 20 setembro 2016.



Em São Paulo, o complexo implantado tem características semelhantes aos demonstrados nesta imagem. [http://elquilmero.blogspot.com.br/2010/11/los-120-anos-de-la-ceveceria-quilmes\\_2416.htm](http://elquilmero.blogspot.com.br/2010/11/los-120-anos-de-la-ceveceria-quilmes_2416.htm)  
Acesso em 15 setembro 2016

Figura 5



O empreendimento fabril se estendeu, como dito anteriormente, à construção de casas para diretoria e operários. Dessa maneira, foi instituído um plano de financiamento para créditos hipotecários a fim de que os funcionários adquirissem seus terrenos próximos à fábrica.

Em 1922, o complexo industrial aumentou com a construção de um parque para lazer e entretenimento dos funcionários e seus familiares. Com infraestrutura para receber diversos eventos e práticas desportivas, o parque conta com uma área de 87 mil metros quadrados, com uma grande variedade de árvores.



*Figura 6*

Portão de entrada do Parque. Disponível em

<[https://restoradores.cloudinary.com/image/upload/sylO2yQ5f/c\\_fit,f\\_auto,h\\_500,w\\_700/v1/restaurant\\_photos/d/5203/34814/restaurante\\_el-parque-de-la-cerveceria\\_zona-sur\\_entrada.jpg](https://restoradores.cloudinary.com/image/upload/sylO2yQ5f/c_fit,f_auto,h_500,w_700/v1/restaurant_photos/d/5203/34814/restaurante_el-parque-de-la-cerveceria_zona-sur_entrada.jpg)> Acesso em 10 setembro 2016.

As casas construídas para operários e diretoria da fábrica formam o bairro denominado “Villa Argentina”. Seguindo tendências urbanísticas das primeiras décadas do século XX, a vila se configura através de uma via diagonal que rompe com o traçado

ortogonal fazendo uma ligação com o parque, com características de bairro jardim, com casas em estilo neocolonial rodeadas de jardins e cercas vivas.

Paulatinamente novas casas foram sendo construídas, além de uma escola, respondendo aos anseios de seus moradores e, em 1966, sob projeto do arquiteto Alejandro Bustillo, foi erguida a capela San José Obrero, também em estilo neocolonial.



*Figura 7*

Entrada da Villa Argentina. Disponível em: <http://elcocoliche.blogspot.com.br/2012/07/el-barrio-villa-argentina-de-quilmes.html> Acesso em 10 setembro 2016.

Atualmente a Villa Argentina está habitada por empregados, ex empregados e descendentes de operários da fábrica, entre outros, com a empresa ainda por administrar o estado de conservação geral do bairro, com algumas intervenções pontuais.





*Figura 8*

Capela de San José Obrero. Disponível em: <http://elcocoliche.blogspot.com.br/2012/07/el-barrio-villa-argentina-de-quilmes.html> Acesso em 10 setembro 2016.

O complexo urbano criado por Bemberg – a fábrica, o parque e a vila – constitui elementos necessários para justificar sua preservação juntos aos órgãos de patrimônio argentino, uma vez que apresenta características arquitetônicas, simbólicas, estéticas, entre outras, que corroboram com a história de Quilmes e de uma Buenos Aires que passava por transformações urbanas quando da instalação da fábrica, como vimos nesta dissertação.

Do mesmo modo, é muito importante salientar novamente a presença da imigração como provedora da instauração de um caráter empreendedor na região, fato que ocorreu também em tantas outras cidades latino americanas. Em 1914, dois terços dos empresários industriais eram estrangeiros, sendo que os nativos atuavam de forma

mais contundente na pecuária e outros processos ligados à agricultura. No Chile, Peru e Uruguai, a presença dos imigrantes também se faz de maneira significativa. Na Argentina, a indústria promoveu, através de suas atividades exportadoras, uma economia urbana que culminaria numa alteração da composição de sua classe média. A virada do século modificou severamente a sociedade argentina, de acordo com as demandas advindas dessas atividades exportadoras e do financiamento por elas praticado.

Trazer o exemplo de uma fábrica para explicar este processo de mudança de um paradigma econômico rural para os primórdios da industrialização é, antes de mais nada, a tentativa de expor um viés pelo qual a história da América Latina pode ser abordada e, por conseguinte, a história do urbanismo dos países que a compõem. Uma fábrica traz imbricada em si muito mais do que o produto por ela fabricado. Traz questões concernentes a sua instalação e aos agentes que fazem tal empreitada, como a diretoria e o operariado, que demandam uma infraestrutura de moradia, educação, transporte e lazer, fazendo com que este conjunto de ações possibilite uma configuração diferente ao território e às dinâmicas de se viver na cidade.

A fábrica tinha a intenção de promover benesses para seus funcionários, criando um hospital local em 1919 e um sistema de serviços sanitários e água corrente em 1931. Em 1921, promovendo uma melhoria de qualidade de vida para seus funcionários, fundou-se a Associação Desportiva Cervejaria e Malteria Quilmes e, desde 1927, se encontra na fábrica um corpo especial de enfermaria, além de pediatria e odontologia, com um consultório gratuito para os funcionários e familiares.

Apos 50 anos de atividades, a Quilmes criou, além da Villa Argentina, em 1941, a Escola no. 30 “Manuel Belgrano” e três anos depois, o Pavilhão de Maternidade no Hospital de Quilmes, que levou o nome do fundador da fabrica, Otto Sebastian Bemberg.



*Figura 9*

Entrada da Escola Manuel Belgrano. Disponível em: <http://elcocoliche.blogspot.com.br/2012/07/el-barrio-villa-argentina-de-quilmes.html> Acesso em 10 setembro 2016.

Nos anos 90, na região de Zarate, uma nova fábrica foi construída para a produção de água engarrafada - a “Eco de Los Andes” - promovendo uma expansão no campo das bebidas para a empresa. A Quilmes entrou no século XXI selando o acordo de união com a Ambev, que proporcionou no final da década, ampliações nas produções fabris de cerveja, água e refrigerante, também na fábrica de Zarate.

### 2.3. Implantação das cervejarias no Brasil: o caso da Cervejaria Brahma e “Rio Maravilha”

A cerveja teria chegado ao Brasil provavelmente por volta de 1634 a 1654, durante o período da presença holandesa no nordeste da colônia de Portugal, pela Companhia das Índias Ocidentais. Com a saída dos holandeses em 1654, feita por portugueses e ingleses, a bebida só reapareceria no Brasil no final do século XVIII. Antes da abertura dos portos em 1808, pela família real portuguesa, a cerveja consumida no Brasil era contrabandeada e chegava pelo Recife, Rio de Janeiro e Salvador.

A partir desta data, inúmeros comerciantes estrangeiros, sobretudo da Inglaterra, traziam entre outros produtos, também a cerveja. A relação comercial entre Portugal e Inglaterra favorecia tal processo, levando em consideração que os ingleses eram os maiores cervejeiros da Europa naquela época.

As bebidas consumidas no Brasil eram então, provenientes de países como Inglaterra, Alemanha, Dinamarca e Holanda. Este domínio europeu durou até meados da década de 1870, quando a cerveja de cunho nacional começou a ser introduzida no mercado. Ainda que apresentando uma qualidade inferior à importada, seu preço de venda menor era um atrativo a ser considerado. As indústrias nacionais surgiram no período próximo à proclamação da República, com a produção de cervejas de alta fermentação, seguindo o mesmo processo das cervejas importadas. Ainda assim, como dissemos, a qualidade do produto oferecido aqui era muito inferior, uma vez que a fermentação continuava mesmo com a cerveja engarrafada. Por conta disso, a rolha era amarrada à garrafa com um fio de barbante, sendo chamada então de *cerveja barbante*.

Das primeiras notícias que se tem a respeito da fabricação de cerveja no Brasil, podemos citar, *ipsis litteris*, um anúncio publicado pelo Jornal do Comércio, no Rio de Janeiro, em 27 de outubro de 1836:

Vende-se na rua de Matacavallos n. 90, e rua Direita n.86, a CERVEJA BRAZILEIRA acolhida favoravelmente e muito procurada. Esta saudavel bebida reune a barateza a hum sabor agradavel e á propriedade de conservar-se muito tempo, qualidades estas que serão mais apreciadas à medida que o uso da dita cerveja se tornar mais geral. Comprão-se as garrafas vazias a 6° rs. cada huma (*Jornal do Commercio*, 27 de outubro de 1836).

No fim do século XIX, começavam a surgir fábricas pelo país com uma infraestrutura mais moderna. Foi neste cenário que surgiu, sob direção do engenheiro suíço Joseph Villiger, a “Manufactura de Cerveja Brahma, Villiger & Cia.”, à Rua do Visconde de Sapucahy, 128 (antiga Rua do Bom Jardim e atual Avenida Marquês de Sapucaí). Não há registros oficiais a respeito da escolha do nome Brahma e a fábrica foi inaugurada com uma produção diária de 12 mil litros de cerveja e 32 funcionários. Em 1890, a cervejaria entra em liquidação e passa a pertencer a Manoel Cardoso da Silva.

Quatro anos mais tarde, a Brahma foi adquirida pelo cervejeiro alemão Georg Maschke, cujo objetivo primordial era o de produzir a cerveja a partir do método de baixa fermentação.

Georg Maschke nasceu em 1866, no sul da Alemanha. Após terminar o ensino escolar primário, começou a trabalhar numa cervejaria em Nuremberg, onde seu dever era a limpeza dos barris. Ele avançou de cargo aos poucos até chegar ao posto de mestre-cervejeiro. Em 1894, com 28 anos, resolveu imigrar para a Argentina. Durante sua viagem, ouviu que em Buenos Aires já haviam cervejarias de boa qualidade, diferentemente do Rio de Janeiro. Chegando na cidade carioca, conseguiu adquirir uma pequena fábrica que funcionava no fundo de um quintal e que, pouco a pouco, foi recebendo maquinarias e melhor infraestrutura. Sua intenção era produzir cerveja industrialmente utilizando-se de tecnologia que permitisse a implantação da baixa fermentação, trazendo maior qualidade ao produto oferecido. Dessa empreitada, surgiu, em 16 de agosto de 1894, a empresa cervejeira Georg Maschke e Cia, adquirindo o registro da marca da cervejaria Brahma, no Rio de Janeiro, criando a George Maschke e Cia – Cervejaria Brahma.

Em 1895, foi admitido no quadro societário o comerciante alemão John Baptist Friederizi, promovendo para a nova sociedade ali formada um maior desenvolvimento de seus negócios. O recém-sócio então admitido, além de representante e depositário da cerveja alemã Spatenbrau (conhecida como Cerveja Pã), era também proprietário do famoso restaurante "Stadt Munchen", na Praça Independência (atual Praça Tiradentes), naquela época no Largo do Rocio. Nesse estabelecimento, não só se consumia a



cerveja que ele representava como também já se promovia a venda da denominada Franziskaner Brau, a primeira marca idealizada por Georg Maschke. Também faziam parte da diretoria, Heinrich Hoelck, genro de Friederizi e os cervejeiros Germano Thieme e Alois Driesler. Também neste ano foi dada a publicação no Diário Oficial para o funcionamento da fábrica e deu-se início as construções para ampliação do complexo fabril, com novas instalações para a sala de brassagem e tanques de fermentação a vácuo.

Nos anos subsequentes, providenciaram a construção de um novo edifício para as adegas e depósito com o último pavimento destinado à residência do gerente.

Em 1899, no mês de novembro, Georg Maschke fez um empréstimo de dez mil libras junto ao Brasilianische Bank für Deutschland e, por intermédio de leilão da massa falida, adquiriu o controle acionário da Companhia Cervejaria Bavária, situada na Rua Pereira de Sequeira 14 A, no sopé do morro Pedra da Babilônia no bairro da Tijuca, também no Rio de Janeiro, cujas atividades haviam se encerrado no ano anterior.

No ano de 1900, uma epidemia de peste bubônica afetou gravemente o comércio carioca de forma geral, de maneira que a empresa de Maschke & Cia não passaria incólume a este fato. Contudo, graças às medidas tomadas pelo governo no âmbito sanitaria, a situação foi controlada.

Nesta pequena cronologia que remonta os primeiros anos de funcionamento da cervejaria, é importante destacar o ano de 1902, como a tentativa de um convênio promovido entre a Brahma e a Companhia Antarctica Paulista, que recebeu o nome de *Federação*. Neste acordo estava previsto uma divisão geográfica de interesses, de modo que a Brahma representava a Antarctica no Rio de Janeiro e, por vez, a Antarctica faria o mesmo com a Brahma em São Paulo. Nessa transação, que foi de curta duração, ressaltam-se os nomes de Ulysses Viana, General Francisco Glycerio e Rodrigo Octavio, representantes da cervejaria carioca e de Asdrúbal do Nascimento, procurador da empresa paulistana.

Também no ano de 1902, ainda com o nome alemão na razão social da empresa, houve o registro das cervejas Ypiranga, cuja produção anterior era da Cervejaria Bavaria. No mesmo ano, inclui-se no nome da firma a denominação Cervejaria Brahma.

No ano de 1904, a Georg Maschke & Cia participou da Exposição Internacional de Saint Louis, no estado norteamericano do Missouri, tendo sido agraciada com a medalha de ouro com sua cerveja. Ainda neste ano, mediante a união entre a George Maschke e Cia – Cervejaria Brahma e a Preiss Haussler e Cia – Cervejaria Teutonia surgiu a Companhia Cervejaria Brahma Sociedade Anônima, com capital inicial de cinco mil contos de reis.

A produção industrial era de grande intensidade, no entanto, o transporte dos produtos não seguia na mesma proporção, uma vez que a falta de calçamento dificultava a locomoção das bebidas. Utilizava-se, em dias chuvosos, vagões da Central ou da Estação Leopoldina. Em Niterói, pequenos barcos faziam o transporte através da baía de Guanabara.

Ainda no citado ano, outra epidemia, desta vez de febre amarela, acometeu a cidade do Rio de Janeiro, ceifando diversas vidas e causando outra vertiginosa queda nos negócios da empresa. Para sanar os efeitos deste surto, a municipalidade contava com os esforços do médico sanitário Oswaldo Cruz, já que a cidade passava por sérios problemas de salubridade.

A união com a Fábrica Teutonia gerava muitas dificuldades no âmbito da comunicação, já que esta ficava na região de Mendes, distante da capital. A solução encontrada pelo então presidente da Brahma naquela ocasião, o alemão Johann Jünning, foi levar todo o complexo fabril e mão de obra proveniente da Teutonia para o Rio, pois a centralização das atividades seria mais vantajosa para a fábrica. A propriedade desativada seria vendida em 1916 para o Frigorífico Anglo.

Ao voltar de uma viagem à Alemanha, o sr. Jünning pretendia utilizar-se da nova tecnologia advinda da primeira usina de energia elétrica do Rio de Janeiro para movimentar as máquinas e aumentar a produção. De fato isto ocorreu, sendo necessário a importação de vasilhames vindo da Alemanha, uma vez que a indústria de garrafas nacional não dava conta de tamanha demanda. Para promover uma maior agilidade no transporte das bebidas, foram adquiridos auto-caminhões que trabalhavam juntamente aos já utilizados veículos de tração animal.

O ano de 1922 marcou o Centenário da Independência do Brasil e também o início da fabricação do guaraná Brahma e da soda limonada, produtos que tiveram

grande aceitação do público consumidor, devido também à propaganda promovida pela empresa quando da sua participação na Exposição Internacional naquele mesmo ano, no Rio de Janeiro.

No carnaval de 1934, a Brahma lançou no mercado a cerveja engarrafada – a Brahma Chopp. No mesmo ano a Brahma encomendou aos compositores Ary Barroso e Bastos Tigre uma marchinha de carnaval, intitulada “Chopp em Garrafa”, cantada por Orlando Silva com o objetivo de adquirir mais adeptos.

A Brahma estabeleceu-se como uma das marcas cervejeiras mais importantes do país, rivalizando com a paulista Antarctica por praticamente todo o século XX, até que, em 1999, as duas empresas fundiram-se comunicando a criação da AmBev – Companhia de Bebidas das Américas, para tornar-se uma das empresas mais prestigiadas do mundo no ramo cervejeiro.

Por compreender que a trajetória da Brahma teve importância significativa como patrimônio industrial brasileiro, abarcando questões referentes à história, cultura, economia, entre outras, foi solicitado junto às autoridades competentes da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo projeto de Lei Nº2028/2001 (ementa), a disposição sobre o tombamento da antiga fábrica da cervejaria Brahma, estabelecida na Av. Marques de Sapucaí, assinado pela deputada estadual Aparecida Gama<sup>6</sup>, que consta no Anexo 1 desta dissertação.

A Avenida Marquês de Sapucaí é conhecida por abrigar o Sambódromo do Rio de Janeiro desde 1984, quando o então governador Leonel Brizola solicitou ao arquiteto Oscar Niemeyer a construção de um local dedicado aos desfiles de carnaval<sup>7</sup>. No ano de 1999, a própria cervejaria pediu o seu destombamento, disponível no Anexo 2 desta dissertação.

A AmBev patrocinou todas as obras de demolição da antiga fábrica e as reformas da Passarela do Samba. No dia 05 de junho de 2011, às 8 horas da manhã de um domingo a primeira fábrica da Cervejaria Brahma, fundada em 1888 foi implodida, levando ao chão e transformando em poeira mais de um século de história em prol da

---

<sup>6</sup> Disponível em <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI\\_coloquio\\_t1\\_destruicao\\_primeira\\_fabrica.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquio_t1_destruicao_primeira_fabrica.pdf)> Acesso em 30 agosto 2016.

<sup>7</sup> Disponível em <http://br.blouinartinfo.com/news/story/865428/historia-na-passarela-do-samba-carioca-saiba-mais-sobre-a> Acesso em 30 agosto 2016.



viabilização do projeto de ampliação do sambódromo e da construção de equipamentos olímpicos no local.

É possível perceber o jogo de interesses que envolvem a questão do tombamento de um patrimônio histórico. No caso da Brahma, usou-se como justificativa as alegações de inconstitucionalidade e da necessidade de ampliar a Passarela do Samba para adequar a cidade para sediar os jogos olímpicos de 2016 e possibilitar melhorias para o Carnaval do Rio de Janeiro. Dessa maneira, os interesses econômicos tiveram maior peso do que a representação de um patrimônio industrial que remonta o período pré-republicano brasileiro de um elemento ativo na urbanização da então capital federal.



*Figura 10*

A demolição da antiga fábrica da Brahma, com a chaminé se sobressaindo em meio a fumaça causada pela implosão. Disponível em:  
<http://i1.r7.com/data/files/2C95/948F/3057/3830/0130/5FF9/D690/2B75/implosao-700x525.jpg>

#### 2.4. A Cervejaria Bavaria em São Paulo

Para falar a respeito da atuação da Companhia Antarctica Paulista no bairro da Mooca é necessário antes uma descrição sobre a Cervejaria Bavaria, também erguida nos finais do século XIX por um imigrante alemão e que remonta as origens industriais

no ramo cervejeiro na cidade de São Paulo. A notícia da inauguração da fábrica foi divulgada no jornal *Correio Paulistano*, de 19 de outubro de 1892, da seguinte maneira:

Amanhã, às 2 horas da tarde, será inaugurada a Fabrica de Cerveja Bavaria, fundada no bairro da Mooca pelos srs. Stupakoff & Comp., conhecidos industriaes desta capital.

Essa fabrica, talvez a maior em seu genero, na America do Sul, promette-nos productos tão bons como os da Europa – o que é uma grata noticia para os consumidores.

Para a inauguração haverá bonds especiaes, á disposição dos convidados, no largo do Mercadinho.

O patrimônio industrial sobre o qual esta dissertação se debruça tem sua história datada, conforme vimos, do final do século XIX, cuja origem foi descrita anos mais tarde, na virada para o século XX, com dois importantes relatos feitos acerca desse rol de fábricas que surgiam na cidade, trazendo informações sobre o funcionamento da Bavaria. Segundo Alfredo Moreira Pinto, a fábrica situada na Alameda Bavaria (atualmente Avenida Presidente Wilson), era um prédio vistoso construído de tijolos, na frente havia o escritório com um chalé e nos fundos um desvio da linha férrea da São Paulo Railway, contribuindo para escoamento da produção e recebimentos dos produtos e equipamentos importados. A extensão da fábrica era de 250 metros de frente por 100 de fundos, tendo a parte mais alta do edifício 30 metros e a chaminé possuía 36 metros. A parte de mecanização dos equipamentos era proveniente da Alemanha e da Suíça, sendo três caldeiras com cerca de 20 toneladas de peso cada uma delas. Havia também três motores responsáveis para a fabricação do gelo e resfriamento da sala de fermentação e adegas frigoríficas. A fábrica utilizava água do rio Tamanduateí para resfriamento dos canos pelos quais o amoníaco da máquina de gelo, além de possuir dois poços artesianos com 100 metros de profundidade para produção de cerveja e de gelo, sendo vendido em São Paulo, Santos e no interior do Estado. As demais matérias primas, como lúpulo, cevada e fermento vinham importadas da Alemanha, de Hamburgo para São Paulo. Havia iluminação elétrica produzida por dois dínamos e uma bateria para luz nas adegas (PINTO, 1900).

Bandeira Junior traz uma descrição bastante semelhante à esta demonstrada acima, com alguns apontamentos que merecem ser aqui destacados:

A imponencia do edificio principal, a elegancia dos outros menores, a localidade e a vegetação, dão ao conjunto, um aspecto tão agradável que predispõem favoravelmente o espirito dos visitantes.

É dever patriotico despertar a attenção publica por certos estabelecimentos, que si estivessem na Europa, os brasileiros seriam os primeiros a percorrel-os para ter o que narrar, entretanto não os conhecem em o seu próprio paiz!... (JUNIOR, 1901).

As instalações fabris foram erguidas nas terras do engenheiro Daniel Fox, superintendente da Estrada de Ferro Inglesa, nas proximidades da Rua da Mooca, cuja chácara possuía a entrada perto da porteira da ferrovia (MARTINS, 2003: 431).

No ano de 1904, a Bavaria foi vendida para a Companhia Antartica Paulista, dando início a um novo capítulo na história do patrimônio industrial da cidade de São Paulo.

## Capítulo III

### Antarctica: Trajetória Industrial na Urbanização de São Paulo

A principal intenção aqui é fazer com que possamos perceber exatamente um novo viés de análise histórica que contribua diretamente para um aumento qualitativo e quantitativo no arcabouço teórico existente acerca da História Urbana de São Paulo. Assim, pretende-se mostrar que uma fábrica é muito mais do que um simples aparato industrial, é uma peça importante na concepção de nossa sociedade, pois tudo o que envolve a Companhia Antarctica Paulista faz parte de uma nova categoria de edificações que precisam ser analisadas, estudadas e preservadas, não só por suas características arquitetônicas, mas pela importância das sociabilidades ali impostas. “A arquitetura é a única, entre as artes maiores, cujo uso faz parte de sua essência e mantém uma relação complexa com suas finalidades estética e simbólica” (CHOAY, 2001).

Estudar a Companhia Antarctica Paulista é, sobretudo, referenciar-se ao patrimônio industrial da cidade de São Paulo, constituído de um rico acervo que evidencia o desenvolvimento econômico e urbano da capital paulista alicerçado em remanescentes de estimado valor cultural, muitos já bastante modificados.

#### 3.1. Presença alemã: um fio condutor das cervejarias paulistanas

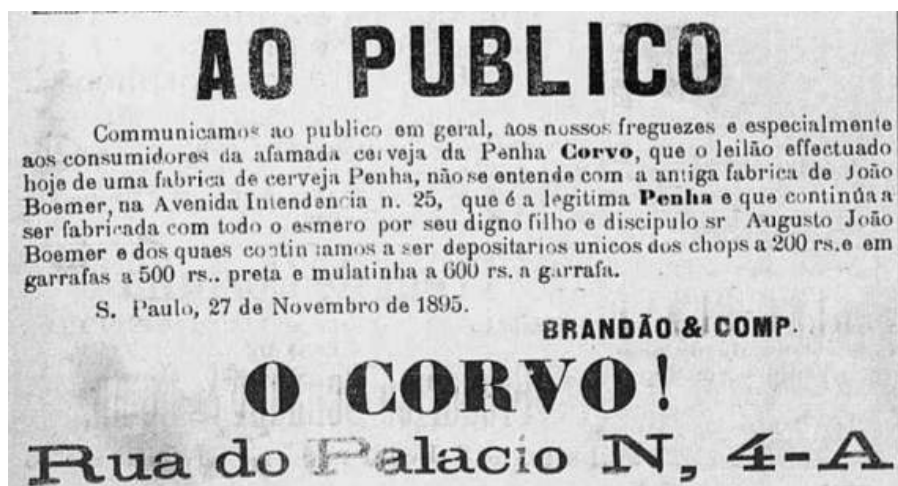
De grande valia para este trabalho é a compreensão do que foi exposto até este momento, uma vez que o caminho percorrido foi uma maneira de demonstrar um pequeno panorama da relação existente entre o processo de industrialização cervejeira, na virada do século XIX para o XX, e o patrimônio industrial, de modo que usamos alguns exemplos na América Latina para balizar nossa pesquisa, acreditando que a indústria da cerveja colaborou também para a urbanização das cidades, sobretudo, da capital paulista.

Lançamos mão do conceito de patrimônio industrial e de arquitetura industrial, primeiramente na Europa e depois na Argentina e no Brasil, mostrando a ligação

intrínseca entre indústria, ferrovia e imigração, ao passo que neste capítulo a ênfase será dada a origem da fábrica que norteia essa dissertação.

Para tanto, é imprescindível uma vez mais saber sobre a participação da imigração alemã em São Paulo, sendo o povo germânico um dos principais fomentadores das pequenas indústrias de cerveja a se instalarem no último quartel do século XIX.

A década de 1850 viu aumentar o número de imigrantes alemães em São Paulo, muitos destes voltados a ofícios ligados a indústria (SIRIANI, 2003: 128). Entre alguns nomes podemos citar Jorge Seckler com sua tipografia e oficina de encadernação; a fábrica de vinho de Theodoro Reichert, Bernardo Diedericksen e Libório Goldschmidt; uma fábrica de vidro na vila de Santo Amaro, de George Greiner e, dentro do escopo de nossa pesquisa, uma fábrica de vinho e cerveja, de João e Carlos Boemer, na freguesia da Penha (SIRIANI, 2003: pp.128, 129), datada de 1873, sendo que a matéria prima para a produção da cerveja era adquirida de terceiros, uma vez que em seu auto de inventário só constava a vinicultura (op cit, 181). O anúncio no jornal *O Democrata Federal*, de 7 de dezembro de 1895, expõe um possível desentendimento para com o público consumidor da cerveja de Boemer, em função de uma outra fábrica existente também no bairro da Penha (Figura 11). Interessa destacar aqui uma possível disputa de mercador consumidor, que revela, todavia, o processo de implantação das cervejarias em São Paulo.



Jornal *O Democrata Federal*,  
7 de dezembro de 1895.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/pdf/308048/per308048\\_1895\\_00211.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/308048/per308048_1895_00211.pdf)

Acesso em 11 outubro 2016.

Figura 11

### 3.2. Porcos, gelo e cerveja: as origens da Antarctica na Água Branca

As origens da Companhia Antarctica Paulista remetem a uma cidade de São Paulo que passava por diversas alterações urbanísticas em meados do século XIX. Neste contexto, a presença dos imigrantes – neste caso, os alemães – tem um papel significativo na compreensão deste processo. Em 1868, Louis Bucher, filho de uma família de cervejeiros alemães, instalou-se na cidade de São Paulo e abriu sua pequena cervejaria utilizando-se de milho, arroz e outros cereais. No recorte de jornal ao lado (figura 12), o anúncio destaca o estabelecimento cervejeiro com a prenúncia de que o clima paulistano favoreceria a qualidade da cerveja, superando a bebida feita no Rio de Janeiro.

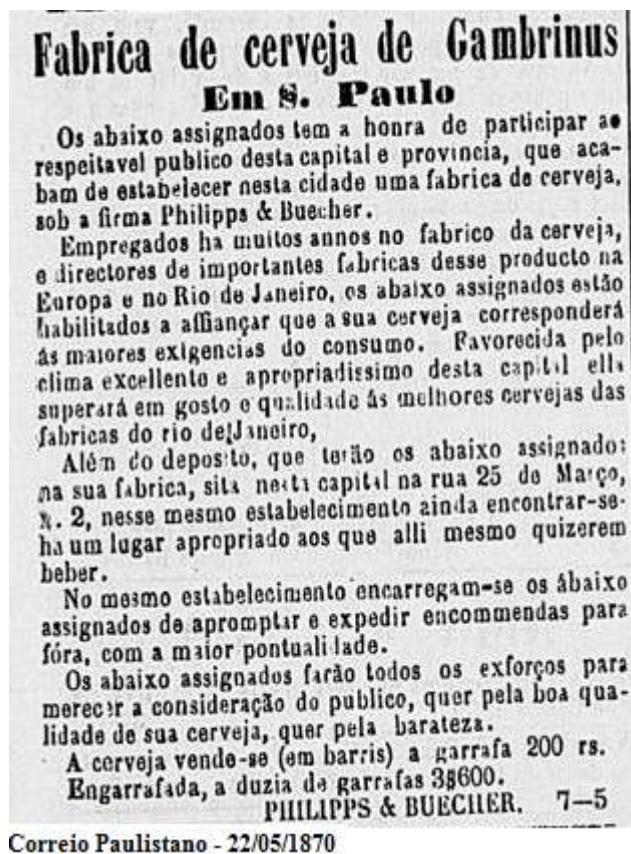


Figura 12

Anúncio feito no Correio Paulistano sobre a pequena fábrica de Louis Bucher, no centro de São Paulo. Disponível em: <http://cervisiafilia.blogspot.com.br/2012/06/antarctica-paulista-fabrica-de-gelo-e.html>  
Acesso em 13 outubro 2016

Anos mais tarde, em 1882, Bucher associava-se a Joaquim Salles, proprietário de um matadouro suíno cujo terreno ficava nas proximidades do bairro da Água Branca, zona oeste de São Paulo e tinha o nome de Antarctica, fabricante de gelo, banha e carne suína, na região lindeira a duas linhas férreas, que foi visitado por jornalistas de A *Província de São Paulo* conforme a figura 13.



Reportagem de *A Província de São Paulo* em visita às instalações fabris da Antarctica Paulista, publicada em 3 de outubro de 1886.

Disponível em

<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18861003-3457-nac-0001-999-1-not> Acesso em 13 outubro 2016.

Figura 13

Posteriormente, surgiu a possibilidade de sucesso numa nova empreitada, uma vez que Salles possuía em seu matadouro uma máquina de gelo ociosa, pois esta permitiria a fabricação da cerveja. Assim sendo, da associação entre Bucher e Salles, surgiu em 1888, na Água Branca, a “Antarctica Paulista – fábrica de Gelo e Cervejaria”, sob direção de Louis Bucher. Em 1889, já se encontravam anúncios da cervejaria nos jornais paulistanos, como o de 13 de junho no jornal *A Província de São Paulo* (Figura 14).

## A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO

### Antarctica Paulista

#### Grande estabelecimento industrial

Vesitamos o estabelecimento industrial dos srs. Joaquim Salles & Comp. em Agua Branca, para fabricação de gelo, banha, presuntos, carnes ensacadas e outros productos do gado suíço.

O estabelecimento, bem situado na proximidade da Estação e junto das duas estradas de ferro, Ingleza e Sorocabana, deve ser em breve um dos mais importantes desta capital.

O edificio da fabrica representa varios corpos ligados entre si.

## CERVEJA Antarctica Paulista

E' nesta cerveja reunida toda a superioridade: **Economica, livre de substancias nocivas, de sabor agradabilissimo, etc.**  
Pelos medicos tem sido, esta CERVJA, aconselhada em substituição aos vinhos de meza.

**E' encontrada nas principaes confeltarias, restaurantes, casas de fructas, botequins, desta capital.**

Remessa para qualquer ponto desta provincia e fóra della.

**ANTARCTICA LAGER-BIER**

MARCA REGISTRADA

Deposito da Fabrica: N. 50 A Rua da Boa Vista N. 50 A  
(Alt.) 10-2

Figura 14

Anúncio feito no Jornal *A Província de São Paulo*, 13 de julho de 1889, p.3.

Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890713-4281-nac-0003-999-3-not> Acesso em 13 outubro 2016.



*Figura 15*

Fachada da Antarctica Paulistano bairro da Água Branca em São Paulo. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,como-era-sao-paulo-sem-parque-antartica,9339,0.htm>  
Acesso em 13 outubro 2016.

Com boa localização, junto a duas estradas de ferro, a Inglesa e a Sorocabana, o edifício fabril compunha um conjunto industrial com câmaras frigoríficas e espaço para o fabrico de latas, salsicharia e presunto, maquinário para a produção de gelo e, mais afastadas, escritórios e moradias de empregados, formando um complexo construtivo fabril imponente (Figura 15).



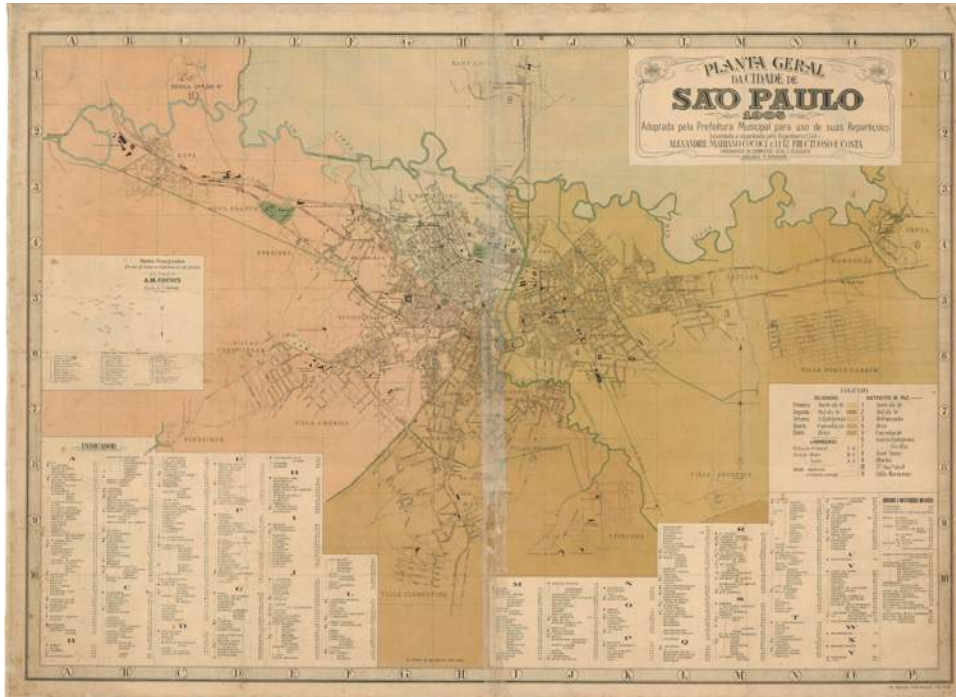
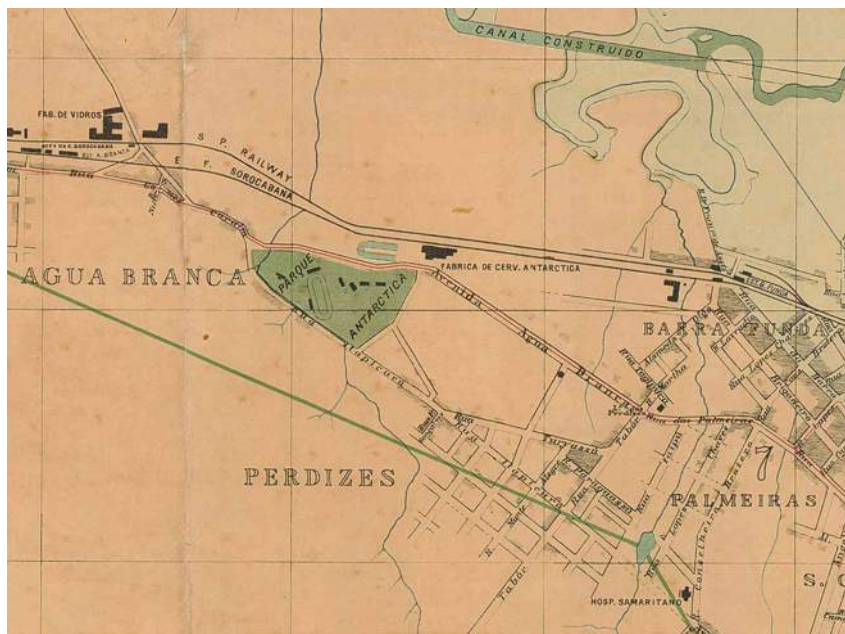


Figura 16

Na Planta Geral da Cidade de São Paulo de 1905 é possível perceber, no lado superior esquerdo do mapa, a malha ferroviária formada pelas linhas da Sorocabana e da Inglesa, ladeada à Fábrica e ao Parque da Antarctica. Disponível em

[http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico\\_demografico/img/mapas/1905.jpg](http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1905.jpg) Acesso em 05 novembro 2016



Aproximação do mapa anterior que permite uma melhor visualização do entorno da área que compreende os distritos de Água Branca, Perdizes, Palmeiras e Barra Funda com destaque para a Fábrica de Vidros Santa Marina e a Fábrica de Cerveja Antarctica, servidas pelas ferrovias São Paulo Railway e Estrada de Ferro Sorocabana.

Figura 17

Disponível em

[http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico\\_demografico/img/mapas/1905.jpg](http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1905.jpg) Acesso em 05 novembro 2016.

Em 1891, o texto contido no Decreto no 217, de 2 de Maio de 1891, assinado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, nos atesta que o poder publico concede a Companhia Antarctica Paulista autorização para funcionar:

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Antarctica Paulista, devidamente representada, resolve conceder-lhe autorização para funcconar, com os estatutos que apresentou e mediante o cumprimento previo das formalidades exigidas pela legislacao em vigor. O Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas assim o faça executar.

Capital Federal, 2 de maio de 1891, 3º. da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

Barão de Lucena.

Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-217-2-maio-1891-516473-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 05 novembro 2016.

A Companhia Antarctica Paulista tornou-se uma sociedade anônima com mais de cinquenta acionistas e capital inicial de 2245 contos de reis (SANTOS, 2004), dentre os quais podemos citar João Carlos Antonio Zerrenner, alemão, e Adam Ditrik von Bulow, dinamarquês. Ambos eram proprietários da exportadora e corretora de café Zerrenner, Bulow & Co., e importaram equipamentos alemães modernos para a cervejaria, aumentando, assim, sua produção.

A respeito da Zerrenner, Bulow & Co., esta empresa, além de casa de importação, também funcionava como construtora de máquinas, banco de câmbio, depósito de querosene, entre outros. A função deles na Antarctica foi facilitar a compra de máquinas no exterior e obtenção de créditos junto a bancos estrangeiros, já que era prática comum a participação de importadores nas fábricas que surgiram no Brasil, no período, com essa finalidade.

Em 1893, a Antarctica estava próxima da insolvência, passando por dificuldades cambiais e atrasos em navios que traziam o maquinário. A firma Zerrenner & Bulow & Co., que possuía direitos a receber da Antarctica no valor de 860 mil réis, assumiu o controle acionário da cervejaria com 51,15% do capital, depois de um acerto de contas que reduziu o capital da empresa em 1710 contos de réis.

Adam Ditrik von Bulow morreu em 1923, com 80 anos, deixando seu filho Carl Adolf como seu representante no comando da empresa. Em 1929, a sociedade dos Zerrenner e dos Bulow operava com importação, bebidas e exportação de café

(MARSON, 2012).

Ainda nos primeiros anos de sua formação, de acordo com Bandeira Junior, “a Antarctica criou um parque e também uma vila operaria com 24 casas para operários e moradias para gerentes, a “Village da Antarctica”, com uma área de 6000m<sup>2</sup>, “artisticamente construídas, formando um agradável e vistoso conjunto” no bairro da Água Branca. (BANDEIRA, 1901).

### 3.3. Marcha para o Leste: A Antarctica instala-se no bairro da Mooca



*Figura 18*

Complexo fabril da Mooca com destaque para a chaminé em comparação à escala humana no lado inferior esquerdo da imagem (sem data), cedida gentilmente por Angelo Agarelli, morador do bairro.

Em 1904, a Antarctica adquiriu o controle acionário da Cervejaria Bavaria e passou a atuar na produção de bebidas no bairro da Mooca, na também chamada Avenida Bavaria. No ano de 1954, a prefeitura alterou o nome do logradouro para

Avenida Presidente Wilson, que prevalece até os dias atuais. Tal denominação foi oficializada através do Decreto nº 2.688, de 20 de setembro daquele ano (processo administrativo nº 89.145/45)<sup>8</sup>.



*Figura 19*

“Outro detalhe da conhecidíssima avenida Presidente Wilson, mostrando alguns dos inconfundíveis edifícios da cidade-Antarctica” (LINGUITTE, 1959)<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup>Ver *Dicionário de Ruas*, em

<http://www.dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/ListaLogradouro.aspx> Acesso em 13 novembro 2016.

<sup>9</sup> Algumas das figuras utilizadas neste capítulo encontram-se na obra de Hedemir Linguitte sobre a Companhia Antarctica. Pretendemos, à guisa de pesquisa, fazer uso da transcrição das legendas por ele criadas.

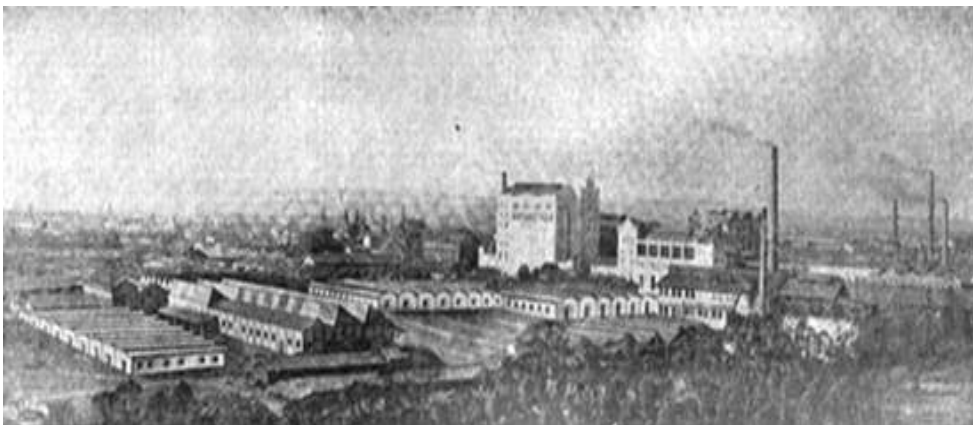




*Figura 20*

“Um detalhe da fabulosa avenida Presidente Wilson, mostrando um pedaço da Companhia Antarctica” (LINGUITTE, 1959).

Sabemos que a fundação da Cervejaria Bavaria data de 1892, no bairro da Mooca, sendo um conjunto fabril que fora modificado ao longo dos anos, porém, majoritariamente, formado por um depósito de cevada de tijolo aparente composto de três módulos verticais, um edifício de adegas e a chaminé com aproximadamente 50



metros de altura.

Uma vista panorâmica da Companhia Antarctica Paulista e suas edificações, Avenida Presidente Wilson, no bairro da Mooca. Disponível em <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0331a.htm> Acesso em 22 novembro 2016.

*Figura 21*

É pertinente para esta pesquisa a percepção do leitor junto ao cotidiano fabril da cervejaria por meio de seu conjunto industrial. Contudo, ao tratarmos especificamente da Antarctica e de seus equipamentos urbanos, vale notabilizar a vila operária que existia defronte à fábrica, na Avenida Presidente Wilson nº 63, antigo nº 11, com casas enumeradas de 2 a 8, cada uma delas medindo 6,80 metros de frente por 15 metros de profundidade, aproximadamente, com porta e duas janelas de frente, quatro cômodos e dependências.



*Figura 22*

Vista panorâmica da Antarctica, na Avenida Presidente Wilson, década de 1930 (MICELI, 1992).

Em janeiro de 1983, a Antarctica solicitou, mediante petição averbada em cartório, a demolição das casas acima citadas. De antemão é necessário explicitar que poucas fontes de pesquisa acerca desta vila foram encontradas, impossibilitando uma maior abordagem sobre a relação existente entre esta e a fábrica.

Um relatório feito para o CONPRESP – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo solicitando o

tombamento do complexo serviu de base para retirarmos alguns dados factuais sobre a construção da fábrica, como por exemplo,

O edifício mais alto do conjunto (35 a 40 metros), que corresponderia ao corpo principal das adegas, foi construído em estrutura de concreto, calculado pela *Companhia Constructora em Cimento Armado* em 1923, empresa inicialmente fundada pelo alemão Riedlinger encampada pela grande empresa alemã *Wayss & Freitag* possuía, na época, filiais em numerosos países. Já existia no local uma adega, mas, grande parte do edifício, tal como vemos hoje, foi ampliado verticalmente em 1923. Segundo o projeto e o seu memorial anexo de 1923, as paredes de alvenaria são duplas, isoladas com corticite; as esquadrias externas são de ferro e as portas internas de madeira; a cobertura, que conta com lanternim de veneziana, é feita em chapas de Eternit sobre caibros e ripas de madeira repousadas sobre estruturas de concreto armado (CONPRESP: 2007).



*Figura 23*

Parte do complexo fabril e da linha férrea que margeia a cervejaria. Disponível em: <https://pt.pinterest.com/pin/11470174031094075/>. Acesso em 23 novembro 2016.

Procuramos a Antarctica diversas vezes a respeito da disponibilização de material pertinente a pesquisa, não sendo fornecido a nós nenhum tipo de dado sequer,

salvo informações contidas em *sites* de internet, fato também descrito por Sérgio de Paula Santos, ao relatar que

pouca coisa entretanto tem sido divulgada sobre a cerveja no Brasil e menos ainda sobre sua história no país. As informações a esse respeito limitam-se quase que aos dados fornecidos pelas próprias cervejarias, inclusive pelos das maiores, a Antarctica e a Brahma. São por assim dizer, a “história autorizada” das empresas (SANTOS, 2003: 10).

À guisa de informação usamos, como baliza para referendar este trecho da pesquisa, uma descrição interna da fábrica da Antarctica feita por Hedemir Linguitte, um dos seus funcionários, que desempenhou funções na empresa durante trinta anos no período compreendido entre 1928-1958 e que reuniu um conjunto de memórias acerca deste cotidiano.

O relato das memórias de Hedemir começa com uma série de agradecimentos a todo quadro diretivo e societário da fábrica, partindo posteriormente para a sua admissão como funcionário, em 21 de julho de 1928, com apenas 13 anos de idade, para exercer a função de contínuo, na fábrica em que o pai e o tio já estavam a trabalhar. Detalhes de sua admissão como provar a vestimenta da empresa eram relatados, conforme dissemos anteriormente, com o vigor romântico que lhe era peculiar:

que alegria a minha quando, ostentando, pela primeira vez, meu uniforme antarticano, percorria as instalações da Empresa, com certo orgulho, como se o mundo, para mim, fosse todo aquele uniforme. Eu não seguia o exemplo de outros meus colegas, que traziam de casa roupa “civil”, usando o uniforme somente no recinto da Empresa. Eu fazia questão cerrada de levar para casa, todos os dias, meu uniforme, para que todo mundo visse e soubesse que eu trabalhava na Antarctica, santa ingenuidade, santa vaidade (LINGUITTE, 1959: 2).

A relação entre o senhor Hedemir e os diretores da Antarctica também estavam presentes em seus relatos descritivos, desde a vestimenta até o comportamento que tais homens, fundadores da empresa, o Comendador Antônio Zerrenner e o senhor von Bulow, que, por vezes, faziam visitas rotineiras às instalações fabris.

Uma coleção de imagens sobre a empresa, desde fotos sobre o edifício da sede e suas instalações lindas até o quadro da diretoria, passando pelas ilustrações



acerca dos diferentes tipos de bebidas fabricadas pela Antarctica ao longo do período em que o autor escreveu, agrega ao livro um valor inestimável à obra, fazendo dela uma importante fonte de pesquisa, não somente no âmbito da memória, mas para a própria compreensão do patrimônio, neste caso, industrial, e que também é pautado por fortes questões afetivas, o que permeia a maneira de escrever do autor.

Um relato pautado pela riqueza de detalhes do funcionário, que se tornou memorialista por devoção, fazia questão de ressaltar que consumia muito mais refrigerantes do que água, enaltecendo a qualidade dos produtos fabricados pela empresa.

E ele conseguiu, com muita dedicação e esmero, traduzir o sentimento que o motivava a trabalhar na empresa durante trinta anos. Partindo dessa leitura, entendemos de suma importância a utilização da memória como fonte de pesquisa. No caso da história do senhor Hedemir, foi possível ter um olhar diferente sobre um patrimônio industrial e também sobre a própria maneira de relacionar o indivíduo e seu local de trabalho.

De acordo com Linguitte, a fábrica possuía seções como “Expedição”, local onde as bebidas eram retiradas, tanto para clientes particulares quanto para negociantes e revendedores, com uma recepção para tirar nota dos pedidos recebidos por telefone.

Uma vez anotado os pedidos, estes se dirigiam ao “Setor de Veículos e Animais”, outrora chamado de “Secção das Cocheiras”, que carregava os veículos com cerveja, refrigerante, gelo ou chope, passando pelo Pátio Central para, com o aval do fiscal, dirigir-se ao determinado destino. Cabia ao jovem Hedemir, neste período, a função de “contínuo”, uma espécie de *office-boy*, percorrer o Pátio Central levando os pedidos expedidos à Secção de Veículos e Animais.



*Figura 24*

“O famoso “Vong”, em pleno serviço de carga de barris, na “Fábrica de Cervejas”. No pátio central ficavam veículos de tração animal e mecânica para o transporte das mercadorias produzidas na fábrica (LINGUITTE: 1959).

Afora as repartições ditas anteriormente, o complexo fabril da Antarctica possuía a Fábrica de cerveja, de refrigerantes e de licores, a Repartição de Máquinas, o Escritório Central, a Caixa Geral, a Caixa Auxiliar, a Repartição de Oficinas e a Secção dos Inspetores da Praça.

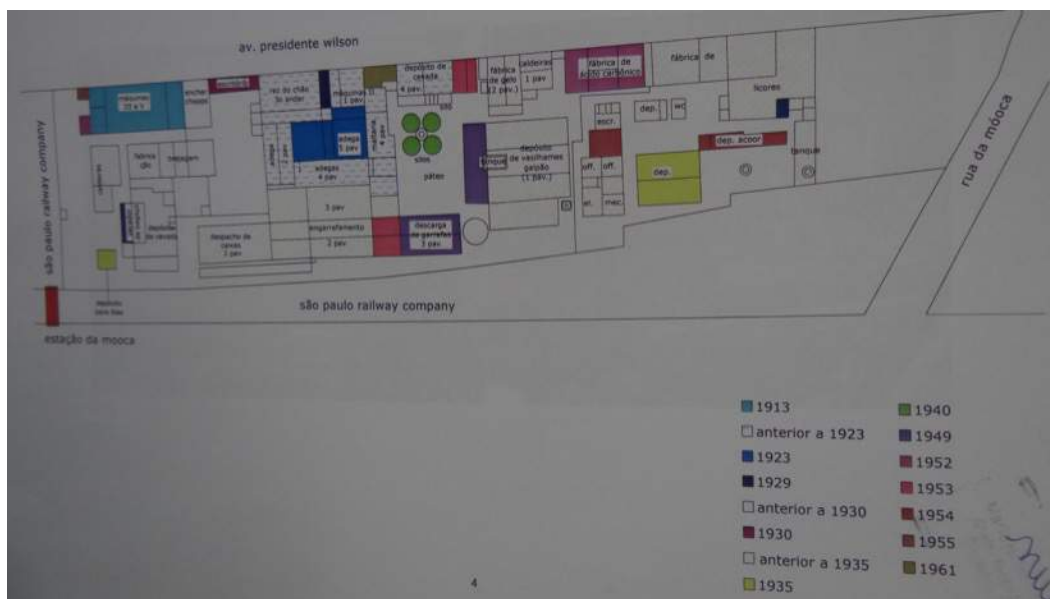


Figura 25

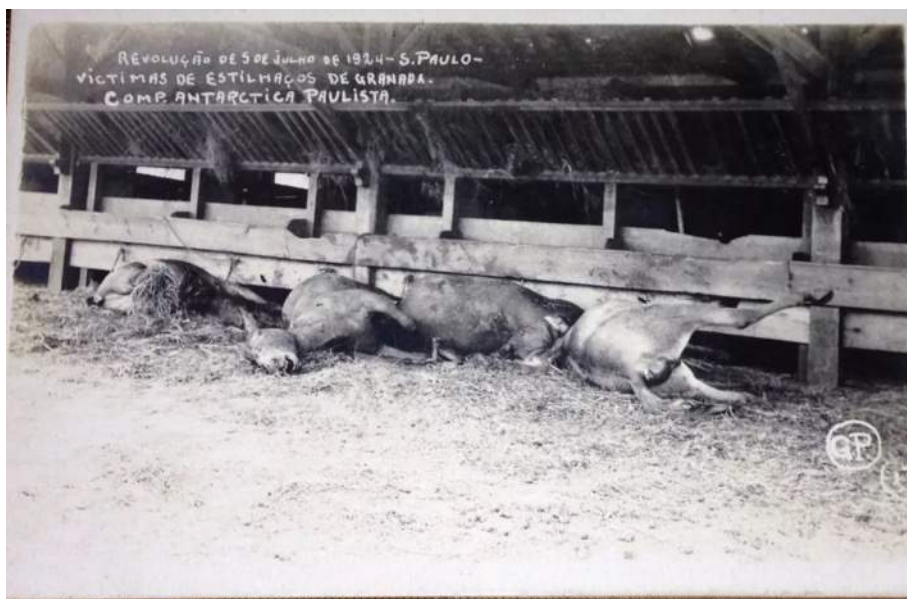
Croqui de formação histórica da Companhia Antarctica Paulista (CONPRESA: 2007).

Nas primeiras décadas do século passado, o transporte de mercadorias da fábrica era feito por veículos de tração animal, ao passo que, paulatinamente, foram sendo incorporados à tropa os chamados Ford “bigode” e Chevrolet, caminhões que permitiam percorrer maiores distâncias e com maior capacidade de carga. Aos olhos do então contínuo Hedemir,

Ao toque de largar, que se fazia ouvir no Pátio Central, às 6 e às 6:30 horas, os caminhões, demonstrando garbo, beleza e majestade, ganhavam a Avenida Presidente Wilson que, à sua passagem se engalanava toda e que a fricção das ferraduras dos animais nos paralelepípedos, fazia com que fagulhas vermelhas e rápidas, se levantassem, a medida que os gritos dos cocheiros se faziam ouvir (LINGUITTE, 1959: 16).

Em 1924, ocorreu em São Paulo, uma revolta tenentista, culminando na morte de centenas de pessoas, algumas delas, moradoras de bairros como Mooca, Brás e Ipiranga. Segundo Moacir Assunção, o combate bélico entre revoltosos e as forças armadas, “... destruíram, na continuação do confronto, o Cotonifício Crespi, os Moinhos Gamba, a fábrica Antarctica, a Biscoitos Duchon e até o Theatro Olympia, no Largo da

Concórdia, ocupado por refugiados do bombardeio ao Brás, que consideraram o local seguro” (FILHO, 2014: 34).



*Figura 26*

Animais destinados ao transporte de carga alvejados durante a revolta. Disponível em <<http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-806188536-carto-postal-da-revoluco-de-1924-cia-antarctica-paulista- JM>> Acesso em 22 novembro 2016.

Havia os veículos dos distribuidores de bebidas na cor verde e os de gelo na cor branca, ambos percorrendo a cidade partindo do Pátio Central rumo aos depósitos da Antarctica, nos bairros de Vila Mariana, Água Branca e na Rua Anhangabaú. O transporte também era feito pela Secção de Despachos por via ferroviária, aproveitando-se do desvio da linha férrea da São Paulo Railway que passava na parte de trás da fábrica.



*Figura 27*

Modelo de veículo Chevrolet destinado ao transporte de gelo. Hedemir Linguitte deu a seguinte legenda à foto: “Chevrolet” modelo 1925, pertencente ao grupo dos veículos pioneiros do progresso antarticano, mostrando o seu motorista – Giácomo Rossini”. (LINGUITTE: 1959).

Em novembro de 1928, o contínuo Hedemir passou a atuar no setor de “Expedição de Móveis”, localizada no edifício demolido em 1955 e que serviu de local para um novo conjunto de escritórios. Tal setor era responsável pela fabricação de móveis e utensílios que seriam vendidos a clientela, tais como: balcões de mármore, mesas e cadeiras, biombos, tapa-vento, luminosos, estrados, instalações para água e chope, entre outros (LINGUITTE, 1959: 23). Contudo, a geladeira de nome “Perfeita” era um dos produtos desta secção que mais chamava a atenção dos consumidores.



A descrição de um desenho da geladeira Perfeita feita por Hedemir Linguitte: “Perfeita”, a geladeira mais famosa de seu tempo, fabricada com requintes de maior carinho por parte da Companhia Antarctica Paulista” (LINGUITTE: 1959).

*Figura 28*



No Escritório das Oficinas movimentavam-se outras secções ligadas a ele, com as funções de marcenaria, carpintaria, funilaria, tapeçaria, selaria e pintura.



*Figura 29*

“Confecção de luminosos, cujos pedidos eram anteriormente elaborados pela “Expedição de Móveis”. Ultimando a confecção de um luminoso, vê-se Luiz Grassetti, um dos artistas de mestre Starke” (LINGUITTE:1959).



“Artistas de mestre Francisco Guilherme Alberto Starke, em pleno trabalho, na “Oficina de Pintura” (HEDEMIR: 1959).

*Figura 30*

Porém, em 1931, uma má notícia vinda da administração deveras entristeceu o senhor Hedemir. Como decorrência da crise econômica mundial de 1929, a Companhia Antarctica, assim como diversas outras empresas, teve que reduzir seu quadro de funcionários, a fim de diminuir o impacto causado nas contas da empresa. Sendo assim, os funcionários com menor tempo de serviço foram os escolhidos e, dentre eles, estava o então jovem Hedemir:

Que poderia fazer, repito? Deixar meu local de trabalho, onde, durante, quase trinta e seis meses o tempo passara célere para mim, onde eu nadara em um mar de felicidade, felicidade essa, porém, supersonicamente breve. Acabara-se para mim o que era bom. Adeus, meus uniformes de contínuo. Adeus, meus deliciosos refrigerantes e, especialmente, meu “Guaraná Champagne”. Adeus, amigos e colegas. Adeus, “Secção de Expedição”. Adeus, velhas chaminés antarticanas, que, de manhã a noite, expeliam fumaça, fumaça do progresso e do ganha-pão de centenas e centenas de bocas da Empresa do bairro da Mooca (LINGUITTE, 1959: 55).

O recesso sem emprego do senhor Hedemir lhe rendeu infindáveis horas de tristeza e melancolia, contudo, sobre forte insistência de seu pai, que mantivera seu emprego na fábrica incólume, já no ano seguinte, em fevereiro de 1932, conseguiu a readmissão de seu filho junto ao quadro de funcionários, causando enorme furor no coração do autor dessas memórias:

Dizer da satisfação sentida por mim, seria tarefa difícil, neste papel. Dizer da felicidade que inundava o coração de meu progenitor, mais difícil ainda. Meu pai transpirava alegria por todos os poros. Tornou-se eufórico, transformou-se. Afinal, seus pedidos não tinham sido em vão. Desaparecera seu pessimismo. Era outro homem. Seu filho voltava a labutar na Empresa. Por certo, suas preces, em ação de graças, ao céu, não foram poucas, presumo (LINGUITTE, 1959: 58).

Tendo completado seus 18 anos, Hedemir passou a ocupar a função de auxiliar de escritório, na seção de consumo, vinculado ao escritório central da fábrica, em 1933.

Em outubro de 1939, nascia Hedemar, o primeiro filho de Hedemir e a Antarctica tinha como costume presentear as mães grávidas com duas garrafas de *Malzbier Progresso*, cerveja que, segundo a fábrica,

possuía propriedades benéficas tanto para a saúde da lactante quanto para a criança que estava por vir.

“Tendo chegado ao nosso conhecimento que o lar de D. Laurinda, se encontra enriquecido com o nascimento de seu galante bebê, solicitamos aceitar, de par com as nossas felicitações, os nossos mais sinceros votos de feliz e longa vida ao recém-nascido.

Valendo-se do grato ensejo, a Companhia Antarctica Paulista, Indústria Brasileira de Bebidas e Conexos, solicita licença para oferecer-lhe, como amostra, 2 (duas) garrafas de MALZBIER PROGRESSO, cerveja de inigualável qualidade, de sais minerais, açúcares e amido, tornou-a um verdadeiro alimento líquido, indicado especialmente para as latantes; pelas suas altas qualidades nutritivas, é este tipo de cerveja francamente indicado na terapêutica moderna como um fator preponderante para corrigir a deficiência orgânica, proporcionando uma abundante e substancial amamentação, contribuindo, assim, para o perfeito desenvolvimento e crescimento normal da criança. Com os protestos de nossa respeitosa estima e consideração, nos firmamos, mui atenciosamente, p.p. Companhia Antarctica Paulista – Indústria Brasileira de Bebidas e Conexos”.



Figura 31

Carta da Cia Antarctica endereçada à Dona Laurinda Linguitte parabenizando-a pela chegada do novo filho. (LINGUITTE: 1959)



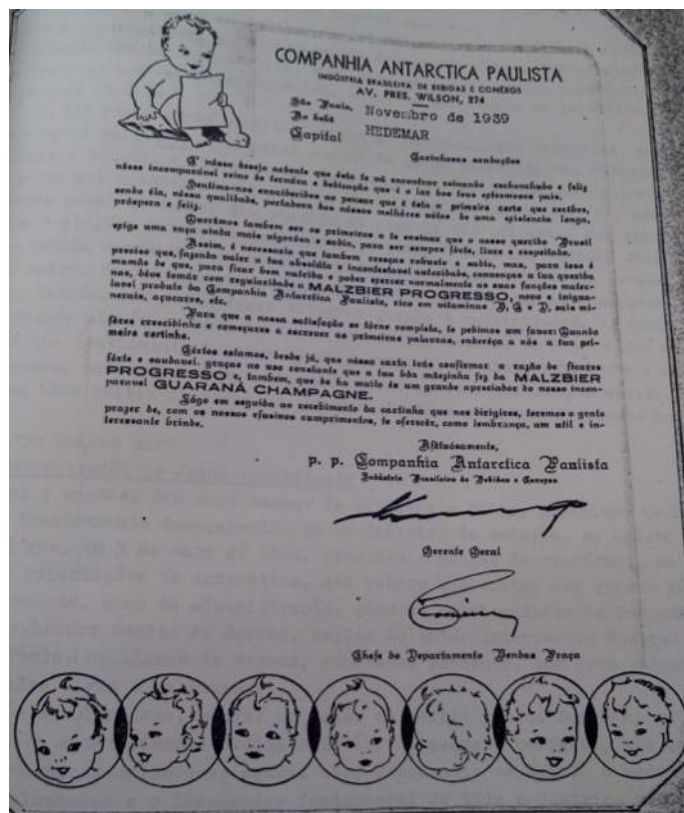


Figura 32

é nosso desejo ardente que esta fe vá encontrar reinando rechonchudo e feliz nesse incomparável reino de ternura e dedicação que é o lar dos teus extremosos pais.

Sentimo-nos envaidecidos ao pensar que é esta a primeira carta que recebes, sendo ela, nessa qualidade, portadora dos nossos melhores votos de uma existência longa, próspera e feliz.

Queremos também ser os primeiros a te ensinar que o nosso querido Brasil exige uma raça ainda mais vigorosa e sadia, para ser sempre forte, livre e respeitado.

Assim, é necessário que também cresças robusto e sadio, mas, para isso é preciso que, fazendo valer a tua absoluta e incontestável autoridade, convenças a tua querida mamãe de que, para ficar bem nutrida e poder exercer normalmente as suas funções maternas, deve tomar com regularidade a MALZBIER PROGRESSO, novo e inigualável produto da Companhia Antarctica Paulista, rico em vitaminas B, C e D, sais minerais, açúcares, etc. Para que a nossa satisfação se torne completa, te pedimos um favor: quando fores mais crescidinho e começares a escrever as primeiras palavras, endereça a nós a tua primeira cartinha.

Sérios estamos, desde já, que nessa carta irás confirmar a razão de ficares forte e saudável, graças ao uso constante que a tua boa mãezinha fez da MALZBIER PROGRESSO e, também, que de há muito és um grande apreciador do nosso incomparável GUARANÁ CHAMPAGNE.

Logo em seguida ao recebimento da cartinha que nos dirigires, faremos o grato prazer de, com nossos efusivos cumprimentos, te oferecer, como lembrança, um útil e interessante brinde.

Afetuosamente,

p.p Companhia Antarctica Paulista – Indústria Brasileira de Bebidas e Conexos

Outra carta endereçada à Família Linguitte, desta vez para o pequeno Hedemar, em que a Antarctica ressalta que, para a criança obter sucesso futuramente, ela deve, antes de tudo, consumir os produtos da fábrica como o Guarana Champanhe, assim como sua mãe fez uso da cerveja Malzbier Progresso (LINGUITTE: 1959).

Partindo de uma análise empírica, baseada nas duas cartas acima e por meio de cartazes e propagandas, que serão abordados no item 3.6 desta pesquisa, depreendemos a respeito do papel da empresa na cooptação dos funcionários para o consumo de seus produtos, como a Antarctica fez ao estimular o uso da cerveja

Malzbier para a mulher e de seu guaraná para a criança, sob justificativa de suas propriedades, incutindo nelas tal necessidade.

No ano de 1942, os funcionários da Antarctica tomavam suas refeições nas imediações do bairro da Mooca, fora da fábrica. Todavia, nesta data, a criação de um refeitório na própria fábrica mudaria essa situação. Foram feitos dois salões, um destinado aos empregados e outro para uso dos operários, além da construção de duas cozinhas para preparo das refeições. Um destes salões ficava em um local que era destinado para dormitório de funcionários solteiros que residiam longe do local de trabalho. No refeitório de empregados havia inclusive serviço de garçom. Este novo ponto para refeições fez com que o senhor Hedemir e outros funcionários deixassem de frequentar a pensão da Dona Francisca Sheer, na avenida Presidente Wilson, na hora do almoço, de maneira que a senhora foi aos poucos perdendo a sua clientela.

Em 1956, o senhor Hedemir foi transferido para um novo setor que havia sido instalado no edifício recém-construído. Trata-se do setor denominado “Biblioteca e Arquivo de Documentos”. Era uma nova dinâmica de trabalho, que, em certa medida, corrobora com o estilo em que ele escreveu suas memórias, provavelmente, pelo contato mais próximo a diversas obras literárias que compunham o acervo da biblioteca. Em 1959, solicitou à direção, a criação de um museu com o todo o acervo produzido pela Antarctica. Antes disso, em 1957, um outro fato marcante trouxe ao funcionário uma enorme satisfação em trabalhar naquela empresa, era a admissão de seu filho:

...meu coração de antarticano, em 9 de abril de 1957, dilatou-se de alegria quando meu filho Hedemar, meu sucessor moral na Antarctica, ingressara em seus serviços, na parte técnica, a fim de seguir, se sua vocação assim o ditasse, a função de técnico em fabricação de cervejas, devendo, em consequência, passar por diversos estágios na Empresa, e, depois, fazer um curso adequado (LINGUITTE, 1959: 193).

Com a aposentadoria cada vez mais próxima, sentiu a necessidade de relatar sua dedicação pela empresa e pôs-se a escrever o livro de memórias, justificando seu intento:

...a composição deste volume, como já foi dito no seu princípio, foi, antes de mais nada – e isso salta aos olhos de qualquer leigo – obra de um sentimentalista, de um colaborador feliz e jubiloso da Antarctica, que, em

comemoração de três décadas de lida funcional, quis memorizar fatos e acontecimentos relacionados à empresa, bem como fazer alusão à sua gente (LINGUITTE, 1959: 208).



*Figura 33*

Senhor Hedemir Linguitte nas dependências do Acervo da Companhia Antarctica Paulista, na Mooca (REVISTA JÁ, 1997:13).

Ao longo da década de 1950, a cervejaria se expandiu e criou outras empresas subsidiárias. Em 1955, a Cia Antarctica adquiriu a Cervejaria Alta Paulista Indústrias e Bebidas, em Marília (SP) e, no ano posterior, constituiu a DUBAR S.A – Indústria e Comércio de Bebidas. Em 1957, adquiriu em Campinas (SP) a antiga Fábrica de Cerveja e Gelo Columbia.

Nos anos 1960, a Antarctica adquiriu o controle acionário da Cervejaria Bohemia em 1961, e, em 1967, marchou rumo às regiões norte e nordeste para criar a IPEBA – Indústria Pernambucana de Bebidas Antarctica, com apoio da SUDENE. Adquiriu no Norte a Cervejaria Manaus e, concomitantemente no Sul, a Cervejaria Polar, em 1972.

Em 1973, inaugurou a Companhia Sulina de Bebidas Antarctica, em Joinville (SC), com unidades em Ponta Grossa (PR) e Curitiba (PR). Na região nordeste, criou a INORBE – atual Indústria de Bebidas Antarctica do Nordeste S.A., acionista majoritária da Companhia Itacolomy de Cervejas, em Pirapora (MG). Além disso, promoveu uma fusão com a Cervejaria Níger S.A., criando em Ribeirão Preto, a Cervejaria Antarctica Níger S.A.

Ao longo dos anos a Antarctica construiu novas filiais em diversos estados brasileiros, partindo para o mercado externo em 1979, com exportação para Europa, Estados Unidos e Ásia. Em 1993, concebeu a fábrica de Jaguariúna, região de Campinas que, em 1995, recebeu os equipamentos provenientes da fábrica da Mooca, sendo esta desativada.

#### 3.4. A Antarctica fora da fábrica: Equipamentos urbanos na cidade de São Paulo

Para a promoção da venda de seus produtos, a Companhia Antarctica Paulista passou a investir na construção de equipamentos urbanos que traziam a ideia da ligação entre cerveja e entretenimento para a população. Nesse sentido, foram criadas salas de cinema, teatro e um parque com eventos também para crianças.

Outros equipamentos também foram criados não relacionados à produção cervejeira, como escolas, hospitais e uma fundação de beneficência.

Como metodologia de pesquisa, usamos o mapa abaixo para demonstrar como os equipamentos urbanos estavam alocados pela cidade de São Paulo. É possível depreender que as duas fábricas – Água Branca e Mooca – estavam na parte suburbana da capital, enquanto os hospitais já apareciam em uma região nobre da cidade, nas proximidades da Avenida Paulista.

No centro da cidade, ficavam os equipamentos relacionados ao entretenimento e lazer como as salas de cinema e teatro. No começo do século XX, planos urbanísticos por parte do poder público promoveram diversas ações que acabaram por afastar a população menos favorecida, de modo que o centro ficasse voltado ao comércio e prestação de serviços para os setores mais abastados (REIS, 1993).

Deste modo, a região central permitiu que esses equipamentos fizessem parte desta tipologia urbana, uma vez que

a especialização funcional do Triângulo foi fruto de processos interligados: a elevação dos preços de terrenos e aluguéis na região; a expulsão da moradia popular, indústrias e comércio de rua; o deslocamento da moradia das elites em direção a bairros residenciais exclusivos e a disseminação de um novo hábito: a vida noturna (ROLNIK, 1997:104).

Estas questões já ocupavam a agenda pública desde os idos do século XIX, quando

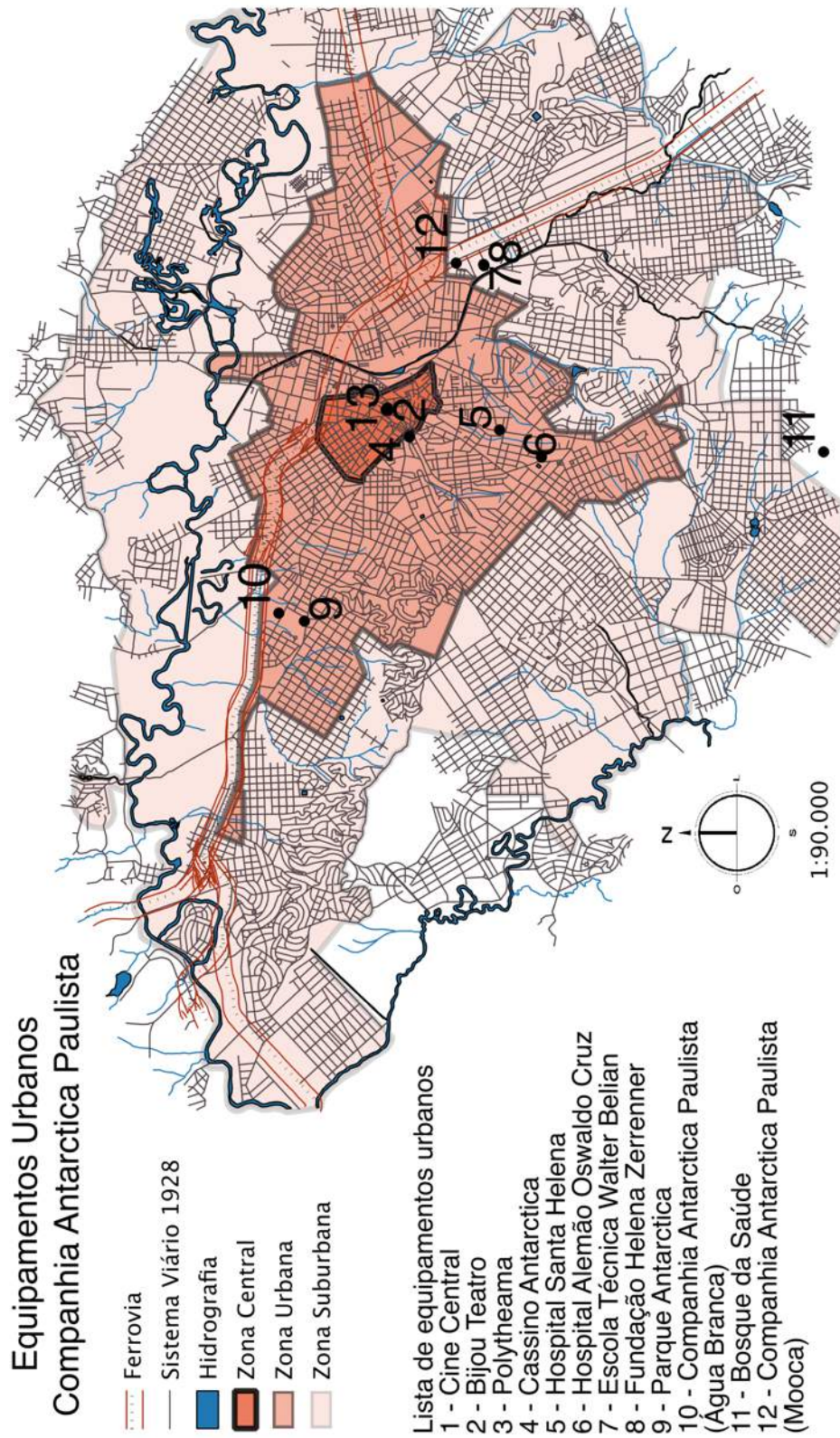
a política urbana municipal, tendo à frente o conselheiro Antonio Prado, não foi absolutamente indiferente a este processo de especialização funcional e valorização imobiliária: ao proibir o estabelecimento de cortiços na chamada área central, desde 1886, impossibilitou que o aumento dos imóveis fosse compensado por uma utilização mais intensa de tais imóveis para fins comerciais (ROLNIK, 1997:105).

Nas páginas seguintes, faremos um apontamento sobre a dinâmica dos equipamentos urbanos promovidos pela Companhia Antarctica Paulista. O mapa utilizado foi confeccionado tendo como baliza a planta da cidade de São Paulo, feita pela Repartição de Águas e Esgotos, em 1928, cuja base foi vetorizada pelo Grupo Hímaco – História, Mapas e Computadores<sup>10</sup>, com as zonas de demarcação de Arthur Saboya, vetorizadas por Maíra Rosin e os equipamentos urbanos por este pesquisador.

---

<sup>10</sup> Disponível em: <http://www2.unifesp.br/himaco/> acesso em julho 2016.





SOSA, Diógenes. Equipamentos Urbanos - baseado na planta da cidade de São Paulo - repartição de águas e esgotos (1928). São Paulo: 2016.

### 3.4.1. Parque Antarctica

Grande programa, o maior, o melhor de todos para mim – a ida ao Parque Antarctica, na Água Branca. Ai que frio no estômago, ao subir na roda gigante! E o carroussel? Era por acaso pouco emocionante galgar nos coloridos cavalos de pau? Chegava a sentir vertigem daquele sobe-e-desce dos cavallinhos rodando, rodando...Havia um hábito intolerável dos adultos: plantavam-se de pé, cada qual ao lado de uma criança. Eu detestava esta proteção, preferia andar solta, galopar em liberdade. No fundo, no fundo, não seria apenas um pretexto dos sabidos para se divertirem às nossas custas? E os trenzinhos puxados a burro, circulando pelo parque todo? Carrocinhas arrastadas por bodes e carneiros? Os pirulitos de todos os formatos e cores? As bolas de ar, subindo lá no céu, presos por um barbante? O algodão de açúcar? As gazosas e os sanduíches? O Parque era divino! Pena não frequentá-lo sempre. Não adiantava pedir que nos levassem, chorar, esperniar. Parque Antarctica? Outra vez? Com essa criança toda? Querendo tudo o que vê? Não, não sou Matarazzo nem Crespi! - Desculpava-se papai. Mamãe reforçava a recusa do marido, aproveitava para nos ensinar um pouco de sua língua: “Bisogna um sacco desoldi”, um sacco de dinheiro, sim, traduzia”. (Fonte: GATTAI apud SOUSA, 2014).

A descrição acima é da autora Zélia Gattai, em seu livro “Anarquistas, graças a Deus”, em que ela nos traz seu relato de frequentadora do parque durante sua infância que nos leva a crer que o ingresso para participar daquilo que o parque oferecia não devia ter preços tão módicos, fazendo com que seu pai, de maneira irônica, se comparasse aos dois italianos supracitados, ressaltando a pujança econômica que os dois sobrenomes traziam em si.

O parque fora criado no final do século XIX pela Companhia Antarctica Paulista, em um espaço de lazer de 300 mil metros quadrados, originalmente destinado aos funcionários da Companhia Antarctica, próximo à fábrica de gelo, que era a atividade inicial da empresa, contendo uma vasta área verde (com um pequeno lago, coreto e bosques), parque infantil, choperia, restaurantes e áreas para a prática de esportes (incluindo pistas de atletismo, quadra de tênis e um dos primeiros campos de futebol da cidade, além de boxe e corridas de automóvel) voltados à elite, mas que despertava também a atenção dos demais frequentadores, principalmente o futebol, praticado na Várzea do Carmo e, posteriormente, sua massificação que levava milhares de pessoas às partidas nos campos existentes no Parque.



*Figura 34*

Cartão-postal do Parque Antarctica em São Paulo com um barril de chope Pilsen da Companhia Antarctica Paulista. Fotografia de Guilherme Gaensly. Disponível em <https://sampahistorica.wordpress.com/2014/08/26/parabens-palestra/>

Um dos motivos da criação do Parque era tornar a cerveja uma bebida ainda mais popular, já que uma multidão o frequentava nos finais de semana e feriados. Para tanto, uma série de melhoramentos na região do Parque foi promovida pela Companhia, como iluminação nas vias e patrocínio na construção de linhas de bonde nas duas vias da Avenida Água Branca. Além disso, servia para campo de pouso dos primeiros aviões que arremeteram e decolaram em São Paulo.

De acordo com a revista *S.Paulo Ilustrado* (SOUSA, 2014),

É uma delícia ver-se, no pitoresco Parque da Antarctica ou nas vastas bancadas do antigo Velódromo, uma fileira inteira de senhoras, em finas e apuradas toilettes de verão, agitar-se na emoção frenética do jogo, bater palmas sonoras para aplaudir um goal, olhar com franca simpatia para os footballers, ou acompanhar com olhos ávidos, quase febris à força de intensidade emocional, a esfera de couro que subiu ao ar sob o impulso de um shoot...

Com a chegada e expansão do futebol, nos primeiros anos do século XX, o espaço do Parque passou a ser cada vez mais requisitado e a empresa aproveitou a oportunidade ao alugar o campo de futebol para clubes da cidade que estavam



surgindo naquele momento. Além de se tornar um dos principais campos para a prática do futebol, o Parque era referência para uma série de eventos ao ar livre, como exibições de boxe e até corrida de automóveis. Em julho de 1908 sediou a primeira corrida automobilística disputada na América do Sul, o “Circuito de Itapecerica”, que terminou com vitória do paulista Silvio Penteado pilotando um carro Fiat de 50 cavalos de potência (REIS, 1993).

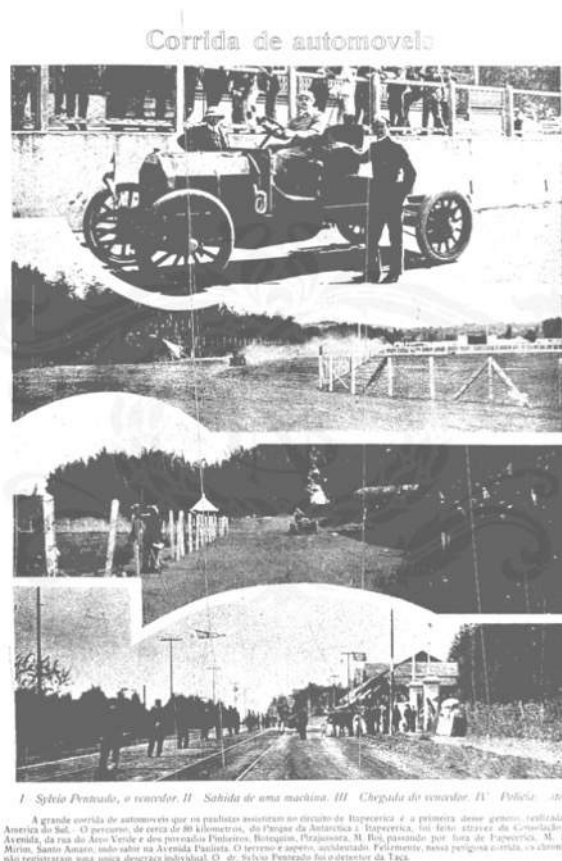


Figura 35

Descrição e imagens sobre a corrida de automóveis ocorrida no Parque Antarctica em 1908. Disponível em: <https://olhonosport.files.wordpress.com/2011/07/olho-automc3b3veis-post-4.jpg>. Acesso em 10 novembro 2016.

Em 3 de maio de 1902, com o jogo entre o Mackenzie College e o Germânia (atual Esporte Clube Pinheiros) no Parque da Antarctica, deu-se início ao primeiro campeonato oficial de futebol do Brasil, o Campeonato Paulista. No início, o Germânia (club de origem alemã) era o mandante do estádio. Acerca do arrendamento por parte

do clube alemão, vale a pena salientar as condições impostas pela Companhia Antarctica Paulista no contrato assinado entre as duas partes:

Fica arrendado ao Sport Club Germania a parte do Parque Antarctica, onde se acham installados os dois campos de Foot-Ball, a saber:  
Toda parte baixa do referido Parque, a começar da porteira que na parte alta dá entrada para os ditos campos, dividindo o terreno, ora arrendado, com as outras partes do Parque por uma cerca de arame e pelas construcções que serão feitas ao lado do portão que fica para cá do edificio para jogo de bolas, assim como todo o Bosque, que confinda com a Avenida Agua Branca, Rua Turiassú e Avenida Pompéa, fazendo parte deste arrendamento todas as construcções e bem-feitorias feitas no terreno assim descripto, especialmente as archibancadas, toilettes, carramanchões e a casa do Guarda com as suas dependencias; fazem parte além disso também os 2 campos de Lawn-Tennis existentes na parte alta do mesmo Parque, logo a esquerda da entrada principal, com as suas respectivas dependencias.

Entretanto, com o início da Primeira Guerra Mundial, o Germania diminuiu suas atividades sociais e repassou seu contrato de locação ao América F.C., um clube paulistano já extinto e de pequena expressão. Com dificuldades financeiras, o América passou a sublocar alguns horários para outras equipes (SOUSA, 2014). Foi dessa maneira que, em 1917, o Palestra Italia passou a realizar seus jogos no Parque da Antarctica. O contrato previa que o América utilizaria o campo nas terças, quintas, sábados, domingos e feriados na parte da manhã, enquanto o time do Palestra Italia utilizaria nos mesmos dias no período da tarde, tanto para treinos como para as partidas oficiais.

Em 1920, contando com o apoio da Companhia Matarazzo, o Palestra Italia (ressalta-se aqui a grafia da palavra Italia sem acento na época) efetuou a compra do campo de futebol e de grande parte do terreno do Parque Antarctica pelo valor total de 500 contos de réis, uma verdadeira fortuna à época. As condições de pagamento também não eram muito favoráveis: metade à vista, outra metade em duas prestações anuais de 125 contos de réis. Era uma aposta ousada, mas que foi aceita de pronto pelo presidente Menotti Falchi. Exatamente no dia 27 de abril de 1920, o contrato entre as partes foi firmado. Na escritura de compra, as condições de favorecimento aos empregados e ao comércio dos produtos Antarctica eram explícitas. A exclusividade duraria 99 anos: desde a fundação do Parque até 2003, somente produtos daquela fábrica poderiam ser vendidos.

O Palestra Italia conseguiu, com dificuldades, arcar com as duas primeiras parcelas do pagamento, porém não conseguiu saldar a última delas. A solução foi vender uma parte do terreno para o conde Francisco Matarazzo, (onde foi construído posteriormente o Shopping Matarazzo e recentemente o Shopping Bourbon) que pagou a soma de 187 contos de réis<sup>11</sup>.

O Parque da Companhia Antarctica Paulista é um marco na história social da cidade, por ser um espaço de lazer que contemplou a classe operária e a elite paulistana, uma relação que representa bem a pluralidade característica da capital paulista. Seu surgimento como local para a realização de diversos esportes deve ser considerado, principalmente em se tratando do futebol, o esporte mais praticado no país. A importância do Parque que se transformou em Estádio em termos arquitetônicos é relacionada mais uma vez com a indústria e o emprego do uso do concreto armado substituindo as estruturas de madeira em suas dependências, além da elevação do gramado – sendo o primeiro estádio a adotar essa tecnologia da arquitetura esportiva<sup>12</sup>.

#### 3.4.2. Teatro Polytheama

O Teatro Polytheama foi construído pela Companhia Antarctica Paulista no contexto de uma política da companhia de incentivar atividades culturais e esportivas que pudessem ser associadas ao consumo da cerveja. Este teatro teve sua construção iniciada por volta de março de 1891, sendo inaugurado em fevereiro do ano seguinte, com o nome de Polytheama Nacional, mantendo este nome até 1895. O espetáculo de

---

<sup>11</sup> Paulatinamente, o clube passou a investir em grandes reformas no local, incluindo a construção da arquibancada geral, ainda de madeira, e da tribuna social (reservada aos associados do clube). Muitos anos depois, na década de 1960, adquiriu dos Matarazzo parte da área cedida, onde se instalaram o Palácio do Tênis e o prédio administrativo, trocando por terreno na Rua Carlos Vicari que o clube havia adquirido justamente para essa finalidade.

<sup>12</sup> ATIQUE, Fernando; SOUSA, Diógenes; GESSI, Hennan. Uma relação concreta: A prática do futebol em São Paulo e os Estádios do Parque Antarctica e do Pacaembu. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142015000100091&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142015000100091&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 28 outubro 2016.

inauguração ficou por conta da Grande Companhia Equestre Pierantoni, trazida por C.



*Figura 36*

Cartocci e Companhia, com exhibições de ginastas e cavaleiros para os paulistanos. O terreno onde foi construído o teatro, situado à época na rua São João, número 21-A, pertencia à Companhia Antarctica Paulista, sendo arrendado por uma década ao senhor Francisco de Salvio, antigo porteiro do Teatro São José (Figuras 36 e 37).

Portão de entrada do Polytheama. Disponível em <http://www.arquiamigos.org.br/bases/cine3p/img/polytheama6.jpg> Acesso em 15 outubro 2016.



*Figura 37*

Parte traseira do teatro Polytheama. Disponível em

<http://www.arquiamigos.org.br/bases/cine3p/img/polytheama9.jpg> Acesso em 15 outubro 2016.

O teatro era formado por um barracão de forma circular, construído de madeira e cobertura de zinco, em terrenos de fundo para o Cassino Paulista (antes Eldorado Paulista e, em 1907, Bijou-Theatre). A entrada era por um portão que dava para a rua São João, com um passadiço de tábuas e cobertura de zinco, terminando num pátio revestido de cascalho. Havia também um botequim com balcão, prateleiras e mesas de ferro em um dos lados da entrada, ao passo que na outra extremidade tinha-se um tiro ao alvo. A capacidade era para 3.000 pessoas, divididas em 37 camarotes, 12 frisas,

200 varandas, galerias e 574 cadeiras na plateia, além do imóvel ser iluminado a luz elétrica, contendo também o buffet e o jardim.

O primeiro espetáculo teatral ocorreu um ano depois, em 4/3/1893, com a apresentação da Companhia Portuguesa de Comédias e Operetas dirigida por Souza Bastos. Segundo Cursino de Moura, “barracão acaçapado, desengonçado, sombrio apesar das suas luzes, com uma entrada larga e um longo corredor” (MOURA apud BRUNO, 1991: 1293). Dizia-se, no entanto, que tinha a melhor acústica, antes do Teatro Municipal, de 1911. Por ele passaram grandes artistas como Sarah Bernhardt.

Após dois anos de funcionamento, o intendente municipal ordenou o fechamento do Polytheama, seguindo o parecer da Diretoria de Obras. Fechado como teatro, reaberto como circo, local de apresentação para a Companhia Equestre de Frank Brown. Após a reforma em 1896 que, segundo Beatriz Kuhl, dotou o espaço das condições “[...] indispensáveis para sua adaptação em teatro: plateia em plano inclinado, camarotes em única ordem, mais largos e cômodos, teto revestido com ripas de curva, maior número de portas e dois lances de escada externos dando acesso aos camarotes”, ele foi reaberto, mas com endereço dando para a rua Formosa (Anhangabaú). Um incêndio que destruiu várias casas na rua de São João em 1899 ameaçou o teatro. Segundo Vicente de Paula Araújo, quatro casas da Companhia Antarctica Paulista foram destruídas, assim como o bufê do Polytheama (SOUZA, 2016).

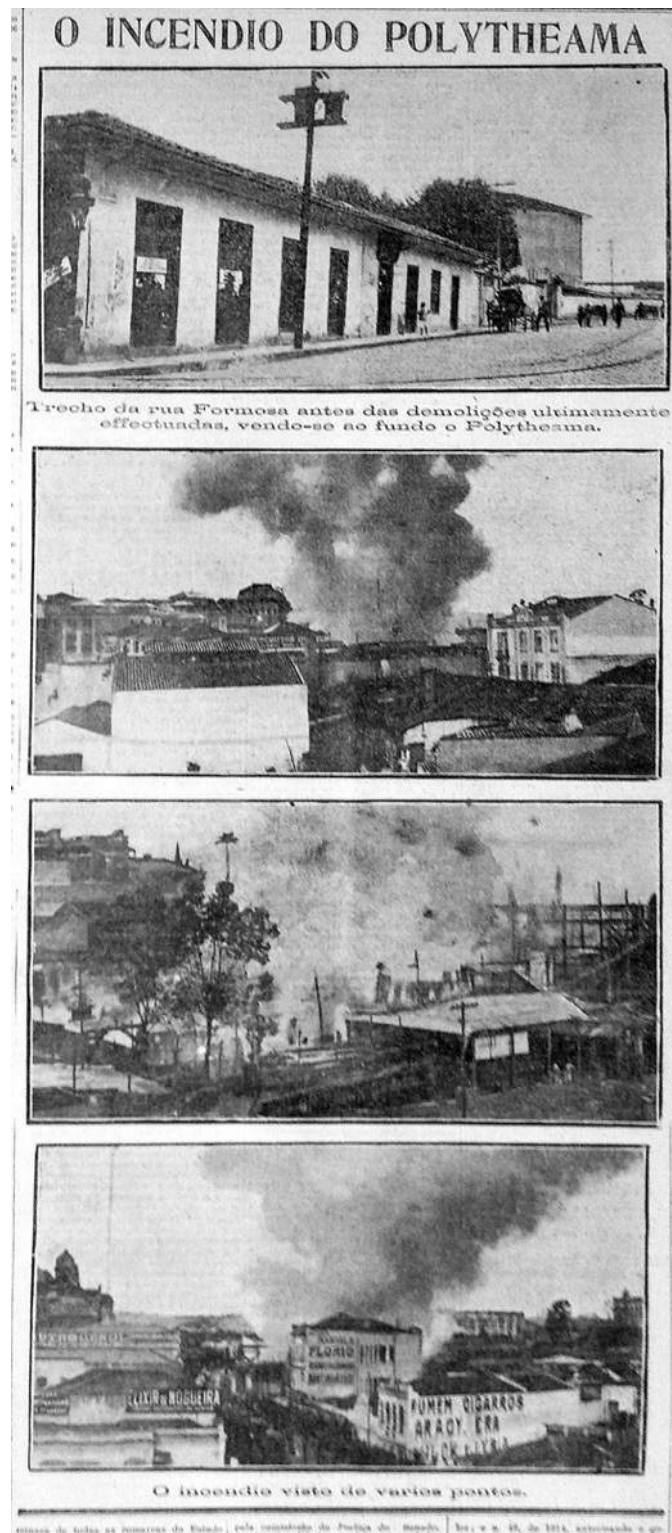


Figura 38

O incêndio do Polytheama foi notícia do Jornal *O Estado de São Paulo*, em 29 de dezembro de 1914. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,ha-um-seculo-incendio-no-teatro-polytheama,10672,0.htm> Acesso em 15 outubro 2016.

De acordo com José Inácio de Melo Souza<sup>13</sup>, o Polytheama foi completamente reformado e ajardinado em 1905, sendo reaberto com 24 frisas, 40 camarotes, 650 cadeiras e 630 lugares nas galerias. Dois anos depois, o teatro foi repassado à Empresa Teatral Brasileira, cujo proprietário era o senhor Francisco Serrador. No final de 1914, com a demolição do Bijou para as obras da avenida São João, as sessões daquele cinema passaram para o Polytheama, que duravam cerca de uma quinzena e, no mesmo ano, um incêndio o destruiu por completo, por problemas de pane no gerador de energia elétrica do teatro (SOUZA, 2016).

O prejuízo ficou em cerca de 53 contos, sendo 30 contos para a Companhia Cinematográfica Brasileira-CCB e 23 contos para a Companhia Antarctica. Segundo Souza, o imóvel estava segurado pela Companhia Brasileira de Seguros que se negou a pagar indenização para a Companhia Antarctica Paulista. No relatório da companhia cervejeira Antarctica do ano anterior ao incêndio conjecturava-se a construção de um novo Teatro Polytheama para 2.400 pessoas, contudo, no seu lugar foi erguido o edifício que abrigaria o Cinema Central, de frente para a avenida São João reurbanizada e o Cassino Antarctica, destinado a espetáculos de variedades (SOUZA, 2016).

---

<sup>13</sup> Autor do Inventário dos espaços de sociabilidade cinematográfica da cidade de São Paulo (1895-1929), que pode ser consultado no endereço eletrônico: <http://www.arquiamigos.org.br/bases/cine.htm> Acesso em 15 outubro 2016.



### 3.4.3. Bijou Teatro



*Figura 39*

Transeuntes defronte à entrada do Bijou - Salão e Teatro. Foto de Aurélio Becherini, disponível em <https://sampahistorica.wordpress.com/2016/01/30/cine-bijou/> Acesso em 15 outubro 2016.

O edifício no qual foi instalado o Bijou Teatro, de propriedade da Companhia Antarctica Paulista, foi construído entre os anos de 1898 e 1899, projetado pelos arquitetos Carlos Ekman e Augusto Fried, em estilo neoclássico, tendo sido inaugurado como nome de Eldorado Paulista. Nos anos seguintes, o nome foi alterado para Casino Paulista, depois Éden Teatro, Art Nouveau Rinkaté passar a ser Bijou Teatro em 1907, com uma capacidade para cerca de 400 pessoas.

O Correio Paulistano de 17 de novembro registrou assim a abertura da sala:



"O antigo Éden Teatro abriu-se ontem completamente reformado, com uma decoração luxuosa. (...) Os grandes melhoramentos introduzidos na casa de diversões, a pintura elegante, o mobiliário fino e a profusa iluminação, que se derrama, bem distribuída, de uma infinidade de lâmpadas elétricas, justificam plenamente o nome que ora lhe deram. Os camarotes são espaçosos e cômodos e ligados todos por um passadiço, onde fica instalada a sala de toilette para senhoras". (Correio Paulistano, 17/11/1907)

O edifício foi arrendado pelos empresários Francisco Serrador e Antonio Gadotti, antigos exibidores ambulantes, e inaugurado em 16 de novembro, tendo sido o primeiro cinema a ter um endereço fixo na cidade.

A aposta dos empresários foi grande ao estabelecer a casa justamente naquele local, uma vez que tiveram que compensar adversidades como as apontadas por um memorialista que, em 1917, se recordava do teatrinho:

"Surgia - há uns bons dez anos - humildemente, despretensiosamente, sem reclamos e, não obstante ficar entre duas encostas, tendo pela frente, a enfeiar-lhe a vista, e estragando-lhe o ambiente com as exalações desagradáveis de gêneros que se decompunham, o inestético Mercadinho (...), apesar de todos esses senões, o estabelecimento do Sr. Francisco Serrador agradou." (Correio Paulistano, 28/12/1917)

Durante quase cinco anos, o Bijou Teatro apresentou apenas filmes das mais variadas companhias, como Richebourg e Pathé entre outros, exibindo em média cinco filmes em cada uma das duas sessões diárias, uma vespertina e uma noturna.

A denominação 'Bijou' passou a ser quase sinônimo de cinema, tendo aparecido em outros pontos da cidade e também do Estado. Além de exhibir filmes próprios, o Bijou distribuía por outras casas, filmes e equipamentos fornecidos pelos empresários.

Francisco Serrador e seu sócio Antonio Gadotti, motivados pelo sucesso do Bijou, construíram, em 1908, um espaço ligado ao Bijou Teatro, ao qual denominaram de Bijou Salão. Contudo, a iniciativa não deixou de encontrar resistência. A Companhia Antarctica Paulista alegou que o terreno lhe pertencia, e não à Prefeitura com quem os empresários tinham assinado o contrato de uso do terreno. A proposta era uma espécie de especialização de gêneros entre um Bijou e outro, sendo que o novo estaria voltado às apresentações de "filmes cantantes", isto é, filmes mudos que eram dublados ao vivo por cantores atrás da tela (SOUZA, 2016).

Porém, mesmo dedicados ao cinema, os dois espaços abriram seus palcos para os espetáculos cênicos. Entre 1912 e 1913, a primeira temporada teatral no Bijou Teatro foi feita pela Companhia Leito e Pinho.

No final de 1914, o Bijou Teatro e o Bijou Salão foram demolidos para dar lugar à implantação da reurbanização do Vale do Anhangabaú, que previa o alargamento de vias e ajardinamentos nos projetos urbanísticos para a capital naquele momento. A partir de setembro de 1914, os espetáculos dos Bijou passaram a ser apresentados no Polytheama, também de propriedade da Companhia Antarctica Paulista.

Os terrenos abertos com a demolição, ou parte deles, pertencia ao poder público e a parte restante era da Companhia Antarctica Paulista, que acrescentou a ele a área do antigo teatro Polytheama, conforme dito anteriormente, destruído por um incêndio em 1914. Os projetos para a nova construção foram executados com o nome de Novo Bijou, mas o novo cinema foi inaugurado como Cine Central em 27 de dezembro de 1916.

Além do Cinema Central, foi projetado para o novo Vale do Anhangabaú um Novo Polytheama, nunca construído.

#### 3.4.4. *Cine Central*

O edifício de seis andares construído pela Companhia Antarctica Paulista para substituir o antigo Bijou, demolido com a remodelação do Vale do Anhangabaú, cujos projetos já eram pensados desde 1906, numa série de melhoramentos para a área propostos pela Diretoria de Obras Municipais, sob direção de Victor da Silva Freire, incluindo a construção do Teatro Municipal, com a proposta do vereador Carlos Silva Telles.

Construir fachadas adequadas para os edifícios voltados ao vale, tanto do lado da rua Líbero Badaró como da rua Formosa; estudar a desapropriação de casas do lado ímpar da rua Líbero Badaró, entre as ruas São João e Direita, assim como a Ladeira Dr. Falcão, entre a rua Líbero Badaró e o Largo da Memória, lado par, e os edifícios que ocupassem o espaço necessário ao prolongamento da rua do Anhangabaú até o Largo do Riachuelo (Melhoramentos da Capital 1911-1913, São Paulo, Prefeitura Municipal, 1913, p.50 *apud* SEGAWA, 2004:58).

O Central situava-se na esquina com rua Formosa, na antiga área ocupada pelo Teatro Polytheama e o Bijou-Theatro. No projeto e antes da inauguração foi anunciado como Bijou, tendo nome trocado dias antes da abertura. O Central estava dividido em duas salas (Vermelha e Verde) e três orquestras (salas de projeção e de espera), sendo arrendado para a Companhia Cinematográfica Brasileira – CCB.



*Figura 40*

Rua São João com o Cine Central ao lado direito. Disponível em <http://www.arquiamigos.org.br/bases/cine3p/img/central2.jpg> Acesso em 16 outubro 2016

Em 27 de Dezembro de 1916 foi feita uma inauguração para convidados. No dia seguinte foi requerida a vistoria, abrindo-se o cinema ao público. O requerimento foi despachado para o engenheiro Arthur Saboya que informou que havia examinado a construção, à vista da planta apresentada e na parte referente aos cinematógrafos verificou que havia alterações em detalhes, tendo sido observado, porém, o plano geral da mesma construção (SOUZA, 2016).

O engenheiro detalhava em seus relatórios diversas modificações que seriam necessárias para que o cinema se adequasse às normas impostas pela municipalidade, entre elas, a colocação de frisas na plateia, que deveriam ter somente cadeiras, substituição da parede em arco de círculo, em que os vãos serviriam para o movimento

de entrada e saída dos espectadores, por uma parede reta, fechada, levantada com uma área, por onde receberia luz direta os compartimentos sanitários. Em troca dos vãos suprimidos foram abertas duas largas portas, uma de cada lado do salão, com dimensões suficientes para o escoamento dos espectadores e melhor colocadas, exatamente em frente ao corredor central de cada salão; houve melhor remanejamento na lotação da casa, com 310 cadeiras para a plateia, 80 frisas que não estavam previstas, e 184 cadeiras para os camarotes, totalizando 574 lugares.

Alberto da Costa escreveu ao prefeito que o cinema tinha tido planta aprovada antes da Lei no. 1.954 de 23/2/1916, não se podendo, desta forma, se negar a licença de funcionamento. De acordo com o art. 32 do Ato no. 932, porém, ele teria quatro meses para se pôr em condições legais. Como já havia sido dada a informação sobre a vistoria pela Diretoria de Obras, faltava somente o acerto das portas automáticas de socorro, acionadas por botões elétricos. Na ausência do equipamento de segurança, as portas deveriam permanecer abertas durante as sessões. A concessão para o funcionamento foi expedida em alvará no dia 19 de janeiro de 1917.

Anunciado pelos jornais desde 17 de dezembro, o Central foi aberto para a imprensa e convidados dez dias depois, tendo como maestros na orquestra da sala de espera Antonio Leal e Eliseu Lellis. Segundo *O Estado de S. Paulo* (27/12/1916), a inauguração do prédio era parcial já que:

“[...] só será inaugurada mais tarde, visto haver dificuldade em obter de pronto todo o material encomendado no estrangeiro e que devido à guerra se acha retido por ordem das autoridades alemãs. A parte do edifício que hoje se inaugura é de proporções avultadas...O edifício a que nos referimos atinge a altura de 36 metros e divide-se em 6 andares, ocupando uma área de 1.600 metros quadrados. A construção é de ferro e cimento armado. O último andar destina-se a jardim, para o qual dará acesso um elevador” (*O Estado de São Paulo*, 27 dezembro 1916).

No comentário sobre a inauguração do cinema, o *Estado de São Paulo* descreveu da seguinte forma:

“Essa parte consta de dois magníficos salões destinados ao ‘Cinema Central’, que vem substituir o antigo ‘Bijou’. Digamos desde já que é uma obra sólida, bem acabada e que a sua construção se realizou em menos de dez meses, sob a direção do engenheiro S. Lakjer. Esse conhecido profissional deu à nova casa de diversões uma arquitetura que produziu a melhor impressão. Todas as pessoas que ontem estiveram no antigo ‘Bijou’ são unânimes em reconhecer que a nova casa de diversões tem todos os requisitos indispensáveis ao conforto e comodidade do público, não havendo no gênero em qualquer das grandes capitais, tanto europeias como americanas, uma casa que rivalize com a que foi ontem inaugurada. (*O Estado de S. Paulo*, 28/12/1916).

As exposições nas salas do teatro foram encerradas em 1922. O edifício foi ocupado posteriormente pela Colletoria Federal, permanecendo com esta função até 1941, quando foi demolido para dar lugar à remodelação do Vale do Anhangabaú, onde hoje está a passagem de nível.



*Figura 41*

Avenida São João, vista da Praça Antonio Prado, na década de 1920. Do lado esquerdo vê-se o Edifício do Cine Central, que depois abrigaria a Colletoria Federal e seria demolido nos anos 40. Mais ao fundo, o Palácio do Correio e o Monumento a Giuseppe Verdi.

Disponível em <https://br.pinterest.com/pin/332422016215570309/> Acesso em 15 outubro 2016.



*Figura 42*

Edifício da Colletoria Federal, quando de sua demolição na década de 1940. Disponível em <http://www.arquiamigos.org.br/bases/cine3p/img/central1947.jpg> Acesso em 15 outubro 2016.

#### *3.4.5. Cassino Antarctica*

Em função das alterações provenientes do projeto de Joseph-Antoine Bouvard que previam desapropriações de imóveis na área do vale do Anhangabaú, a rua São João viu a reordenação das casas de espetáculos da Companhia Antarctica Paulista.

A ata da assembleia da Companhia Antarctica publicada no Diário Oficial em janeiro de 1913 anunciou um empréstimo de 6000\$000 (seis mil contos de réis) para fazer frente a diversas obras da Companhia, dentre elas a do Cassino Antarctica na rua de São João e Formosa. As demais obras às quais se destinariam o empréstimo foram: as fábricas da Mooca e Água Branca; aos depósitos na rua Brigadeiro Tobias e Anhangabaú; projetos futuros para o Polytheama e um novo Bijou- Theatro.





*Figura 43*

Cassino Antarctica em 1912. Foto do Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo (1887-1894-1919). Disponível em <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=fotos&pagfis=326> Acesso em 18 outubro 2016

Ao Cassino Antarctica caberia ser um local para realização de peças teatrais, variedades e music-hall, com 750 cadeiras, 500 gerais, 32 frisas e 2 frisas nobres. Ainda que possuísse em suas instalações aparelhagem para projeções cinematográficas, elas foram poucas ao longo do tempo. A importância anunciada para o financiamento das obras foi contratada no Brazilianisch Bank fürDeutschland, com juros de 8 por cento ao ano e carência de três anos (SOUZA, 2016).

As obras para remodelamento urbanístico na região do Anhangabaú traziam sérias questões para a administração municipal. Havia problemas de alinhamento das ruas para a concretização do projeto Bouvard, afora o fato da cervejeira ter iniciado a construção sem licença ou planta aprovada. Em memorando de 19 de outubro de 1913, o engenheiro José de Sá Rocha apontava para o problema:

“A Cia. Antarctica já está iniciando as obras do teatro que substituirá o Polytheama, sem ter obtido a devida licença. Isso seria o de menos se por ventura se tratasse de qualquer outro local. Mas na rua Formosa e na rua de S. João, o caso muda de figura. Há até projeto de melhoramentos importantes e retificação de alinhamento em ambas as ruas. [...] O muro já construído na rua Formosa vem dificultar a regularização dessa rua de acordo com a planta aprovada para o projeto de melhoramento e creio mesmo que poderá ainda a vir prejudicar a entrada da nova Avenida Anhangabaú, com prejuízo da estética. Parece-me pois que tais obras devam ser embargadas [...]”(SOUZA, op cit, 2016).

O fiscal municipal José da Silva embargou a obra em 14 de outubro, multando a Antarctica em Rs 30\$000 (trinta mil réis). A cervejeira não respeitou o embargo, continuando a construção do Cassino, motivando um embargo judicial. Somente em 17 de fevereiro de 1914, a Antarctica obteve o alvará de construção (no. 696) para as obras dos novos Bijou e Polytheama (SOUZA, 2016). Segundo Vicente de Paula Araújo, o Cassino Antarctica foi inaugurado em dezembro de 1913, com galerias com 800 lugares, plateia com 1.000 cadeiras e mais 40 camarotes, um bar, espaçosos corredores e amplas varandas. Para o Correio Paulistano era “[...] um grande edifício de arquitetura sóbria e elegante, dotado de espaçosos jardins, bares e outras acomodações e uteis ao público apreciador dos espetáculos de café-concerto” (SOUZA, 2016).

O teatro foi arrendado para a Empresa Teatral Brasileira. Os ingressos custavam 12\$000 para as frisas, 10\$000 para os camarotes, cadeiras de primeira classe a 5\$000, ingresso simples a 2\$000 e mil réis para as galerias. Pedro França Pinto, acionista da Companhia Antarctica Paulista, solicitou uma reestruturação da fachada do lado sul, para proteção em relação ao vento do inverno. Enviado para José de Sá Rocha em maio de 1914, observou-se que o “tipo de construção não é previsto”, cobrando-se então os emolumentos como se fosse uma habitação térrea. (SOUZA, 2016).

Em 1915, Arthur Saboya, Cassio Villaça e Celso Viana efetuaram uma vistoria no Cassino, considerando que as fundações “não tinham sido devidamente executadas” (SOUZA, 2016), mas que isso não acarretava risco ao edifício. O fato de as fundações estarem acomodadas no frágil terreno no Vale do Anhangabaú poderia ter sido a causa de pequenas trincas em muros e divisórias da edificação.



Porém, no início de fevereiro de 1917 observou-se que no corpo da plateia, na ala direita, as rachaduras haviam aumentado e também havia inclinação nos pisos dos camarotes e frisas para o exterior, com fendas nas ferragens.

“A depressão das fundações, que na presente vistoria constatamos, em caso de continuação, pode acarretar a ruína da construção [colapso]. O desaprumo das paredes externas em virtude do movimento da fundação está, em parte, contido pelas travas metálicas, colocadas algum tempo depois de terminada a construção do teatro e em vista do pequeno movimento das fundações [...]; mas, o trabalho excessivo que poderá ser proporcionado a estes tirantes poderá provocar a ruptura de uma delas e, conseqüentemente, o desequilíbrio da construção” (SOUZA, 2016).

A Polícia Administrativa e de Higiene aconselhou a cassação da licença em 2 de março, de acordo com Saboya, as reconstruções de paredes e fundações eram necessárias, pois o local contava com poucas condições de segurança para o público. Desta maneira, o Cassino deveria deixar de funcionar como casa de espetáculo até a conclusão das obras de consolidação.

Somente em outubro de 1917 foi que a Companhia Antarctica Paulista entrou com um processo para a reforma do Cassino, em que seriam modificados o telhado e as colunas da sala de espetáculos seriam substituídas por novas de concreto armado. E ainda houve outra reforma em 1923, quando foram modificados os WCs e mictórios.

Em 1925 o botequim dentro do Cassino foi fechado por falta de público e dois anos depois foi arrendado para a empresa Empresas Reunidas-Metro-Goldwyn-Mayer. Em 1939, o Cassino Antarctica encerrou suas atividades com uma lotação para 1.478 espectadores distribuídos em 290 nas frisas e camarotes, 546 na plateia, 103 nos balcões e 539 nas galerias (SOUZA, 2016).

### 3.5. Equipamentos na área da educação e saúde construídos pela Companhia Antarctica Paulista

No início deste capítulo, salientamos o papel da imigração alemã na composição urbana da cidade de São Paulo, em diversos campos de atuação, ainda que nosso objeto de análise seja a indústria cervejeira. Destarte, não podemos deixar de citar outros ramos de atividade destes imigrantes que atuavam como artesãos, arquitetos,

farmacêuticos e médicos e que contribuíram para este cenário de mudança pelo qual a cidade de São Paulo passou na virada do século XIX.

Alguns destes imigrantes, em parceria com um grupo de senhoras, resolveram, por volta de 1897, organizar um bazar para a criação de um fundo para a construção de um hospital. Houve doações diversas, contudo, insuficientes para tanto, ainda assim, o projeto não esmoreceu. No ano seguinte, o sr. Antonio Zerrenner, sócio majoritário da Companhia Antarctica e também cônsul honorário da Alemanha, fazia parte deste Conselho e assumiu a presidência da associação a fim de que o projeto fosse concluído.

O terreno escolhido para a construção do hospital era “distante do centro da cidade”, na “região do Paraíso, com suas pequenas propriedades rurais, sítios e chácaras”, região esta que seria urbanizada no começo do século XX (LIPKAU, 1997: 13).

O ano de 1914 seria o início das construções do edifício hospitalar, o Hospital Alemão, porém, em ocorrência da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os planos para o hospital foram novamente adiados, em um período em que as relações entre o Brasil e a Alemanha ficaram deveras estremecidas.

Somente em abril de 1922, sob projeto do arquiteto Curt A. Hildebrand, elaborado em 1914, iniciou-se a construção do Hospital Alemão na região do Paraíso, pela firma do arquiteto Ernst Kemnitz (LIPKAU, 1997:16).



A obra foi entregue em setembro de 1923, custando 850\$000 e superando em 200\$000 a previsão inicial de gastos, além do prazo que fora aumentado em dois meses.

*Figura 44*

Fachada do Hospital Alemão. Disponível em: <<http://www.institutohoc.com.br/index.php/quem-somos/hospital-oswaldo-cruz>> Acesso em 20 outubro 2016.

Diversas outras doações foram feitas para o hospital, sendo o casal Zerrenner o grande provedor para este empreendimento, com a doação de um equipamento de raios X e de esterilização a vapor, equipamentos cirúrgicos, mesa de operações, materiais e laboratório, importados da Alemanha, e o equipamento da cozinha, além de roupa de cama e de mesa (LIPKAU, 1997:19).

Já em sua inauguração, a procura pelo hospital foi intensa e os trinta leitos existentes foram insuficientes, sendo necessário que este número dobrasse para que o atendimento fosse feito a contento.

Em 1928, o Hospital Alemão já atendia em sua capacidade máxima, ao passo que a demanda em o utilizar só aumentava. Desta maneira, a Associação Alemã resolveu acrescentar um novo pavimento ao edifício existente, aproveitando o sótão, instalando um elevador e também construindo um novo edifício.

Sob iniciativa da senhora Helena Zerrenner, foi posto em prática o projeto chamado “pavilhão do parque”, fruto de um empréstimo feito junto à Zerrenner, Bulow & Co., no valor de 325\$000, cuja obra foi executada pela Lindenberg, Alves e Assumpção e fiscalizada por especialistas da Companhia Antarctica (LIPKAU, 1997:22).

Uma novidade para a época foi a utilização do concreto armado na estrutura da obra que, em seu início apresentou alguns problemas de rachaduras nas colunas de sustentação, que foram solucionados por um engenheiro da Construtora Nacional (Wayss & Freytag A. G.), que estava também envolvido na construção do Copacabana Palace no Rio de Janeiro (LIPKAU, 1997:23). Tendo sido concluída a obra, o hospital passou a contar com 120 leitos.

A participação efetiva da Companhia Antarctica Paulista para viabilizar o funcionamento do hospital podia ser vista em pequenos, porém, importantes detalhes, como o fornecimento diário de vinte barras de gelo para a refrigeração de medicamentos e alimentos, mão de obra especializada em reparos elétricos e hidráulicos e também em questões burocráticas de importação de equipamentos e de ordenamento jurídico.

No ano de 1938, no governo do presidente Getúlio Vargas, o hospital teve seu nome alterado em função da chamada “Lei das Associações” ou “Lei da Nacionalização”, prevista no decreto 383 de 18 de abril daquele ano (LIPKAU,

1997:36). Estava disposto que todas as associações e agremiações no país seriam divididas em brasileiras e estrangeiras e, no caso destas últimas, não poderiam haver vínculos entre elas. Isto posto, em 1940, a então denominada Associação Hospital Allemão – Verein Deutscherkrakenhaus passou a ser chamada de Associação Hospital Rudolf Virchow. Contudo, o nome do referido médico, fundador da patologia moderna, não poderia ser utilizado, já que também era germânico. Desta maneira, em 23 de julho de 1942, o nome do hospital foi substituído por Hospital Oswaldo Cruz, conforme anunciava o jornal A Gazeta de São Paulo:

Em atendimento ao plano de nacionalização de todas as empresas que, pelas características de suas atividades, são de grande interesse público, o major Olinto França, responsável pela segurança política e social em São Paulo, ordenou a mudança do nome do Hospital Allemão para Hospital Oswaldo Cruz; além disso, foi ordenado que os médicos Miguel Coutinho e Auro Amorim assumissem, como interventores, a direção do Hospital (*A Gazeta de São Paulo*, 23/07/1942).

Outros equipamentos urbanos relacionados à Companhia Antarctica estão presentes ainda hoje na cidade de São Paulo, relacionados à área da educação, saúde e assistência social. A Fundação Antonio e Helena Zerrenner foi constituída em 5 de agosto de 1936, após a morte da senhora Zerrenner, em cumprimento à sua disposição testamentária. No mês seguinte, em 22 de setembro, o estatuto foi registrado e a entidade adquiriu personalidade jurídica<sup>14</sup>.

Em 1938 foi inaugurado o primeiro posto de atendimento médico da Fundação, na antiga residência do casal Zerrenner, à Rua Vergueiro, número 1, nas proximidades da Avenida Paulista, demonstrando os primeiros passos para a realização do assistencialismo social protagonizado pela senhora Zerrenner. O Hospital Santa Helena, foi instalado em 1938 na então residência do casal Antonio e Helena Zerrenner, na Rua Vergueiro, nº 17, em São Paulo. Desde 2000, quando passou a ser administrado pela Unimed Paulistana–Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico, mediante contrato de arrendamento, passou por diversas ampliações e adequações.

Também promovida pela Fundação Zerrenner foi a criação, no terreno da Água Branca, mesmo bairro originário da cervejaria Antarctica, um pequeno estabelecimento

---

<sup>14</sup> Relatório de 75 anos da Fundação Zerrenner. Disponível em <http://www.contadino.com.br/pdf/zerrenner2011.pdf> Acesso em 20 outubro 2016

de ensino, denominado Escola Pré-Vocacional Presidente Getúlio Vargas em 1943. De cunho gratuito, a instituição era destinada aos filhos de funcionários da Companhia Antarctica e à comunidade da região, tendo sido ampliada um ano após sua fundação, passando a ocupar também outra propriedade na mesma rua.

No ano de 1950 a Escola Vocacional Antarctica passou a se chamar Escola Industrial Antarctica com currículo técnico reconhecido pelo governo federal. Ainda no mesmo ano, a Fundação dá início à construção de um prédio, no bairro do Tremembé, na zona norte da cidade, para abrigar menores órfãos, filhos de seus beneficiários. O edifício foi projetado para proporcionar aos cerca de sessenta meninos e meninas, todo o apoio à educação, além de serviços de assistência médica e odontológica.

Posteriormente, a Escola Industrial Antarctica adotou o nome de Escola Técnica Antarctica abrangendo os cursos de Eletrotécnica, Mecânica, Construção de Máquinas e Motores, Desenho de Máquinas e Química Industrial. Uma seção feminina ministrava cursos de Arte Culinária, Aproveitamento de Materiais, Corte e Costura e Cultura em Geral.

Em 1975, a escola foi renomeada para Escola Técnica Walter Belian, homenageando o então presidente da Companhia Antarctica Paulista, falecido neste ano, transferindo-se para o bairro do Cambuci, à rua Serra de Paracáína. No ano de 2001 um acordo foi firmado entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Departamento Regional de São Paulo e a Fundação Helena Zerrenner, para promover o desenvolvimento de cursos técnicos, criando o SENAI Fundação Zerrenner.

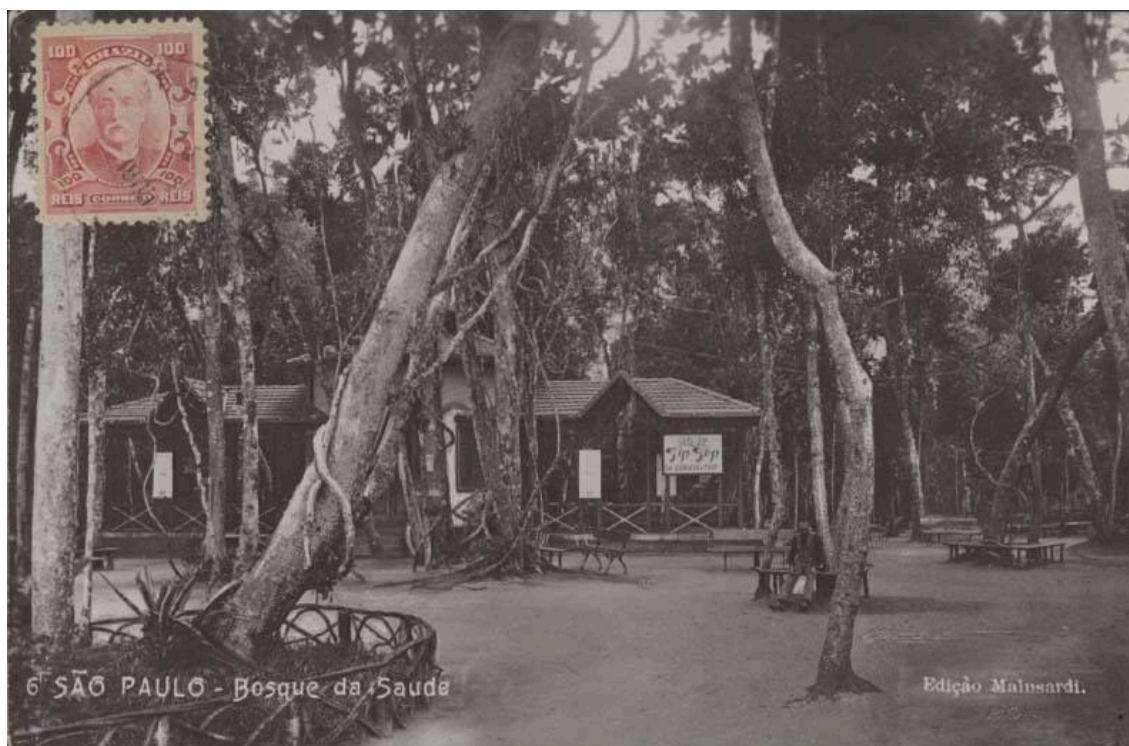


*Figura 45*

Foto da turma de 1965 da Escola Técnica Walter Belian, no pátio central da Antarctica, na Mooca. Disponível em <https://etaetwbparatodos.wordpress.com>

Por fim, o Bosque da Saúde, uma área de aproximadamente cinco hectares, também era de propriedade da Companhia Antarctica Paulista. Era uma região coberta por vegetação residual da Mata Atlântica, com algumas trilhas e clareiras, distando cerca de 6,5 km do centro da cidade, servida por uma linha de bonde que permitia o acesso ao bosque. Com a abertura do loteamento do novo bairro, em 1925, esta área de recreação deixou de ser utilizada.





*Figura 46*

Cartão Postal do Bosque da Saúde de outubro de 1909, com destaque ao centro para anúncio da cerveja Tip-Top da Companhia Antarctica Paulista. Disponível em <https://quandoacidade.wordpress.com/2014/02/25/bosque-da-saude/>. Acesso em 20 outubro 2016.





### 3.6. A Cerveja na Cidade: Cartazes de Propaganda da Companhia Antarctica Paulista



voltado ao público infantil (MIS: 1984).

“A propaganda é a alma do negócio”. Este jargão é utilizado comumente quando pensamos na relação entre a empresa que fabrica algum produto ou faz alguma prestação de serviço e o cliente ou consumidor a ser alcançado. Seja por meios visuais, como anúncios de jornais, cartazes, imagens, *outdoors* ou via rádio, televisão e internet, a propaganda traz em si o papel necessário para nos convencer de que aquela empresa nos oferece o melhor produto ou serviço.

Imagens referentes ao consumo do Guaraná Champagne,

*Figura 49*



*Figura 50*

Nesse sentido, este item da pesquisa permeia alguns cartazes produzidos pela Companhia Antarctica Paulista para divulgação de seus produtos e, como poderemos perceber, muitos deles com imagens da urbanização da cidade de São Paulo como pano de fundo para promover esta divulgação.

Alguns dos rótulos produzidos pela cervejaria (MIS: 1984).

Conforme vimos, a Antarctica adquiriu as ações da Cervejaria Bavaria, em 1904, no entanto, conforme o cartaz abaixo, valendo-se da premiação desta na Exposição Internacional de Chicago, em 1893, a Antarctica já se apropriava da imagem da cervejaria antes mesmo da sua aquisição.



*Figura 51*

Exemplo da apropriação da premiação recebida na Exposição Universal de Chicago de 1893 pela Companhia Antarctica Paulista em 1904 (MIS: 1984).



*Figura 52*

Um dos rótulos que eram fabricados por ambas as cervejarias, Bavaria e Antarctica



*Figura 53*

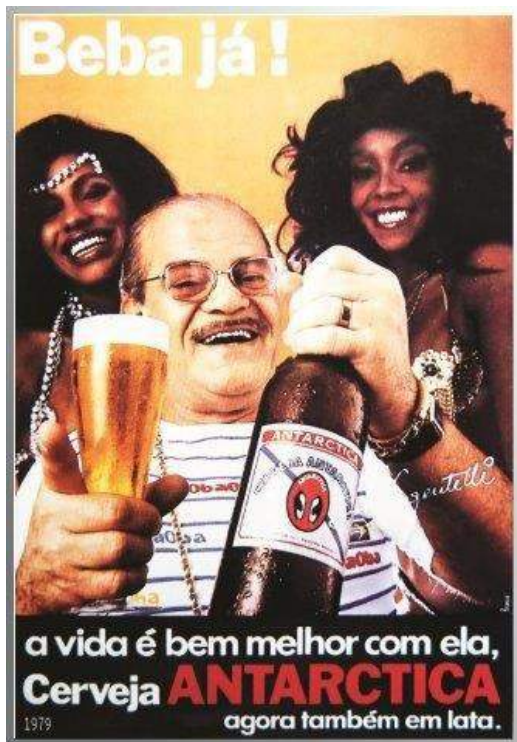
*Figura 54*

Figuras 53 e 54. Muitos dos cartazes utilizavam-se de uma figura feminina para promover a venda da cerveja (MIS: 1984).

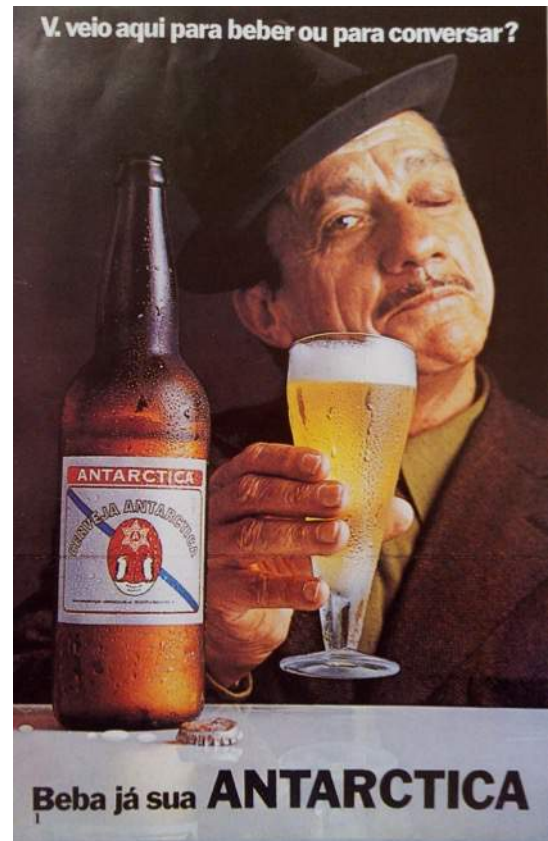
Em 1984, a Antarctica comemorou sua 93<sup>a</sup> efeméride com uma exposição no MIS, Museu da Imagem e do Som de São Paulo, com uma série de 230 cartazes utilizados na publicidade da divulgação de seus rótulos de cerveja e refrigerante desde sua fundação, ainda no final do século XIX.

Das figuras alemãs, passando ao traço de ilustradores brasileiros, se valendo de personagens icônicos como o carnavalesco Sargentelli e o compositor Adoniran Barbosa, veiculando uma relação entre a música, no caso do samba, e a cerveja, presente até os dias atuais.





*Figura 55*



*Figura 56*

Figuras 55 e 56. Relação direta entre o samba e a cerveja.

Figura 55: <http://emporiodogordinho.com.br/wp-content/uploads/2014/10/1782.jpg>  
acesso em 22 novembro 2016

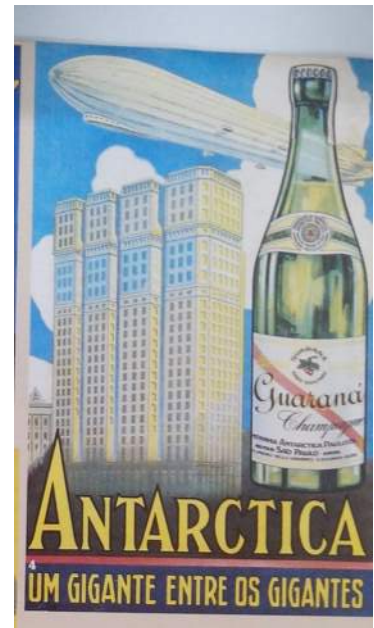
Figura 56 <https://s-media-cacheak0.pinimg.com/originals/e0/28/9d/e0289d464569500fb8ee5a146c5d6cd9.jpg>  
acesso em 22 novembro 2016



Figura 57

Um cartaz utilizando-se da comparação com o Edifício Martinelli, expoente da urbanização paulistana na década de 1930. Disponível em <<https://br.pinterest.com/pin/377880224965813840/>>. Acesso em 22 novembro 2016.

Em alguns cartazes vemos a marca Antarctica como referência de pujança econômica, relacionando o crescimento urbano ao consumo da cerveja; como em uma fase nacionalista como a presença do Edifício Martinelli, em São Paulo, com um dirigível Zepelin sob seu topo.



*Figura 58*



*Figura 59*

Figuras 58 e 59: Uma comparação entre o guaraná, a cerveja, o arranha-céu e o dirigível, como elementos de uma grande metrópole e de cidades espalhadas pelo Brasil (MIS: 1984).



Há também a alusão de que a cerveja deveria ser consumida gelada, fazendo-se então, o uso de um cartaz mostrando um oásis no deserto.



*Figura 60*

Divulgar a ideia do consumo da cerveja gelada (MIS: 1984).

Uma outra fase dessa divulgação mostrava um caráter que seguia os traços minimalistas, com pessoas bebendo uma cerveja apenas, sem maiores apelações visuais.



*Figura 61*

Um homem empunhando um copo com destaque para o nome da companhia (MIS: 1984).



Em se tratando de símbolo, o logotipo da marca foi alterado deixando de lado a estrela de seis pontas, que fazia referência a estrela de Davi, retratando o fato dos fundadores da companhia serem judeus, com uma letra “A” no centro pela dupla de pinguins, um de frente para o outro, fazendo correspondência ao continente homônimo e a primeira atividade da fábrica antes da produção cervejeira, a fabricação de gelo.



Figura 62



Figura 63

Figuras 62 e 63: evolução dos pinguins, marca registrada da cervejaria atualmente (MIS: 1984).

Cartazes que atualmente para nós soariam como politicamente incorreto, eram divulgados correntemente, como o da criança com um abridor de garrafas em uma mão enaltecendo o fato de sua mãe ser consumidora da cerveja e de crianças que também faziam uso da bebida indiscriminadamente.



Figura 64



Figura 65

Figura 64. Criança exaltando o consumo da cerveja pela mãe:  
<http://img.ibxk.com.br/2014/06/30/30123856472295.jpg?w=1040> acesso em 22 novembro 2016

Figura 65. Outro cartaz promovendo o uso de bebida alcoólica pela Antarctica :  
<https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/564x/d8/e1/fa/d8e1facf987f5b416549bfe5d87e2655.jpg> acesso em 22 novembro 2016



*Figura 66*

Mulher oferecendo cerveja Antarctica a um bebê: <https://pt.pinterest.com/pin/163396292700945927/>. Acesso em 22 novembro 2016.

Tais cartazes nos fazem pensar sobre os limites da propaganda para a divulgação de um produto. Tomemos o cuidado para não incorrer em qualquer tipo de anacronismo, contudo, vemos que, atualmente, a utilização de crianças como objeto mercadológico ligado ao consumo de cerveja é algo que nos salta aos olhos de forma espantosa.

## Considerações finais

*(No fundo da garrafa)*

O propósito desta dissertação foi trazer à tona mais um elemento que compõe a miríade de assuntos acerca do patrimônio industrial com o estudo de caso da Companhia Antarctica Paulista, apresentando uma abordagem sobre o que o patrimônio construído por esta empresa representa na história da urbanização de uma cidade como São Paulo.

O patrimônio que envolve uma cervejaria dispensa uma relação que ultrapassa os muros da fábrica, pois vimos que, no nosso objeto de estudo, como maneira de divulgar a venda da bebida, a empresa fez uso, nas suas primeiras décadas, da própria cidade como seu principal veículo de comércio, por meio das salas de cinema e teatro, do parque e do bosque. Além disso, a empresa promoveu obras de beneficência como hospital e escola, fruto da Fundação formada pela esposa de um dos sócios da Antarctica, Helena Zerrenner, para usufruto da comunidade alemã e, posteriormente, servindo à cidade de maneira geral. Estas relações de identidade e sociabilidade fortaleceram a importância da comunidade alemã em São Paulo.

Outro elemento presente tanto na urbanização paulistana e, por conseguinte, na história da Companhia Antarctica Paulista, foi a presença ativa da imigração alemã, que corroborou para nosso entendimento sobre a implantação da cerveja na rotina do indivíduo latino-americano, uma vez que este processo foi concomitante em cidades como o Rio de Janeiro e Buenos Aires, sobretudo com a utilização da ferrovia como principal método de escoamento da produção cervejeira, que promoveu a ocupação de áreas distantes do centro dessas cidades, incluindo São Paulo, na guinada do século XIX e no início do século XX.

Para referendar tal argumento procuramos mostrar como a Antarctica utilizava uma série de elementos visuais como cartazes, propagandas e imagens antigas e se imiscuía no dia a dia das pessoas, tendo como público alvo praticamente toda a sociedade, promovendo, inclusive, o consumo do uso do álcool por mulheres grávidas e por crianças.

Com um enfoque na história das cidades, foi possível depreender que o campo de pesquisa sobre a história das cervejarias é muito vasto e, dentro de uma epistemologia interdisciplinar, abre caminho para novas discussões, como o papel do processo de tombamento e posterior destombamento quando envolve questões terceiras, como a manifestação cultural que é o carnaval e que possui ligação direta e intrínseca com a bebida, sendo patrocinada financeiramente por ela e que, especificamente no caso da Brahma, demoliu a antiga fábrica no Rio de Janeiro, no local onde são realizados os desfiles de carnaval.

Ainda, neste esforço de compreender o papel da indústria cervejeira no processo de urbanização de São Paulo, lançamos mão do uso de algumas memórias vividas por um funcionário que dedicou três décadas de sua vida ao trabalho fabril, dentro da área administrativa, que percorria os setores da fábrica e relatou este cotidiano na figura de memorialista. A relevância documental do acervo de Hedemir Linguitte, o memorialista em questão, permitiu entender o cotidiano fabril em seu interior e a maneira que o funcionário, com a reunião de suas memórias nos seus trinta anos de trabalho, acabou por contribuir com a divulgação da história de um patrimônio industrial.

Anexando documentos relacionados a história da Antarctica e da Brahma, como processos, plantas e projetos, pretendemos demonstrar como o patrimônio industrial se apresenta em relação as suas fontes e como fizemos uso destas para explorar este tema, deixando claro que variadas são as possibilidades de leitura de um documento, cabendo ao pesquisador apenas um pequeno quinhão ou, ainda, metaforicamente, um pequeno gole dessa receita chamada conhecimento.

Destarte, reiteramos que o estudo acerca do patrimônio industrial, tendo um complexo fabril cervejeiro como objeto de pesquisa, está contido no extenso arcabouço teórico do qual o Urbanismo faz parte como disciplina.

A Companhia Antarctica Paulista, desde sua criação em São Paulo, como um abatedouro suíno inserido em uma área rural lindeira a duas linhas férreas, passando para produtora de gelo e, posteriormente produzindo bebidas, por meio de instalações fabris, de armazéns, de edificações operárias e de demais equipamentos que formavam o grande complexo industrial, contribuiu para o processo de urbanização e industrialização da capital paulistana.

A fábrica é testemunho de uma ocupação e construção de conjuntos arquitetônicos e sua relação com a ferrovia e com a paisagem urbana da várzea dos rios da cidade, que inclui também a história da indústria da cerveja no Brasil e sua importância para a memória social da cidade de São Paulo.



## Anexo

### Anexo 1: Tombamento da Cervejaria Brahma

#### Projeto de Lei No. 2028/2001

Art. 1º- Fica tombado o prédio da antiga Fábrica da Cervejaria Brahma, localizada à Av. Marquês de Sapucaí.

Art. 2º - Fica também condicionado ao parecer do Instituto de Patrimônio Arquitetônico e Cultural do Rio de Janeiro - IPACRJ.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de Fevereiro de 2001.

Deputada APARECIDA GAMA

#### JUSTIFICATIVA

A medida serve para preservar a história do Rio de Janeiro sobre seu acervo que cada vez mais não é conservado, como é o caso da antiga Fábrica da Cerveja Brahma, instalada na Av. Marquês de Sapucaí, um prédio arquitetônico construído na década passada, constituindo-se de um monumento ou até mesmo de um marco histórico para nosso Estado” (Projeto de Lei Nº2028/2001, ALERJ).

O referido Projeto de Lei seguiu para tramitação em plenária neste mesmo ano em que foi decidido parecer da Comissão de Constituição e Justiça da ALERJ pela baixa em diligência

“I – RELATÓRIO Propõe a nobre Deputada Aparecida Gama, pelo Projeto de Lei nº 2028/2001, o tombamento da antiga fábrica da Cervejaria Brahma, estabelecida na Av. Marquês de Sapucaí, na cidade do Rio de Janeiro.



II - PARECER DO RELATOR O Decreto Estadual nº 23055, de 16 de abril de 1997, conferiu ao Instituto Estadual do Patrimônio Cultural a atribuição de exarar parecer prévio sobre os atos de tombamento. Isto posto, somos de parecer PELA BAIXA EM DILIGÊNCIA do Projeto de Lei nº 2028/2001, para audiência do supracitado instituto. Sala da Comissão de Constituição e Justiça, em 19 de março de 2001.

(a) Deputado DÉLIO LEAL, Relator.

III - CONCLUSÃO A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, na 2ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de março de 2001, aprovou o parecer do Relator ao Projeto de Lei nº 2028/2001, concluindo PELA BAIXA EM DILIGÊNCIA. Sala da Comissão de Constituição e Justiça, em 27 de março de 2001.

(a) Deputados: PAULO ALBERNAZ, Presidente; ANDRÉ LUIZ, PAULO MELO e PAULO PINHEIRO, membros efetivos e, CARLOS CORREIA e PASTOR MÁRIO LUIZ, Suplentes. “ (Comissão de Constituição e Justiça, tramitação Projeto de Lei Nº 2028/2001, ALERJ).

Em 2002 foi promulgada a Lei nº 4.001, de 30 de outubro de 2002, oriunda do Projeto de Lei nº 2028, de 2001, em conformidade com o § 5º combinado como § 7º do artigo 115 a Constituição Estadual, sem parecer algum do Instituto de Patrimônio Arquitetônico e Cultural do Rio de Janeiro – IPACRJ, o Presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, informando:

“Art. 1º - Fica tombado o prédio da antiga Fábrica da Cervejaria Brahma, localizada à Av. Marquês de Sapucaí.

Art. 2º - Fica também condicionado ao parecer do Instituto de Patrimônio Arquitetônico e Cultural do Rio de Janeiro - IPACRJ.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em 30 de outubro de 2002.

DEPUTADO SÉRGIO CABRAL”. (Lei Nº 4001, de 30/10/2002. ALERJ<sup>15</sup>).

---

15 Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/12292202/artigo-1-da-lei-n-4001-de-30-de-outubro-de-2002-do-rio-de-janeiro>> Acesso em 31 agosto 2006.

## Anexo 2: Destombamento da Cervejaria Brahma

### Projeto de Lei Nº 2629/2009

Propôs a ALERJ a revogação da Lei nº 4.001/2002, que determina o tombamento da antiga fábrica da Brahma. Seguindo então resolve:

“Art.1º - Fica revogada a Lei nº 4.001, de 30 de outubro de 2002, que dispõe sobre tombamento da antiga fábrica da Cervejaria Brahma, localizada na Av. Marquês de Sapucaí.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 07 de Outubro de 2009.

JOÃO PEDRO DEPUTADO ESTADUAL

#### JUSTIFICATIVA

A Lei nº 4001, de 30 de outubro de 2002, dispõe sobre o Tombamento da antiga fábrica da Cervejaria Brahma, estabelecida na Av. Marquês de Sapucaí, condicionado ao parecer do Instituto de Patrimônio Arquitetônico e Cultural do Rio de Janeiro - IPACRJ. Ocorre que o §2º, do Art. 2º, do Decreto-Lei nº 02, de 11 de abril de 1969, atribui competência ao Secretário de Estado de Educação e Cultura para “determinar a efetivação do tombamento, cabendo de sua decisão recurso para o Governador do Estado, sem efeito suspensivo. Além disso, o Art. 2º, Inciso I, da Lei nº 509, de 3 de dezembro de 1981, que “dispõe sobre o Conselho Estadual de Tombamento e dá outras providências”, estabelece que:

“Art.2º-Compete ao Conselho Estadual de Tombamento”: I – exarar parecer prévio sobre os atos de tombamento e destombamento, o qual terá efeito vinculativo para a Administração, se, num ou noutro caso, concluir contrariamente à providência.”. A Lei 4.001/2002 revela-se, no mínimo, de constitucionalidade duvidosa, pela sua origem no Poder Legislativo, através do Projeto de Lei nº 2.028, de 2001, da Dep. 9 Aparecida Gama, ao invadir competência do Poder Executivo e, em seu Art. 2º, atribuir ao INEPAC uma competência que na realidade é do Conselho Estadual de Tombamento. Por outro lado, os dois Artigos da citada Lei 4.001/2002 são incompatíveis, visto que o Art. 1º estabelece, desde logo, o tombamento de um imóvel e o Art. 2º estabelece uma

condição impossível de ser concretizada. Por outro lado, a revogação da Lei 4.001/02 afasta dúvidas quanto à liberação da antiga fábrica da cervejaria para ampliação do Sambódromo, tanto mais que, mesmo que o tombamento existisse de fato, o destombamento encontraria amparo no Art. 6º, II do Decreto n.º 5.808, de 13 de julho de 1982, segundo o qual, o bem pode ser destombado “por exigência indeclinável do desenvolvimento econômico social do Estado”. No caso, a liberação da antiga fábrica da Cervejaria Brahma é necessária para ampliação do Sambódromo, uma obra necessária para adequar a cidade ao Projeto Olímpico de 2016 e possibilitar melhorias para o Carnaval fluminense e outros grandes eventos. “ (Projeto de Lei Nº 2629/2009. ALERJ<sup>16</sup>).

Ainda de acordo com a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ):

Agora é lei: a fábrica da cervejaria Brahma localizada no Sambódromo, que dará lugar a mais um bloco com três módulos de arquibancadas, teve seu tombamento revogado na última quinta-feira (14/04). A proteção, concedida por lei de 2002, teve sua abolição garantida pela lei 5.944/11, de autoria do deputado André Correa. O autor da regra afirmou que a revogação era necessária para a viabilização do projeto de ampliação do sambódromo e de construção de equipamentos olímpicos no local. “É fundamental em vários aspectos, entre eles para viabilizar o compromisso que a Prefeitura do Rio assumiu dentro dos cadernos de obrigações para sediar os Jogos Olímpicos, já que no Sambódromo vai ser realizada a modalidade de tiro com arco. Além disso, o espaço vai ganhar mais vinte mil lugares sem gasto adicional do poder público, uma vez que a ampliação vai ser custeada pela Ambev”, explicou o deputado, lembrando que a revogação não se estende ao Sambódromo, que permanecerá protegido de modificações.

*Fábrica da Brahma é destombada para garantir obras no Sambódromo, 17/04/2011. <http://www.alerj.rj.gov.br/Visualizar/Noticia?id=29021>*

Com o intuito de resolver esta questão relacionada ao tombamento da velha fábrica, o deputado e contando com o apoio da maioria dos parlamentares, o deputado estadual

---

16 Disponível em:  
<<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0711.nsf/1061f759d97a6b24832566ec0018d832/a4b0c37bd676ec9283257649006815f1?OpenDocument>> Acesso em 31 agosto 2006.

André Correa endossou a proposta de revogação da Lei nº 4001/2002 propondo uma ementa à Comissão de Constituição e Justiça da ALERJ:

“ (PELA INCONSTITUCIONALIDADE)

#### I-RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei, de autoria do Deputado ANDRE CORREA que tem como objetivo revogar a lei 4001/2002.

#### II-PARECER DO RELATOR

A referida inconstitucionalidade se justifica, tendo em vista que o ato de tombamento ou destombamento de um bem imóvel e de sua decorrente integração ou saída do conjunto patrimonial de bens de reconhecido valor cultural e histórico estadual, demandaria a instauração de procedimento administrativo próprio. Considera-se que, por importar em limitações ao uso, ao gozo e a própria alienação da propriedade, a decretação dos atos de tombamento insere-se na esfera de mérito e de conveniência reservados ao Poder Executivo e assim faltaria competência ao Poder Legislativo. A lição é também a de nossa melhor doutrina, como se lê no renomado Hely Lopes Meirelles, in verbis: "O tombamento em si é ato administrativo da autoridade competente e não função abstrata da lei, que estabelece apenas as regras para sua efetivação. O tombamento se realiza através de um procedimento administrativo vinculado, que conduz ao ato final de inscrição do bem num dos Livros do Tombo". (in Direito Administrativo Brasileiro, 16a Edição, Editora RT, 1991, pág. 480). A especialização e a limitação das funções legislativa e administrativa exigem o respeito ao Princípio da Separação e Independência dos Poderes, o que significa que não cabe ao Poder Legislativo, em substituição ao Poder Executivo, disciplinar situações concretas, pois isso desrespeita a função primária da lei que é a de estipular cláusulas gerais, abstratas e impessoais. Além do mais, na resposta do INEPAC (Of. 739/2009) à Baixa em Diligência - do Projeto de Lei 2629/2009 de autoria do Dep. João Pedro, autor do projeto original - informa que o assunto em tela foi discutido na 1084 Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento e encaminhou à ALERJ a Resolução SEC nº 095, de 20/06/1994 "que determina o Tombamento Definitivo da Passarela do Samba - Sambódromo localizada na Rua Marquês de Sapucaí - III R. A., sendo que o complexo industrial da cervejaria Brahma foi considerado como área de tutela para

proteção da ambiência do bem tombado". Em 1999, a Companhia Cervejaria Brahma solicitou autorização para demolição dos prédios localizados na antiga fábrica, ocasião em que aquele Conselho decidiu pela liberação de 80% do complexo, definindo que o restante seria preservado e as novas construções ficariam sujeitas ao gabarito máximo de 15 metros de altura. Assim meu parecer é pela inconstitucionalidade. Sala da Comissão de Constituição e Justiça, em 22 de março de 2011.

Autor do voto em separado:

Deputado LUIZ PAULO”

(Projeto de Lei Nº 157/2011. ALERJ<sup>17</sup>).

O pedido de revogação do tombamento da antiga fábrica da Cervejaria Brahma ocorreu em 22 de março de 2011 e, de maneira deveras acelerada, no dia 12 de abril do mesmo ano foi sancionada pelo governador do Estado a Lei Nº 5944, promovendo a revogação da Lei Nº 4.001/2002 (que dispõe sobre o tombamento da fábrica da Brahma, sancionado pelo então presidente da ALERJ).

“O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica revogada a Lei nº 4001, de 30 de outubro de 2002, que dispõe sobre tombamento da antiga fábrica da Cervejaria Brahma, localizada na Av. Marquês de Sapucaí.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Rio de Janeiro, em 12 de abril de 2011. SÉRGIO CABRAL GOVERNADOR” (Lei Nº 5944, de 12 de abril de 2011. ALERJ).

O jogo de interesses passa por cima da questão patrimonial. A alegação de inconstitucionalidade para o tombamento da antiga fábrica da cervejaria Brahma, com o intuito de demoli-la foge as precípuas dos órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio. Desde 1994, a Passarela do Samba teve seu tombamento definitivo inscrito

---

17 Disponível em  
<<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/f4b46b3cdbba990083256cc900746cf6/866e42d490db90968325784f006a03a5?OpenDocument&ExpandSection=-1>> Acesso em 30 agosto 2016

no INEPAC, estando contemplado o complexo industrial da cervejaria Brahma como área de tutela para proteção da ambiência do bem tombado, o que vai de encontro com o Decreto-Lei nº 2, de 11 de abril de 19694 no qual define que:

Artigo 6º - Os bens tombados, ou qualquer dos seus elementos componentes, não poderão ser demolidos, salvo no caso de ruína iminente, nem modificados, transformados, restaurados, pintados ou removidos, sem a prévia autorização, em qualquer hipótese, da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, e nos termos em que ela for concedida.

Parágrafo único – Essa autorização será também necessária para a prática de qualquer ato que de alguma forma altere a aparência do bem”.

(Conselho Estadual de Tombamento).

### Anexo 3: Tombamento da Companhia Antarctica Paulista

#### RESOLUÇÃO No. 09/2007

O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - CONPRESP, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 10.032/85, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.236/86, e de acordo com a decisão dos Conselheiros presentes à 409ª Reunião Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2007;

Considerando a importância histórica da implantação da antiga linha ferroviária da São Paulo Railway, bem como das instalações industriais e armazéns de matérias primas e mercadorias no processo de industrialização da cidade de São Paulo e para a conformação do bairro da Mooca, a partir do final do século XIX;

Considerando a relevância urbanística do grande conjunto industrial remanescente da Companhia Antarctica Paulista, herdeira da antiga Cervejaria Bavaria que deu nome à avenida Bavaria, atual avenida Presidente Wilson, localizado ao lado da estação ferroviária da Mooca, como um significativo testemunho do parcelamento e ocupação do solo originais do bairro da Mooca, entre o final do século XIX e início do século XX;

Considerando a importância da expressiva concentração de construções neste conjunto, exemplares das diversas etapas dos processos de fabricação da cerveja, formando um conjunto arquitetônico de fundamental referência paisagística, valorizado pela situação geográfica e topográfica característica da paisagem urbana da várzea do rio Tamanduateí;

Considerando a importância da Companhia Antarctica Paulista, herdeira da antiga Cervejaria Bavaria, para a história da indústria da cerveja no Brasil e dos seus processos pioneiros de produção industrial;



Considerando o patrimônio industrial como vestígio das transformações geradas pela industrialização, que além de reunirem importantes valores históricos, sociais, tecnológicos e arquitetônicos, são testemunhos das técnicas construtivas tradicionais e dos processos produtivos dos primórdios da industrialização paulista;

Considerando o valor referencial que esse conjunto arquitetônico assume naquele sítio urbano e representa para a memória social da cidade de São Paulo; e

Considerando o contido no Processo Administrativo nº 2007-0.162.626-3; RESOLVE:

Artigo 1º. - ABRIR PROCESSO DE TOMBAMENTO para o conjunto da Companhia Antarctica Paulista, antiga Cervejaria Bavaria (Setor 028, Quadra 046, Lote 0075), situado à Avenida Presidente Wilson nº 251, 307 e 367, no Bairro da Mooca, Subprefeitura da Sé.

Artigo 2º. -Qualquer projeto ou intervenção, incluindo pequenos reparos, nas áreas identificadas no Artigo 1o desta Resolução deverá ser previamente analisado pelo DPH e aprovado pelo CONPRESP.

Artigo 3º. -Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da Cidade.

DOC-30/6/2007 – p.16

RESOLUÇÃO No 19 / CONPRESP / 2016

O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, e alterações posteriores, e de acordo com a decisão dos Conselheiros presentes à 634ª Reunião Ordinária, realizada em 23 de agosto de 2016, e

CONSIDERANDO a importância histórica da implantação da ferrovia, bem como das instalações industriais e armazéns de matérias primas e mercadorias no processo de

industrialização da cidade de São Paulo e para a conformação do bairro da Mooca, a partir do final do século XIX;

CONSIDERANDO a importância urbanística do grande conjunto industrial remanescente da Companhia Antarctica Paulista, herdeira da antiga Cervejaria Bavaria que deu nome à Avenida Bavaria, atual Avenida Presidente Wilson, localizado ao lado da Estação da Mooca, como um significativo testemunho dos primeiros momentos do parcelamento e ocupação do solo original do bairro da Mooca, entre o final do Século XIX e início do século XX;

CONSIDERANDO a importância da expressiva concentração de construções de vulto nesse local, exemplares das diversas etapas dos processos de fabricação da cerveja, formando um conjunto arquitetônico de fundamental referência na paisagem, valorizado pela situação geográfica e topográfica característica da paisagem urbana da várzea do rio Tamanduateí;

CONSIDERANDO o patrimônio industrial como vestígio das transformações geradas pela industrialização, que além de reunirem importantes valores históricos, sociais, tecnológicos e arquitetônicos, são testemunhos das técnicas construtivas tradicionais e dos processos produtivos dos primórdios da industrialização paulista;

CONSIDERANDO a importância da Companhia Antarctica Paulista, herdeira da antiga Cervejaria Bavaria, para a história da indústria da cerveja no Brasil e dos seus processos pioneiros de produção industrial;

CONSIDERANDO o valor referencial que esse conjunto arquitetônico assume naquele sítio urbano e representa para a memória social da cidade de São Paulo;

CONSIDERANDO o contido no Processo Administrativo no 2007-0.162.626-3,

RESOLVE:

Artigo 1º. - TOMBAR as EDIFICAÇÕES situadas no perímetro da ANTIGA FÁBRICA ANTARCTICA, localizada na Avenida Presidente Wilson, 251, 307 e 367, SQL

028.046.0075-0, matrícula no 139.166 do 7o Cartório de Registro de Imóveis, infra especificadas, conforme mapa anexo.

- Edifício 1, 2, 3, 4 - Preservação da arquitetura e elementos externos.
- Edifício 5 – Preservação da arquitetura e elementos externos, incluindo coberturas, envasaduras, preservação das estruturas metálicas internas e externas.
- Edifício 6 – Preservação da arquitetura e elementos externos e preservação da estrutura interna.

Preservação integral da chaminé situada ao lado do edifício 5, incluindo os letreiros.

Artigo 2º. - As propostas de intervenção nos edifícios listados no Artigo 1º deverão ter projeto de restauro específico. Qualquer intervenção deverá ser analisada pelo Departamento do Patrimônio Histórico e deliberada pelo CONPRESP.

Artigo 3º. – O pátio interno dos edifícios históricos não deve conter ajardinamento, floreiras ou qualquer outra vegetação, permanecendo livres para a circulação.

Artigo 4º. – As novas construções deverão manter o padrão de distinguibilidade, ou seja, devem deixar claro que se trata de construção contemporânea.

Parágrafo primeiro: Os projetos novos no interior do lote deverão manter referências ou testemunhos das demais edificações do conjunto fabril.

Parágrafo segundo: As futuras edificações deverão contemplar a harmonia do conjunto preservado, mantendo as interligações internas no lote entre as áreas livres e os edifícios históricos.

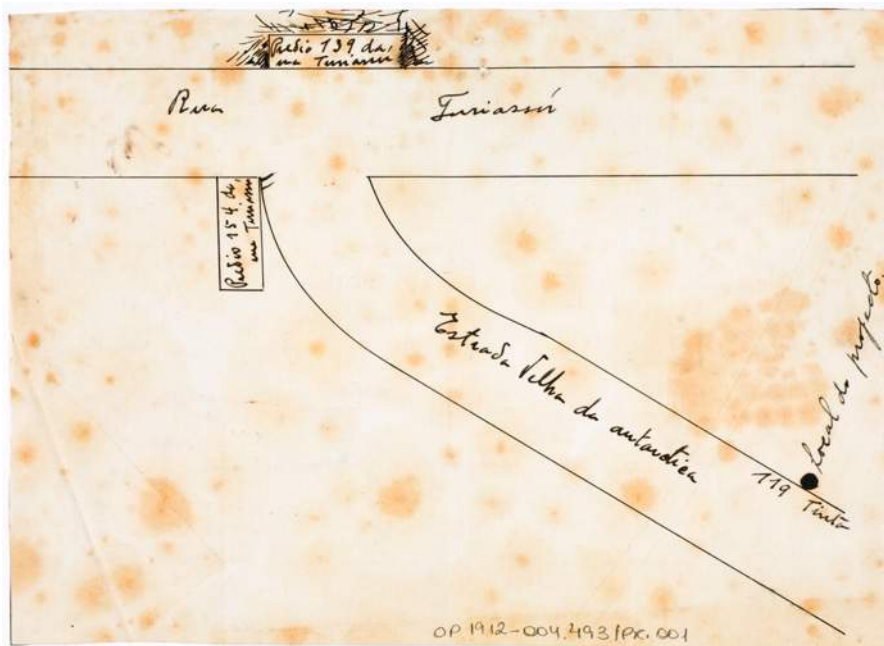
Artigo 5º. - Na ocasião de obras novas ou reformas no interior do perímetro de tombamento, o local deverá ser objeto de prospecção e acompanhamento arqueológico, devendo, portanto, haver prévia aprovação do Centro de Arqueologia do DPH.

Artigo 6º. – As edificações lindeiras à Rua Presidente Wilson devem respeitar a altura máxima de 20 metros, incluindo ático e caixa d'água e recuo da testada do lote, visando preservar a visibilidade do conjunto histórico a partir do eixo da Rua da Mooca, conforme mapa anexo.

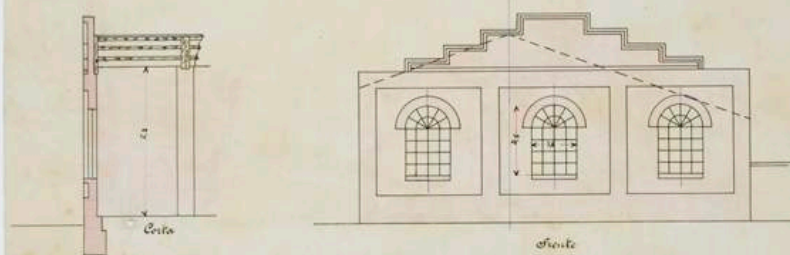
Artigo 7º. - Não são permitidos remembramentos, desdobros ou desmembramentos no lote tombado.

#### Anexo 4: Projetos Arquitetônicos da Companhia Antarctica Paulista

Alguns exemplos de projetos arquitetônicos referentes a Companhia Antarctica Paulista para a construção e reforma do seu complexo fabril datados da primeira década do século XX, sendo disponíveis para consulta no Setor de Obras Particulares no acervo do Arquivo Municipal Washington Luiz, em São Paulo, ou por meio digital pelo portal SIRCA – Sistema de Registro, Controle e Acesso ao Acervo, em <http://www.projetosirca.com.br>

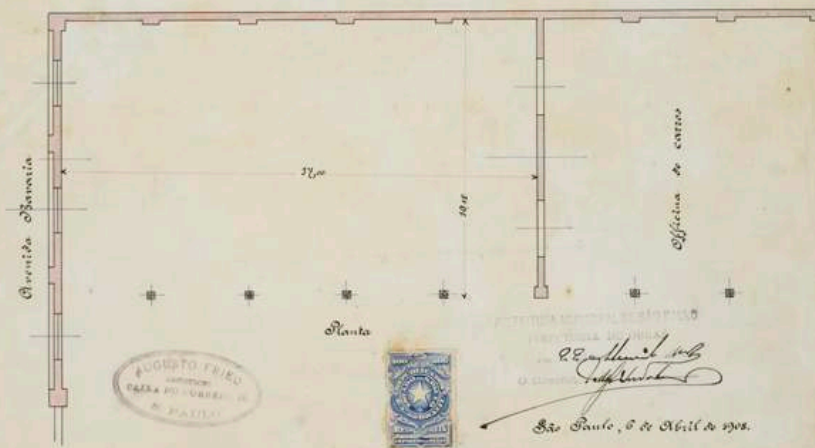


Salpão  
para a  
Companhia Antarctica Paulista.



Escala 1:100.

Capitmal Archa



São Paulo, 6 de Abril de 1908.

01308/000. 26610021





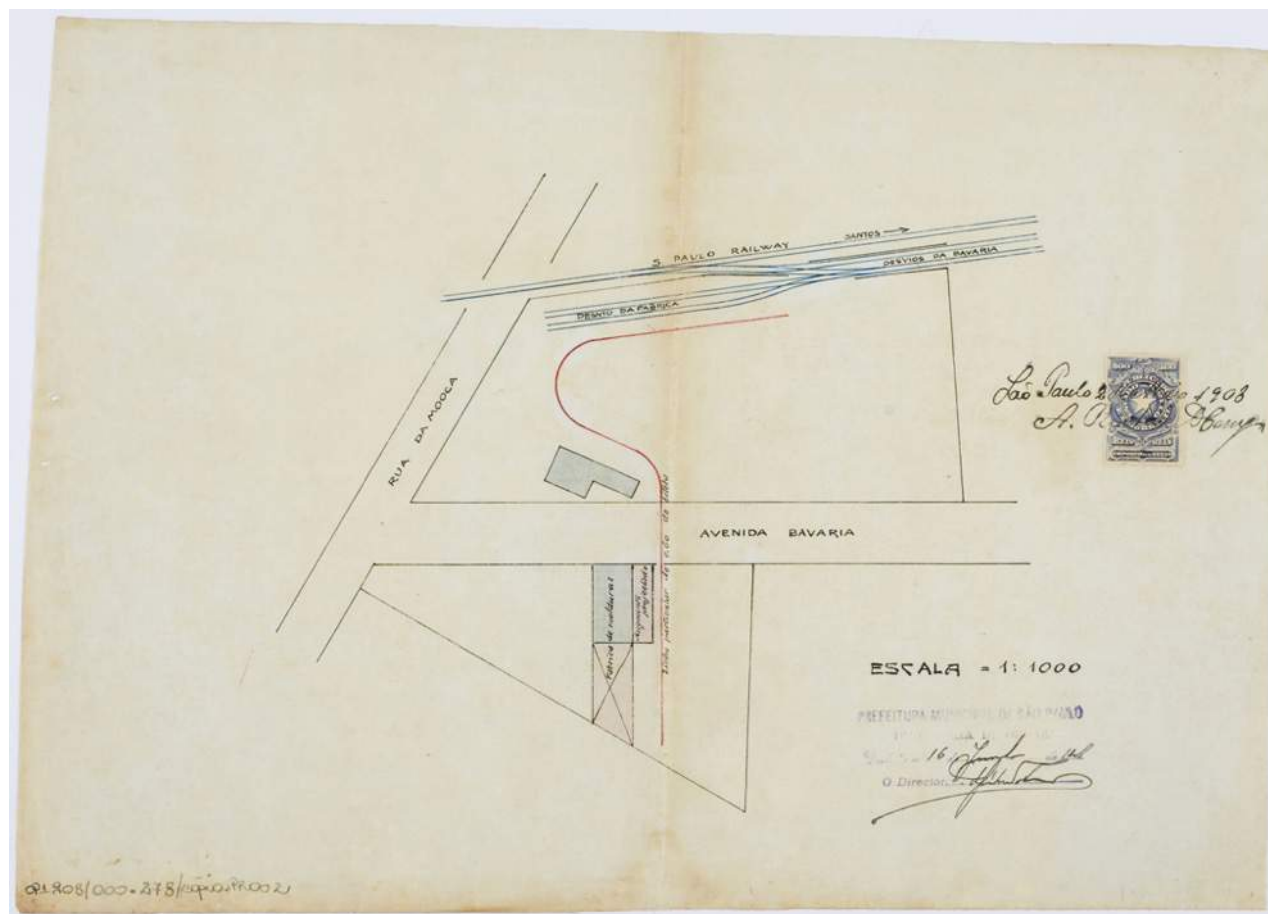
## Projects

—THE RIVER BARBERS, MURDER.—

ESTOES 1102







## Referências Bibliográficas

AMERICANO, Jorge. *São Paulo Naquele Tempo (1895-1915)*. São Paulo: Carbono 14/Narrativa-um/Carrenho Editorial, 2004.

ARAGÃO, Solange de. *No interior do quarteirão: um estudo sobre as vilas da cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2010.

BANDEIRA JUNIOR, Antonio Francisco. *A Indústria no Estado de São Paulo em 1901*. São Paulo: Typ. Do Diario Official, 1901.

BARROS, José d'Assunção. *Cidade e História*. São Paulo: Vozes, 2007.

BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias em São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. 4ª edição. FAESP - São Paulo: Editorial Liberdade, 2004.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. O tempo do mundo*. 2º edição. Volume 3. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo, volume III*. 3º edição. *Metrópole do café (1872-1918)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP. 2011.

CALABI, Donatella. *História do Urbanismo europeu. Questões, instrumentos, casos exemplares*. Trad. Marisa Barda, Anita di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2012.

CAMPOS, Candido Malta. *Os Rumos da Cidade: Urbanismo e Modernização em São Paulo*. Senac, 2000.

CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel. 2º ed. 1981.

CORREIA, Telma de Barros & GUNN, Philip. *O mundo fabril penetra na cidade*. In:

- CAMPOS, Cândido Malta; GAMA, Lúcia H.; SACCHETA, Vladimir. *São Paulo, metrópole em trânsito: percursos urbanos e culturais*. São Paulo: SENAC, 2004.
- CHOAY, Françoise. *O Urbanismo*. 3ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- *A alegoria do Patrimônio*. 5ª edição. São Paulo: UNESP, 2006.
- CARELLI, Mario. *Carcamano e Comendadores. Os italianos de São Paulo da realidade à ficção – 1919 a 1930*. São Paulo: Editora Ática, 1985.
- COMPANHIA ANTARCTICA PAULISTA. *Lembrança do Centenário da Independência do Brasil – 1822 – 1922*. São Paulo: Cia Melhoramentos de S. Paulo, 1922.
- CORBUSIER Le. *A Carta de Atenas*. São Paulo: Hucitec Edusp, 1993.
- COSTA, Luiz Augusto Maia. *Nem tudo era europeu*. São Paulo: UFABC, 2015.
- EMPLASA. *Memória Urbana: a grande São Paulo até 1940*. 3 volumes. São Paulo: Arquivo do Estado/IMESP, 2001.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização. Problemas Teóricos de Restauro*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- *Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.
- KUZNIR, Mauro. *Urbanismo sem calçadas*. In *Cidade: Impasses e Perspectivas*. São Paulo: FAU/Annablume/FUPAM, 2007.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996
- LEPETIT, Bernard. *Por uma nova História Urbana*. São Paulo: EDUSP, 2001
- LE MOS, Carlos Alberto Cerqueira. *A república ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1ª edição, 1999.
- LEWIS, Colin M. *A Indústria na América Latina antes de 1930*. In BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. Volume IV. São Paulo: EDUSP, 2009.
- LINGUITTE, Hedemir. *Fragmentos, episódios, memorização, evocação e cenas da vida antártica (1928 – 1958)*. São Paulo, 1959.

- LIPKAU, Ernst Günther. *Hospital Alemão Oswaldo Cruz: 100 anos*. São Paulo: DBA, 1997.
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MARTINS, Antonio Egydio. *São Paulo Antigo – 1554 – 1910*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- MICELI, Paulo. *Além da fábrica: o projeto industrialista em São Paulo, 1928-1948*. São Paulo: FIESP, 1992.
- MILLS, John. *Charles Miller: O pai do futebol brasileiro*. São Paulo: Panda Books, 2005.
- MORSE, Richard M. *Formação Histórica de São Paulo*. Editora Difusão São Paulo, Européia do Livro, 1970.
- NASCIMENTO, Oscar do; MACHADO, Annibal; NORFINI, Alfredo. (orgs.). *Almanak da Antártica para 1905 – Primeiro Anno*. Typographia D. Amicucci. São Paulo, 1904.
- NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. *Parques Infantis de São Paulo. Lazer como expressão de cidadania*. Annablume. São Paulo, 2002.
- PARQUES URBANOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO. Organizado por Marussia Whately e outros. ISA. São Paulo, 2008.
- PAULA, Eurípedes Simões de. *A Segunda Fundação de São Paulo. De pequena cidade à grande metrópole de hoje*. São Paulo: 1939. Em <http://www.revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/017/A006N017.pdf>.
- PINTO, Alfredo Moreira. *A Cidade de São Paulo em 1900*. São Paulo: Governo do Estado, 1979.
- PRIORE, Mary Del; MELO, Victor Andrade de. (orgs.). *História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.
- RAGO, Margareth. *A invenção do cotidiano na metrópole: sociabilidade e lazer em São Paulo, 1900-1950*. In PORTA, Paula (Org.). *História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do Século XX*. v. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

REIS, Nestor Goulart. *Dois Séculos de Projetos no Estado de São Paulo – Grandes Obras e Urbanização – Volume II: 1889-1930*. São Paulo: EDUSP – Imprensa Oficial

----- *São Paulo e outras cidades*. São Paulo: Hucitec, 1993.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. (coord.) *Trabalhadores Urbanos e Ensino Profissional*. Campinas: Editora da Unicamp, 2o ed., 1986.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

SANTOS, Sergio Paula de. *Os primórdios da cerveja no Brasil*. Ateliê Editorial. São Paulo, 2014

SEGAWA, Hugo. *Prelúdio da Metrópole. Arquitetura e Urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX*. Ateliê Cultural. São Paulo, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SIRIANI, Silvia Cristina. *Uma São Paulo Alemã: vida quotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital, 1827-1889*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.

SOMEKH, Nadia. *A cidade vertical e o urbanismo modernizador*. São Paulo: Edusp/Studio Nobel/ Fapesp, 1997

SOUZA, José Inácio de Melo. *Salas de cinema e história urbana de São Paulo (1895-1930): o cinema dos engenheiros*. São Paulo (SP): Senac São Paulo, 2016.

SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Globo, 2004.

TOPALOV, Christian; et al (Orgs.) *A aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades*. São Paulo: Romano Guerra, 2014.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.



## Artigos, Teses e Dissertações

AZEVEDO, Esterzilda B. Patrimônio Industrial no Brasil. In: Revista Arq.urb no. 3. Universidade São Judas Tadeu, 2010. Disponível em [http://www.usjt.br/arq.urb/numero\\_03/2arqurb3-esterezilda.pdf](http://www.usjt.br/arq.urb/numero_03/2arqurb3-esterezilda.pdf)

BARTALINI, Vladimir. A Municipalização do Verde Público na Cidade de São Paulo. Da Administração dos Jardins Públicos e Arborização (1900) à Subdivisão de Parques, Jardins e Cemitérios (1935). Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/viewFile/743/718>

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Tecido Urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. V.13. n.1 p.59-97. Jan – Jun 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v13n1/a03v13n1.pdf>

CAMPOS, Eudes. Casas e vilas operárias paulistanas. Informativo Arquivo Histórico Municipal, 4 (19): jul/ago. 2008. Disponível em: <http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>

CORREIA, Telma de Barros. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/viewFile/59/43>

FONTES, Paulo. Mapeando o Patrimônio Industrial em São Paulo. Patrimônio Revista Eletrônica do IPHAN, 2006.

KÖB, Edgard. Como a cerveja se tornou bebida brasileira – a História da cerveja no Brasil desde o início até 1930. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, IHGB, 161 (409), 2000, pp.29-58. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?searchword285=409&moduleId=150&Itemid=174>

MARSON, Michel Deliberali. Origens dos empresários da indústria de máquinas e equipamentos em São Paulo, 1870-1900. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-63512012000300003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512012000300003&lng=pt&nrm=iso)

MENEGUELLO, Cristina. A preservação do patrimônio e o tecido urbano. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.003/992> .

PEREIRA, Verônica S. Memória Industrial e Transformações Urbanas na Virada do Século XXI: Os casos do Brás, Mooca, Belenzinho e Pari. Disponível em: <http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/view/143>

RODRIGUES, Angela Rösch & CAMARGO, Mônica Junqueira de. O uso na preservação arquitetônica do patrimônio industrial da cidade de São Paulo. Revista CPC, São Paulo, n.10, p. 140-164, maio/out 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/viewFile/15664/17238>

ROSA, Carolina Lucena. O patrimônio industrial: a construção de uma nova tipologia de patrimônio. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo, julho 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308189074\\_ARQUIVO\\_artigoANPUHCarolinaRosa.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308189074_ARQUIVO_artigoANPUHCarolinaRosa.pdf)

ROSIN, Maíra. Nos becos, cortiços e bordeis: o uso das geotecnologias para a espacialização dos autos-crime de agressão em São Paulo (1890-1920). Dissertação de mestrado em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

RUFINONI, Manoela R. Preservação e restauro urbano: teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural. São Paulo: FAUUSP, 2009.

SCHICCHI, Maria Cristina. Preservação do Patrimônio Industrial no Brasil – Entrevista com Silvana Rubino e Cristina Meneguello. Oculum Ensaios – Revista de Arquitetura e Urbanismo. PUC Campinas, n. 3, 2005. Disponível em <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/797/777>

SOUSA, Diógenes. Parque Antarctica – Um Patrimônio do Lazer na Cidade de São Paulo no Início do Século XX. São Paulo: UNIFESP-EFLCH, 2013. Disponível em: [http://www.ludopedio.com.br/rc/upload/files/185907\\_Sousa\\_\(TCC\)\\_\\_Parque\\_Antarctica.pdf](http://www.ludopedio.com.br/rc/upload/files/185907_Sousa_(TCC)__Parque_Antarctica.pdf)

SOUSA, Wayne Almeida de. Arquitetura Industrial no bairro da Mooca: Análises e

Diretrizes de Intervenção na Alpargatas. São Paulo: FAUUSP, 2010. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-09062010-090520/pt-br.php>

VICHNEWSKI, Henrique Telles. As indústrias Matarazzo no interior paulista: arquitetura fabril e patrimônio industrial (1920-1960). Campinas, SP: UNICAMP, 2004. Disponível em:

<http://www.arquivopublico.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/arqpublico/artigo/dissertacoes/i14dis-vichnewskihenriquetelles.pdf>